



Programa de Pós-Graduação em
LINGUÍSTICA

MULHER E TRABALHO: SINIFICAÇÃO E SENTIDO NO LIVRO DIDÁTICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MULHER E TRABALHO: SINIFICAÇÃO E SENTIDO NO LIVRO DIDÁTICO

ANA LAURA GONÇALVES GARCIA
Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção
do Título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Soeli Maria
Schreiber da Silva

SÃO CARLOS, 2024

Comissão Julgadora

Banca

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva (Orientadora) - UFSCar

Profa. Dra. Luciana Nogueira - UFSCar

Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira – Unicamp

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim - Unemat

Prof. Dr. Carlos Félix Piovezani Filho - UFSCar

“Estou tão cansada de correr
o mais rápido que posso,
imaginando que chegaria lá antes
se eu fosse um homem.”
Taylor Swift (traduzido pela autora)

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer minha família, minha irmã Camila, minha mãe Hilda, minha tia Inez e minha avó Vespertina, que sempre me acompanharam na vida pessoal e acadêmica me dando apoio em todas as etapas.

Ao meu pai Márcio e meus avós Luzia (in memória) e Luiz (in memória) por todo carinho e amor.

Agradeço aos meus amigos Barbara, Beto, Cecília, Laura e Saulo por estarem comigo, tanto em momentos sérios, quanto nos de descontração.

Agradeço à minha orientadora Soeli pela confiança e pelos ensinamentos durante a trajetória do meu doutorado.

Também agradeço às minhas colegas de pós-graduação Bárbara e Nayara pela amizade e por todo apoio durante minha caminhada no doutorado.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos.

Agradeço às Prof^{as}(s). Dras. Luciana e Sheila e aos Prof^{os}(s) Drs. Carlos e Taisir pelos ensinamentos na caminhada desta pesquisa, bem como por aceitarem fazer parte da minha banca de defesa.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar.

RESUMO

Esta pesquisa busca contribuir para os estudos de análise semântica de livros didáticos, uma vez que esses materiais didáticos são os principais recursos utilizados para a formação dos estudantes das escolas básicas brasileiras. Nesse sentido, compreender os discursos presentes no livro didático sobre os mais diversos assuntos é uma forma importante de identificar tendências predominantes em nossa sociedade, na medida em que essas são escolhidas para contribuir na formação das novas gerações. O assunto mais específico, deste estudo é a mulher nas relações de trabalho, entendido aqui, como atividade laboral. Assim, buscou-se compreender os sentidos, significados e silenciamentos da mulher em relação ao trabalho nos enunciados extraídos de textos de livros didáticos. A pesquisa baseia-se nos estudos acerca da análise semântica do acontecimento, entendidos estes da maneira como é definida por Eduardo Guimarães. O objeto da pesquisa foi obtido mediante a apreciação dos livros didáticos de escolas públicas, que estão entre os aprovados pelo Ministério da Educação - MEC, no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD. O recorte do objeto foi extraído dos livros didáticos de Linguagens e suas tecnologias aprovados pelo PNLD, destinados aos estudantes do ensino médio e que abordam a temática trabalho. Nessa perspectiva, o estudo abordará as significações de mulher nos enunciados dos textos de materiais didáticos que tratam do tema trabalho, entendido aqui como atividade econômica. Ou seja, buscou-se identificar como esses enunciados significam a mulher em textos produzidos para estudantes do ensino básico quando o tema é trabalho. Dessa maneira, a identificação da cena enunciativa se faz necessária, assim como do lugar social de fala dos autores dos livros didáticos e do funcionamento dos enunciados retirados do texto, tendo como premissa o texto como acontecimento. A análise possibilitou a compreensão dos estudos acerca da significação e do sentido dos textos que se referem a mulher na sua relação com o trabalho. Conclui-se que, apesar das conquistas femininas em relação às assimetrias de gênero, nos textos analisados a memória discursiva ainda é pautada pela visão da mulher passiva, frágil, cordata e subserviente ao homem. Nesses textos o trabalho como atividade laboral é, mormente, masculino, prevalecendo nos enunciados o silenciamento sobre o trabalho feminino e sobre as desigualdades persistentes em relação ao masculino, quando o tema é mercado de trabalho.

Palavras-chave semântica do acontecimento, sentidos, mulher, trabalho, livro didático

ABSTRACT

This research seeks to contribute to studies on the semantic analysis of textbooks, since these teaching materials are the main resources used for the training of students in Brazilian basic schools. In this sense, understanding the discourses present in the textbook on the most diverse subjects is an important way of identifying predominant trends in our society, as these are chosen to contribute to the formation of new generations. The most specific subject of this study is women in work relationships, understood here as work activity. Thus, we sought to understand the meanings, meanings and silencing of women in relation to work in statements extracted from textbook texts. The research is based on studies about the semantic analysis of the event, understood as defined by Eduardo Guimarães. The object of the research was obtained through the assessment of textbooks from public schools, which are among those approved by the Ministry of Education - MEC, in the National Textbook Program - PNLD. The object clipping was taken from Languages and its technologies textbooks approved by the PNLD, aimed at high school students and which address the theme of work. From this perspective, the study will address the meanings of women in the texts of teaching materials that deal with the topic of work, understood here as economic activity. In other words, we sought to identify how these statements signify women in texts produced for primary school students when the topic is work. In this way, the identification of the enunciative scene is necessary, as well as the social place of speech of the authors of the textbooks and the functioning of the statements taken from the text, having the text as an event as its premise. Thus, the analysis will enable the understanding of studies about the meaning and meaning of texts that refer to women in their relationship with work. It is concluded that despite female achievements in relation to gender asymmetries, in the texts analyzed, discursive memory is still guided by the vision of a passive, fragile, compliant and subservient woman to men. In these texts, work as a labor activity is, mainly, masculine, with the statements prevailing in silence about women and persistent inequalities, in relation to men, when the topic is the job market.

Keywords: semantics of the event, meanings, woman, work, textbook

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: LINGUAGEM E SIGNIFICAÇÃO: CONCEITUAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA SEMÂNTICA.....	15
1.2 UM PREÂMBULO PELA ANÁLISE DO DISCURSO.....	30
1.3 A SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO.....	33
CAPÍTULO 2: MULHER E TRABALHO: ONDE SE INSERE O FEMININO?	43
2.1 OS SIGNIFICADOS DE MULHER NOS DICIONÁRIOS.....	43
2.2 A MULHER E A CONCEITUAÇÃO HISTÓRICA DO FEMINISMO.....	53
2.3 O TRABALHO É MASCULINO?.....	65
CAPÍTULO 3: LIVRO DIDÁTICO, MULHER E TRABALHO	77
3.1 O TRABALHO, A MULHER E O CONTEÚDO DO LIVRO DIDÁTICO.....	77
3.2 PANORAMA HISTÓRICO DO USO DOS LIVROS DIDÁTICOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO.....	79
3.3 AS EDITORAS MODERNA E FTD E OS LIVROS ANALISADOS.....	86
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS	91
4.1. IDENTIDADE EM AÇÃO: LINGUAGENS, TRABALHO E ECONOMIA DA EDITORA MODERNA.....	91
4.2 MULTIVERSO: LINGUAGENS NO MUNDO DO TRABALHO.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
LINKS	123

INTRODUÇÃO

A série de sucesso mundial do canal virtual Netflix intitulada *Maid* retrata a vida de uma mulher que deixa o marido violento e sai em busca de criar sua filha, conseguir um emprego e um lugar para elas morarem. A protagonista, Alex, é uma mãe jovem que passou e passa durante o decorrer da trama, por momentos de dificuldade, tanto na vida pessoal quanto na vida profissional. Esta série retrata uma realidade de diversas mulheres pelo mundo, com empecilhos financeiros, sociais e até mesmo acerca da maternidade. Essa série nos leva a refletir sobre como a relação mulher e trabalho é desigual e cotidianamente confrontada com situações de preconceito.

Os estudos sobre mulher e trabalho fazem parte da minha trajetória acadêmica desde a iniciação científica, quando me dediquei às questões referentes à trabalhadora doméstica. Naquela ocasião foi possível identificar como o discurso da mídia tradicional, muitas vezes, desqualifica essa profissão essencialmente feminina.

Posteriormente, durante o mestrado me dediquei à análise da fala feminina, mais especificamente, a fala veiculada pelas trabalhadoras domésticas, quando procuravam o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Cidade de Ribeirão Preto em busca de orientação, ou para fazer alguma reclamação trabalhista. A base teórica para a realização desse estudo foi a análise do discurso francesa, orientada especialmente pelos estudos de Michel Foucault. A pesquisa abrangeu uma análise da fala e do silenciamento dessas mulheres e resultou na dissertação intitulada: *A voz das domésticas: o que dizem e as maneiras de dizer em um sindicato*.

Nesta pesquisa de doutorado, mulher e trabalho continuam como tema central de estudo, mas o instrumento de análise passa a ser o livro didático. A opção por trabalhar com o livro didático deve-se ao profícuo estudo que vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa da Profa. Soeli Maria Schreiber da Silva, o qual se dedica aos estudos da semântica do acontecimento, tendo como escopo o livro didático.

Assim, as investigações permanecem voltadas para a temática da relação que se estabelece na sociedade brasileira entre a mulher e o trabalho. Neste novo estudo, por meio da análise enunciativa de textos selecionados dos livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, a busca está na compreensão das significações da mulher no âmbito do tema trabalho, nos enunciados retirados dos textos selecionados. Por isso, o projeto de pesquisa inserido neste estudo se intitula: *Mulher e trabalho: significações e sentido no livro didático*.

Faz-se necessário esclarecer aqui, que o tema trabalho nesta pesquisa se refere à troca de mão-de-obra por remuneração. Ou seja, trata-se de analisar o tema trabalho, enquanto atividade remunerada. Esse esclarecimento é importante, porque a palavra trabalho possui outros sentidos, não relacionados ao conceito de trabalho remunerado. No dicionário Michaelis online é possível identificar vinte e três significados para o termo:

1 Conjunto de atividades produtivas ou intelectuais exercidas pelo homem para gerar uma utilidade e alcançar determinado fim: Ele sempre se dedicou ao trabalho acadêmico. 2 Atividade profissional, regular, remunerada ou assalariada, objeto de um contrato trabalhista: Conseguiu seu primeiro trabalho quando tinha 18 anos. 3 O exercício dessa atividade: O trabalho de um professor é muito mal remunerado. 4 Local onde se exerce essa atividade: Saiu para o trabalho muito cedo. 5 Qualquer obra (manual, artística, intelectual) realizada; empreendimento, realização: Seu trabalho à frente do coral é fantástico. 6 A feitura ou execução de uma obra; labor: O trabalho que ele executa na pedra-sabão é belíssimo. 7 Ação ou maneira de executar uma tarefa, de utilizar um instrumento: Seu trabalho com nanquim é perfeito. 8 Tarefa a ser cumprida; serviço: “A Bruxa, indiferente, não interrompera sequer o seu trabalho; ao passo que a das Dores, de mãos nas cadeiras [...], um cigarro no canto da boca, encarava desdenhosa a sanha daquele marido [...]” (AA1). 9 Esmero ou cuidado empregado na feitura de uma obra ou de um serviço: Teve muito trabalho para entregar a reforma da casa com um alto padrão de qualidade. 10 Qualquer tarefa que é ou se tornou uma obrigação ou responsabilidade de alguém; dever, encargo: Meu trabalho passou a ser a coordenação das tarefas dos monitores que participariam do congresso. 11 Tarefa escolar com prazo de entrega predeterminado, feita individualmente ou um grupo, geralmente fora do estabelecimento de ensino, envolvendo pesquisa e maior reflexão: Ainda não consegui terminar o trabalho de história. 12 Conjunto de exercícios objetivando desenvolvimento e aprimoramento físico, artístico, intelectual etc.: O preparador físico já definiu o trabalho que fará com os jogadores. 13 Esforço incomum; faina, lida, luta: “Achava que estava ficando velho, só lhe nasciam filhas com todas as mulheres, a vida se tornava cada vez mais difícil e então queria passar uns dias descansando, sem o trabalho pesado da caça” (JU). 14 Ação exercida por elemento natural de forma progressiva e contínua e o efeito dessa ação sobre o meio. 15 Resultado útil da ação e do funcionamento de um aparelho, de um maquinismo etc.: O trabalho do trator é indispensável para a movimentação de terra e cascalhos na construção de estradas. 16 BIOL Conjunto de fenômenos que ocorrem em determinada matéria, produzindo alteração de sua natureza e forma. 17 Movimento produzido nos materiais industriais. 18 ECON, POLÍT Atividade humana caracterizada como fator principal da produção de bens ou serviços. 19 FILOS No marxismo, atividade de transformação do trabalhador que, além de tirar da natureza os bens necessários para sua subsistência, usa sua força produtiva para criar uma nova ordem social, política e econômica com a emancipação do proletariado e a socialização dos meios de produção. 20 FÍS Grandeza escalar obtida do produto dos vetores força e deslocamento do seu ponto de aplicação, cuja unidade de medida no SI é o joule; é uma forma de transferir energia. 21 REL Em cultos afro-brasileiros, principalmente na umbanda e no quimbanda, rituais realizados para alcançar objetivos de proteção e auxílio ou de malefícios e prejuízo a alguém: Pediu a sua mãe de santo que fizesse um trabalho para ele conseguir um emprego. 22 PEJ Execução de um delito: O trabalho do intermediário do bicheiro era negociar o valor da aprovação das licitações superfaturadas. 23 COLOQ Qualquer roubo ou assalto: Aqui estão as joias, chefe. O trabalho foi executado com sucesso (Trabalho, 2023). Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues/brasileiro/trabalho/#:~:text=2%20Atividade%20p>

rofissional%2C%20regular%2C%20remunerada,professor%20%C3%A9%20
muito%20mal%20remunerado.).

Assim, é possível observar que o trabalho pode assumir diferentes sentidos. Mesmo quando nos referimos à ação humana, o trabalho como mão de obra remunerada não é o único sentido que esse termo apresenta. Na citação das linhas anteriores o sentido de trabalho mais adequado aos propósitos desta tese é o 2 (dois) “Atividade profissional, regular, remunerada ou assalariada, objeto de um contrato trabalhista: Conseguiu seu primeiro trabalho quando tinha 18 anos”. Os sentidos 1 e 3 também estão relacionados ao nosso escopo “1 Conjunto de atividades produtivas ou intelectuais [...]” “3 O exercício dessa atividade: O trabalho de um professor é muito mal remunerado”. Em suma, trabalho nesta pesquisa é atividade profissional remunerada exercida por mulheres e homens. No que se refere à polissemia da palavra, trabalho aparece quase que invariavelmente relacionada a ações. Até mesmo na física ou na biologia essa relação com a ação está presente e tem como resultado a produção de alterações.

Vale destacar ainda, embora não esteja diretamente relacionada a esta pesquisa, a acepção filosófica sobre a palavra trabalho, com a qual corroboramos e a qual esteve muito ligada a concepção marxista. Essa acepção, grosso modo, faz uma crítica ao trabalho como produção de bens ou serviços, uma vez que aqueles que precisam vender a sua força de trabalho estão sempre em desvantagem em relação aos detentores dos meios de produção.

Desse modo, os trabalhadores são desvinculados de suas atividades, as quais muitas vezes, possuem pouco ou nenhum sentido para eles. Perde-se a ideia da capacidade transformadora que o trabalho humano pode promover no universo e a palavra fica mais relacionada à ideia de dor, de sofrimento, a qual está vinculada a sua origem latina *tripaliumm*, cujo sentido é instrumento de tortura e, por consequência, aquilo que provoca dor; a expressão “trabalho de parto”, também é um exemplo dessa ideia que a palavra trabalho pode provocar.

Nesta pesquisa, que tem como escopo a mulher, o trabalho, como atividade remunerada, auxilia na análise acerca do preconceito de gênero, na observação das diferenças, das assimetrias entre homens e mulheres nessa atividade tão presente na vida humana.

A base teórica adotada para analisar os textos selecionados se insere no campo da linguística, mais especificamente da semântica, a partir de pensadores como Benveniste (1995, 1989); Bréal (1992) e, principalmente, Guimarães (2018; 2012, 2002). Serão

utilizados, fundamentalmente, os trabalhos desse último autor nos livros: *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino* de 2012 e *Semântica: Enunciação e Sentido*, de 2018.

Nesse sentido, primeiramente será apresentada a orientação teórica sobre semântica do acontecimento e fundamentos de um texto. Nessa oportunidade percorreremos os estudos de Bréal e Benveniste, a fim de conhecer a trajetória do entendimento da semântica no interior do campo da linguística. Em seguida, nos deteremos nas reflexões de Guimarães acerca da semântica do acontecimento, bem como sobre os procedimentos de análise de textos, buscando consolidar a base teórica de orientação da nossa análise.

Nessa perspectiva, o que se pretende com este trabalho é fazer uma investigação dentro dos pressupostos teóricos pertinentes ao campo da semântica da enunciação, aliada a uma análise de textos, mas por meio de uma abordagem em que não se confunda os dois estudos, conforme esclarece Guimarães:

É fundamental sustentar esta distinção de modo claro para que se possa não só tomar o texto como unidade de significação, mas também constituir um procedimento específico de análise textual. Inclusive porque este procedimento, no presente caso, se fará a partir da posição, sobre como a linguagem significa, da semântica de enunciação. (Guimarães, 2012, p. 41).

Desse modo, o principal ponto para se realizar uma análise de texto é buscar compreender os sentidos por ele trazidos, ou seja, de que modo aquele texto funciona e como ele produz sentidos. Para alcançar este objetivo, compreende-se que os textos devem ser analisados em uma relação com a leitura, focando em seu funcionamento enunciativo. Na análise apresentada por Guimarães o texto deve ser analisado como unidade de significação, devendo o estudo compreender como o texto faz sentido:

Nosso lugar de semanticista traz características bem específicas. Para nós colocando-nos no domínio da enunciação, a relação de significação tem diretamente a ver com uma relação de integração do enunciado com o texto. Assim a interpretação do sentido não é o percurso que se faz na estrutura sintática de seus componentes até a sua totalizada, trata-se da consideração de atribuição de sentido que sofre os enunciados considerados na relação com o sujeito pelo acontecimento da enunciação. (Guimarães, 2012, p. 43)

Nesse sentido, o procedimento de análise dos textos deverá ser desenvolvido de modo a permitir uma interpretação dos sentidos produzidos no enunciado e no texto considerando-se a relação do autor (falante) para além do texto, tendo em vista que a atribuição de sentidos se encontra na enunciação tomada como “um acontecimento de linguagem” (Guimarães, 2012).

No curso desta pesquisa, para tornar mais efetiva a identificação daquilo que Guimarães (2018) aponta como o autor para além do texto, construiremos uma seção para apresentar as editoras e os autores dos textos selecionados para análise, bem como seu significado nesse campo da política de educação básica pública, uma vez que se trata da análise de textos de livros didáticos aprovados no âmbito de um Programa (PNLD) do Governo Federal para a educação básica pública. Esse contexto faz com que editoras e autores dos livros aprovados adquiram uma constituição a partir desse espaço de fala que lhes é conferido pelo PNLD.

Vale a pena esclarecer aqui que há um campo de poder político e de mercado no âmbito do PNLD, o qual confere a algumas editoras um espaço privilegiado de representação. Alguns dos livros didáticos, aprovados pelo PNLD, não trazem as autorias individuais nominalmente, são escritos em nome das editoras. Daí a relevância, para os objetivos desta pesquisa, de compreendermos a dinâmica desse campo.

De acordo com Guimarães (2018), no texto é possível identificar o acontecimento como agenciamento enunciativo, sendo assim, “o acontecimento da enunciação agencia o falante a dizer enquanto um lugar de enunciação” (Guimarães, p. 41, 2018), tornando esse lugar um dos recursos para se buscar a compreensão dos sentidos da enunciação. O espaço de enunciação, para Guimarães (2018, p. 23-35), é uma relação entre os falantes e as línguas, isso porque a língua só existe pelos falantes e os falantes se constituem pelas línguas. O espaço de enunciação, nesse caso, é aquele que ajusta e difunde as línguas e essa distribuição das línguas, a qual esses falantes são agenciados a enunciar. Guimarães (2018, p. 50-58) diz que os falantes são constituídos pelos lugares de enunciação e por isso eles são formados por: lugar que diz - Locutor (L); lugar social do dizer - alocutor-x (al-x) e seus respectivos correlatos; lugar visado pelo dizer - Locutário (LT); lugar social para o qual se diz - alocutário-x (at-x).

Conforme já exposto acima, a abordagem teórica deste trabalho se dá no campo dos estudos da semântica que a compreendem enquanto uma “semântica da enunciação” ou, ainda na terminologia de Guimarães uma “semântica do acontecimento”. Assim, é importante trazer a reflexão sobre o conceito de acontecimento à luz destes pressupostos teóricos. Do ponto de vista da semântica da enunciação, o acontecimento do dizer se dá num espaço temporal definido, o que torna a questão da temporalidade um dos aspectos fundamentais para análise dos enunciados.

Nesse sentido, assume-se o entendimento de que os textos que serão objeto desta análise deverão ser compreendidos a partir da constituição de seu presente, passado e futuro. A partir dessa perspectiva, compreende-se que um acontecimento presente em um texto comporta sentidos no presente que não significariam se não fossem seus sentidos no passado e no futuro. Para além destas compreensões, os semanticistas são aqueles que expõem como os sentidos podem ser interpretados. O intuito, portanto, é relatar como o texto se constitui de modo a interpretar o texto atribuindo sentidos de seus elementos com base nas descrições de recortes dos textos selecionados para análise (Guimarães, 2012).

Para melhor relacionar presente, passado e futuro na busca da compreensão dos sentidos nos textos atinentes à mulher e sua relação com o trabalho, dedicaremos um capítulo desta pesquisa para a apresentação de alguns estudos que tratam da mulher em nossa sociedade, com especial atenção para as obras de Heleith Saffioti (2015); Eva Blay e Lúcia Avelar (2017), Simone de Beauvoir (1949) e Pierre Bourdieu (1999). Traremos ainda a descrição de mulher e homem no dicionário, a fim de contribuir para a nossa compreensão do preconceito de gênero presente na sociedade, quando o assunto são a significação e os espaços ocupados por homens e mulheres.

Desse modo, na nossa investigação dentro dos pressupostos teóricos pertinentes ao campo da semântica da enunciação, o acontecimento será compreendido no âmbito dos estudos semânticos que faz da temporalidade dos enunciados um ponto crucial para sua análise, de modo que os textos aqui serão analisados com a constituição de seu presente, passado e futuro. Trata-se de uma abordagem essencial, pelo fato de um acontecimento presente em um texto ter sentidos no presente que não significariam se não fossem seus sentidos no passado e no futuro.

Para além destas compreensões, o semanticista se configura naquele que expõe o modo como os sentidos podem ser interpretados. O intuito, portanto, é relatar como o texto se constitui de modo a interpretá-lo, atribuindo sentidos de seus elementos com base nas descrições de recortes dos textos selecionados para análise (Guimarães, 2012).

Dessa forma, para a realização de uma análise semântica enunciativa sobre a temática aqui proposta, foram selecionados os seguintes livros didáticos das áreas de Linguagens e suas Tecnologias, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, para o ano de 2021:

- **Identidade em ação** – Editora Moderna;
- **Linguagens no mundo do trabalho** – Editora FTD;

A seleção dos livros seguiu o critério temporal, buscando-se livros distribuídos em anos mais recentes, sendo escolhidos os livros do ano de 2021. As editoras escolhidas são Editora Moderna e Editora FTD. As temáticas abordadas são acerca do mundo atual e suas preocupações, organizações sociais e de linguagem. São livros liberados pelo Ministério da Educação – MEC para o uso em salas de aula de escolas públicas do Brasil.

O foco são textos inseridos nesses livros que abordam a temática trabalho e sua relação com a mulher, assim como, a significação do termo mulher nos enunciados que foram recortados. Isso tudo será possível por meio da sondagem desses enunciados. Ou seja, o procedimento de sondagem que “se caracteriza por ser um modo de ‘eleger’ enunciados decisivos a serem estudados, a partir de uma pergunta.” (Guimarães, 2018, p. 76). Assim sendo, as perguntas que nortearam a análise são:

- 1) Quais os sentidos da mulher nos enunciados que são constituídos a partir de temáticas que abordam o tema trabalho?
- 2) Como o acontecimento de textos sobre trabalho significa a mulher?
- 3) Como as palavras mulher e trabalho são reescriturados nos textos do livro didático?
- 4) Qual o lugar politicamente constituído para mulher na cena enunciativa dos livros didáticos? E como esse lugar se relaciona com o trabalho?

CAPÍTULO 1

LINGUAGEM E SIGNIFICAÇÃO: CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

1.1 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA SEMÂNTICA

Bréal e Benveniste

O debate teórico-metodológico sobre semântica ganhou novos contornos nos últimos anos a partir dos estudos mais recentes de Eduardo Guimarães. Em sua obra “Semântica: enunciação e sentido” (2018), o autor divulga importantes reflexões em torno da temática a que vem se dedicando desde os anos 1990, reflexões estas que se constituíram na orientação central desta pesquisa.

Nesse sentido, a fim de aprofundar o entendimento conceitual, empreendemos a leitura de teóricos do tema como Bréal (1992) e Benveniste (1976; 1989), uma vez que, trazem importante contribuição na sustentação de suas reflexões. Retomar as reflexões desenvolvidas por esses dois pensadores do campo da linguística é ponto de partida fundamental para a compreensão dos conceitos de semântica do acontecimento cunhados por Guimarães (2018).

O pesquisador francês Michel Bréal foi o teórico que na segunda metade do século XIX sustentou a concepção da semântica como uma disciplina autônoma no campo da linguística. Bréal abordou cientificamente a polissemia e trouxe luz ao fundar a semântica numa perspectiva de compreensão da importância de se abranger a cultura e a subjetividade ao estudar esse campo da linguística. Identificado por muitos estudiosos do tema como o idealizador da semântica enquanto campo específico da linguística, Bréal tem no “Ensaio da Semântica” uma de suas obras fundamentais, a qual veremos mais profundamente em seguida.

Vale a pena destacar as críticas de Bréal (1992, p. 23-52), na segunda metade do século XIX, a algumas das concepções de linguística da época. Crítico, em especial, da compreensão da linguística como um campo de conhecimento abstrato, do caráter prescritivo da gramática tradicional e da visão quase maniqueísta de identificar na língua e em suas transformações momentos de perfeição e de decadência, Bréal assevera:

Limitar o estudo da linguagem às mudanças de vogais e consoante é reduzi-lo às dimensões de um ramo secundário da fisiologia; contentar-se em enumerar as perdas sofridas pelo mecanismo gramatical é cair na ilusão de que a

linguagem é como um edifício em ruínas; reduzir a linguagem às teorias abstratas sobre sua origem é correr o risco de acrescentar, sem grande proveito, um capítulo à história já demasiado longa dos sistemas. (Bréal, 1992, p. 17)

A partir do apontamento dessa redução no estudo da linguagem e do esforço de superação desse reducionismo Bréal (1992, p. 23-75) passa a levantar o que ele chama de algumas “leis intelectuais da linguagem”. Inicialmente o autor trata do conceito de especialidade, não sem antes esclarecer que a palavra “lei” está apresentada em suas reflexões no sentido filosófico da centralidade que algumas mudanças adquirem e terminam por se constituírem como normas. E, nesse sentido, a simplificação da gramática se caracteriza como lei, por exemplo, reduzindo um universo de palavras que expressam um pensamento a umas poucas, ou mesmo uma única palavra (Bréal, 1992, p. 23).

Bréal (1992, p. 23-31) aponta como um equívoco a ideia defendida por alguns linguistas de que seja a busca por evitar o desastre que impulsiona essas mudanças ocorridas nas línguas, como se a mudança se constituísse como uma reparação. As mudanças, segundo o autor acontecem por conjuntura histórica, fruto da necessidade de manter/retomar a clareza expositiva e se dão lentamente num processo de reestruturação e acomodação da linguagem. São antes de tudo a busca pela superação do uso de palavras, expressões, ou regras obsoletas, abstrusas, enigmáticas. Nesse sentido, o exemplo do surgimento do uso das preposições em substituição às antigas declinações é elucidativo:

Sabe-se que cada substantivo marcava primeiramente as relações de dependência, de interioridade, de instrumento etc. pela modificação de sua parte final. Mas, esse meio de expressão era simultaneamente complicado e insuficiente. [...] Essa foi a razão porque ao lado desses casos colocaram-se advérbios que serviam para determina-los. Mas, o hábito de colocar o mesmo advérbio ao lado do mesmo caso não podia deixar de produzir ao longo do tempo sobre os espíritos um efeito do qual temos ainda outros exemplos em seguida: entre a flexão e a partícula de lugar ou de tempo, a inteligência acreditou apoderar-se de uma relação especial, uma relação de causa e efeito. Em vez de ver o advérbio como um simples determinante do caso, a inteligência popular viu aí a razão de ser do caso: paralogismo bem conhecido que a filosofia designa pela fórmula cum, hoc, ergo, propter hoc. Mas, quando se trata de paralogismo de todo mundo, sabe-se que está bem perto de dar a impressão de uma verdade. Em matéria de linguagem, o que o povo acredita sentir passa ao estado de realidade. Os advérbios de lugar e de tempo como à - ----- , após ter sido o acompanhante do genitivo do dativo, ou do acusativo; tornaram-se a causa desses casos: de advérbios passaram a preposições. O espírito os dotou de uma força transitiva. [...] A partir do momento em que a língua possui preposições, a existência de declinação está ameaçada. Com efeito, para que esses casos que nada acrescentam ao sentido? Não é suficiente a preposição? Ela é perfeitamente suficiente e até constitui um melhor uso, pois marca de um modo preciso e explícito relações que a flexão

indica de maneira vaga e geral. Por outro lado, ela é de um uso mais cômodo, pois é semelhante a ela mesma, sempre facilmente reconhecível. Entretanto, como nada se faz depressa quando se trata de hábitos seculares, comuns a grandes massas de pessoas, as desinências não desapareceram de uma vez (Bréal, 1992, p. 25-26).

Nesse exemplo Bréal (1992, p. 25-31) tratou de demonstrar como as mudanças na linguagem são antes de tudo resultado da necessidade dos falantes de compreender e de se fazer compreender e muito menos uma saída atropelada de qualquer situação calamitosa da língua. Evidencia ainda a morosidade do processo de transformação na linguagem, dado ao seu caráter sócio-histórico.

O processo de transformação dos sinônimos em palavras de sentidos diversos daqueles que representavam originalmente é abordado por Bréal (1992, p. 33-39) como a “lei da repartição”. Os sinônimos são de curta duração, pois num processo dinâmico, característico da própria humanidade, seus significados sofrem modificação e se tornam palavras distintas da sua origem. Esse processo não é colocado em marcha pelo campo acadêmico, mas antes pela ação popular (Bréal, 1992, p. 33-39). Nesse sentido:

Como o povo é, ao mesmo tempo, o depositário e o fabricante da linguagem, sua opinião de que não há sinônimos faz com que, na verdade, os sinônimos não existam por muito tempo: ou eles se diferenciam, ou um dos dois termos desaparece (Bréal, 1992, p. 33).

A repartição, como movimento vindo da “vontade humana, consciente e refletida (Bréal, 1992, p.33)”, mais que a etimologia, é responsável por conferir uma organização na distinção dos significados de palavras aparente ou inicialmente consideradas sinônimas. Mais uma vez é na busca por maior clareza e compreensão que as transformações se dão.

Finalmente, a irradiação, que Bréal (1992, p. 41) aponta como um fenômeno pouco estudado apesar de sua relevância para a psicologia da linguagem, consiste no caminho de aparição de uma ação ainda não nomeada. Trata-se de fatos que se irradiam em uma dada conjuntura linguística e durante esse processo busca-se compreender sua origem, para alcançar sua denominação. Esta exemplificação de Bréal é elucidativa sobre o que versa a lei da irradiação:

Todos conhecem a distinção que a linguística faz entre “o elemento material” e “o elemento formal” das palavras. Em todas as épocas perguntou-se se esses dois elementos são da mesma origem, ou se não há entre eles alguma diferença de natureza. Não devo entrar agora nessa questão. Quero somente mostrar que ela pode nos levar a considerar como pertencente ao “elemento formal” letras ou sílabas tomadas a partir do “elemento material”. Trata-se de um fenômeno de irradiação (Bréal, 1992, p. 45).

Esse trânsito entre elemento material e elemento formal é apontado pelo autor em outros tantos casos, para demonstrar que mais uma vez a necessidade de se alcançar uma exposição clara e adequada, inteligível mesmo, levou-nos à lei da irradiação (Bréal, 1992, p. 45-46).

Outro apontamento de Bréal (1992, p. 47) trata da longa duração das flexões, mesmo após seu desaparecimento formal, ou seja, mesmo depois da ação das leis fônicas. Para além, essas flexões podem sobreviver na língua literária após sua existência ter sido superada no âmbito popular (idem, p. 49).

Indo um pouco mais adiante nessa ideia, o autor aborda as falsas percepções e esclarece logo de princípio que se trata da história relacionada à desinência. Falsa, pois comete equívocos na perspectiva da memória, ou justamente pela ausência dela, uma vez que emprega, por exemplo, as flexões de forma utilitária sem dar a devida atenção ao lugar de sua origem. Cumpre esclarecer que essa observação está restrita ao aspecto histórico (Bréal, 1992, p. 51-52).

Para Bréal (1992, p. 53) a importância da analogia para a linguística está relacionada ao fato de o ser humano ser eminentemente um imitador. Mas, a analogia não tem um fim em si mesma; ela é antes um meio de tornar a linguagem mais acessível:

[...] é graças a analogia que a criança, sem aprender uma após outra todas as palavras da língua, sem ser obrigada a tentá-las uma a uma, as domina num tempo relativamente curto. É graças a ela que estamos certos de ser entendidos, certos de sermos compreendidos, mesmo se chegamos a criar uma palavra nova (Bréal, 1992, p. 62).

As línguas usam a analogia para superar entraves e promover atalhos. Nesse sentido a analogia permite: evitar dificuldades de expressão; obter mais clareza; sublinhar oposições, ou semelhanças; ajustar-se a uma regra antiga, ou nova (Bréal, 1992 p. 53-59).

Os linguistas, de acordo com Bréal (1992, p. 63-69), detiveram-se em identificar as perdas da linguagem, mas pouco buscaram sobre a identificação de suas novas aquisições. Nesse ponto, a solidificação das línguas se constitui no longo prazo da história, identifica-se com a história estrutural, pois será preciso não menos que um período de seis mil anos para “avaliar o período de civilização representado por nossa família de línguas (Bréal, 1992, p. 69).

Como remate da argumentação sobre as leis da linguagem e sobre a inexistência de um caráter catastrófico nesses fenômenos, Bréal (1992, p. 71-74) traz a extinção das formas inúteis. Identifica nesta extinção um fenômeno impulsionado pela superprodução de palavras e formas advindas da ideia de que as coisas são estáticas. Essas formas e palavras são extintas antes por necessidade e vontade de uma sociedade, que simplesmente pelo desejo dos foneticistas. Assim, o autor conclui:

Por toda a parte em que fixemos os olhos com atenção, vemos se esvaír esta pretensa fatalidade que será, dizemos nós, a lei da linguagem. As leis fonéticas não reinam sem controle; elas não podem mais destruir uma palavra indispensável, ou simplesmente útil, assim como não podem fazer durar uma forma supérflua (Bréal, 1992, p. 74).

Bréal detém-se ainda em apresentar a maneira como o sentido das palavras se fixou. Neste bojo se inserem apontamentos sobre: as supostas tendências das palavras; a restrição e a ampliação do sentido; a metáfora; a polissemia; os nomes compostos e os grupos articulados (Bréal, 1992, p. 75-126).

Sobre as supostas tendências das palavras, cumpre destacar que a dinâmica de modificação nos sentidos das palavras ocorre de forma mais acelerada à medida que as sociedades se tornam mais complexas. Ou seja, as transformações são mais intensas nas sociedades modernas, do que nas da antiguidade (Bréal, 1992, p. 80).

A história das palavras diz muito sobre suas modificações de sentido. Assim, o exemplo da palavra cliente em Bréal (1992, p. 80) é esclarecedor desses diferentes modos de flutuação da língua:

Client, em latim, aquele que obedece, o servidor”. Um patrício em Roma tinha clientes. A palavra designou em seguida aquele que, chamado diante do tribunal, invoca a proteção de um patrão para o defender. Mas essa expressão, nos modernos, tendo passado ao médico, depois do médico ao comerciante, ao empresário e até ao pequeno caixeiro, o sentido terminou por ser falseado, pois

é contrário à lógica dar um nome que implica a ideia de obediência àquele que faz os pedidos.

Em relação à restrição, ou à ampliação do sentido, estas se referem ao fato de que em nossas línguas a desproporcionalidade “entre a palavra e a coisa” é permanente (Bréal, 1992, p.81). Encontra-se no estudo sobre a história do sentido das palavras, a compreensão das causas de sua restrição, ou de sua ampliação. Novamente, as sociedades mais complexas são o campo de maior observação da variedade desses fenômenos de restrição, ou ampliação dos sentidos.

As causas mais diversificadas podem motivar a aplicação da restrição do sentido. O destaque, segundo Bréal (1992, p. 84), fica para as palavras que se inserem “na vida moral”. Um exemplo utilizado pelo autor é “a palavra *Busse*, que queria dizer “reparação”, tomou, com o cristianismo, o sentido de “penitência”: uma vez impresso o selo religioso, os outros empregos caíram em desuso” (Bréal, 1992, p. 84).

No que se refere à ampliação de sentido, esta tem nas palavras compostas seu lugar privilegiado e no verbo “a parte do discurso que apresenta os mais numerosos exemplos” (Bréal, 1992, p. 88).

Bréal (1992, p. 91-97), ao se referir à metáfora afirma a diferenciação desta em relação aos outros fenômenos da linguagem abordados em seu estudo. Isso porque a metáfora, ao contrário de outras transformações das línguas, não ocorre de forma lenta e gradativa, ela se configura como uma mudança instantânea e tem disposição de difundir-se pelas diferentes línguas. Nesse sentido, de acordo com Bréal:

As metáforas não ficam presas à língua em que nascem. Quando são justas e surpreendentes, elas viajam de idioma a idioma e se tornam patrimônio do gênero humano (Bréal, 1992, p. 96).

Abordados alguns dos motivos que levam os termos a adquirirem novos sentidos, vamos nos deter um pouco na conceituação de polissemia por Bréal (1992, p. 103). A aquisição de sentidos por uma palavra é, de certo modo, cumulativa, o surgimento de um novo significado, não elimina, ao menos não rapidamente, o sentido anterior do termo. Desse modo é que os sentidos de uma palavra vão se avolumando, conforme amplia a

diversidade de características da ação social e intelectual que esse termo passa a representar (Bréal, 1992, p. 103).

Ao assinalar a língua como fruto da inteligência humana, Bréal (1992, p. 103) a compara com um vasto “catálogo” representativo dessa inteligência. E a polissemia como as vezes em que “o catálogo, sob um nome de expositor, nos remete a diferentes classes” (Bréal, 1992, p. 103). Pouco a pouco, Bréal (1992, p. 104) vai demonstrando como o enunciado, o espaço, o lugar, o texto e a própria interlocução apresentam o sentido de uma palavra polissêmica, com pouca margem para confusões e contradições. É com esse espírito que o autor escreve:

Quando vemos o médico assistindo um doente, ou quando entramos em uma farmácia, a palavra *ordonance* (receita) toma para nós uma cor que faz que não pensemos de modo algum no poder legislativo dos reis de França. [...] O que dizemos daquele que fala não é menos verdade para aquele que escuta. Ele está na mesma situação; seu pensamento segue, acompanha ou percebe o pensamento de seu interlocutor. Ele fala interiormente ao mesmo tempo que nós; não está mais exposto que nós a se deixar perturbar por significações colaterais que dormem no mais profundo de seu espírito (Bréal, 1992, p. 104).

No exemplo do médico que assiste o paciente, o enunciado deixa claro o sentido da palavra “assistir”, não resta motivos para contradição no que se refere ao seu significado. É como se este significado chegasse junto com a palavra.

Conforme o tempo de duração da palavra em um espaço específico da língua, pode ocorrer de se identificar a palavra com ortografias distintas. Um exemplo deste caso no nosso vocabulário é a palavra *seção*, ou *sessão*, as quais têm seus sentidos diferenciados pela própria forma de grafar (Bréal, 1992, p. 105).

É comum observar a polissemia cuja causa seja a redução. Ou seja, entre duas palavras, ou mais, somente uma delas permanece e absorve o significado das outras. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que “um signo pode ser cortado, diminuído, reduzido pela metade, contanto que ele seja reconhecível, sempre preenche a mesma função (Bréal, 1992, p. 107).

Uma outra subárea da linguística trazida por Bréal (1992, p. 113-126) é a composição dos nomes. Aqui, mais uma vez, o autor destaca que apesar dos diversos estudos desenvolvidos sobre esta temática, falta atenção ao campo semântico. A

preocupação, muitas vezes, encerra-se nas questões da forma: “acentuação, vogal de ligação, ordem dos termos” (Bréal, 1992, p. 113).

O sentido tem importante função na apreensão de como os nomes surgem e se consolidam: “os substantivos são signos ligados às coisas: eles encerram exatamente a parte da verdade que um nome pode encerrar, parte necessariamente tão menor quanto mais tem de realidade o objeto” (Bréal, 1992, p. 123); sentido e forma estão intimamente ligados. Nesse aspecto, a história que pode trazer a origem dos termos ocupa papel fundamental. Após apresentar exemplos de que algumas categorias gramaticais foram se constituindo gradualmente ao longo da história recente da língua, Bréal traz uma generalização dessa ideia:

Já que as três categorias, a do advérbio, a da preposição e a da conjunção, não existiram sempre, mas se formaram numa época relativamente recente por uma lenta elaboração, não é temerário supor algo de semelhante, numa época mais antiga, para as categorias do substantivo, adjetivo e do verbo. [...] Assim entendidas, essas categorias não são contemporâneas do primeiro despertar da inteligência. Elas se formaram pouco a pouco como as do advérbio e da preposição, embora muito antigamente para que possamos seguir sua evolução (Bréal, 1992, p. 131-132).

A linguagem, levando-se adiante essa concepção, possui uma lógica própria, diferente da comumente atribuída a esse termo. Nesse sentido, ela é constituída pela lógica popular. Isso porque, a lógica está habitualmente relacionada a um raciocínio de concepção abstrata, pouco, ou nada flexível, com regras que criam paradigmas de longo prazo, a linguagem ao contrário tem uma lógica carregada por analogias e que se movimenta de acordo com as necessidades de aquisição de sentidos (Bréal, 1992, p. 151-169). Assim, conforme Bréal:

A semântica pertencerá à ordem das pesquisas históricas. Não há uma única mudança de sentido, uma única modificação da gramática, uma única particularidade da sintaxe que não deve ser considerada como um pequeno acontecimento da história. Dir-se-á que a liberdade está ausente nesse domínio, porque eu não sou livre para mudar o sentido das palavras, nem para construir uma frase segundo uma gramática que me seria própria? Mostramos que essa limitação de liberdade se deve à necessidade de se ser compreendido, ou seja, ela é da mesma espécie que as outras leis que regem a nossa vida social (Bréal, 1992, p. 168).

Finalizando provisoriamente, para Bréal (1992), a linguística deve estudar como se dão as permanências e mudanças na linguagem, entendendo que não existe linearidade nesses movimentos, uma vez que como ciência humana sua constituição ocorre de forma

pouco imperiosa, em meio a conflitos, entraves e limitantes, tendo como impulso fundamental a vontade de se fazer compreender. É a modificação no modo pelo qual os falantes processam a linguagem em suas mentes que determina a alteração linguística. O estudo da linguagem se configura, então, como o estudo dos sentidos da enunciação (Bréal, 1992 p. 168).

Feita a digressão sobre as contribuições de Michel Bréal, nos deteremos agora em retomar algumas das reflexões apresentadas por Émile Benveniste. Linguista francês do século XX, Benveniste trouxe apontamentos importantes para os estudos da semântica. Na concepção de Benveniste a busca pela compreensão da semântica da enunciação deve colocar luz sobre a relação entre linguagem, homem, cultura e sociedade.

Isso porque, para esse pesquisador morfologia e gramática não são o bastante para esclarecer o funcionamento da língua, ou seja, é preciso ir além e distinguir o emprego das formas do emprego da língua. A compreensão deste último determina a necessidade de se prestar atenção a esse movimento que é a língua em uso, uma vez que o que coloca a língua em funcionamento é a ação individual do seu uso. A atenção principal desse tipo de análise está na produção do enunciado e não no texto em si. Há aqui uma combinação entre o enunciado em si e as circunstâncias e as ferramentas necessárias para sua realização. Sobre isso Benveniste assevera que é a relação discursiva do locutor com o “mundo” que caracteriza a enunciação:

[...] o que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o quadro figurativo da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas "figuras" igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. E a estrutura do diálogo. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação. (Benveniste, 1989, p. 87).

Para compreender melhor estes apontamentos de Benveniste (1995) façamos uma retomada sobre alguns de seus estudos. O termo estrutura e suas derivações, em especial a palavra estrutural adquiriram uma relevância para qualificar a linguística, de tal forma que outras disciplinas passaram a adaptá-los em seus campos reflexivos. “Não se pode percorrer hoje o sumário de uma revista de linguística sem encontrar um desses termos” (Benveniste, 1995, p. 97).

Nesse sentido, voltemos às reflexões de Saussure, considerado o precursor do estruturalismo moderno. Contudo, é importante ressaltar que a palavra estrutura e suas derivações não são, para este pensador, fundamentais aos estudos da linguagem. Sistema é o conceito essencial da linguística em Saussure (Benveniste, 1995, p. 98).

Para regressar aos estudos de Saussure utilizaremos o “Curso de Linguística Geral”, escrito por seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye. Ao longo da apresentação do conceito de sistema propõe-se trabalhar com a língua e não com a linguagem, por considerar esta última um campo mais amplo. O conceito de sistema por Saussure (2012) modifica o entendimento de estudo da semântica da língua, por meio da análise de termos isolados e consolida a preocupação em analisar a palavra relacionada à suas vizinhas.

A definição de língua proposta por Saussure se insere no que ele denomina Linguística Interna e deve abster-se de abordar aquilo que compõe a Linguística Externa; ou seja, exclui-se a influência na e para a língua das histórias social, cultural e política das sociedades; “as relações da língua com instituições de toda espécie, a Igreja, a escola etc.” (Saussure, 2012, p. 53-54). Importa compreender o modo como a língua se organiza e nesse processo entender que os termos só adquirem sentido em suas relações, uns com os outros, não é possível pensar a língua de forma fragmentada. A língua consiste num “sistema de signos que exprimem ideias e é comparável, por isso à escrita [...]” (Saussure, 2012, p.47). Os signos, em Saussure, têm caráter linear e arbitrário e o signo se constitui de significado e significante. Em linguística esses dois elementos representam o conceito e a imagem acústica, respectivamente, é da apreensão indissociável do conceito e da imagem acústica que se forma o signo (Saussure, 2012, p. 108-110). Será possível notar mais adiante, nesta contextualização teórica, que a conceituação de signos e significação apresentará modificações em Benveniste (1989; 1995) e posteriormente em Guimarães (2012; 2018).

É no bojo desta reflexão sobre o signo que se insere o conceito de sistema definido no excerto a seguir, por meio da comparação com um jogo de xadrez:

A língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria. Uma comparação com o jogo de xadrez fará compreendê-lo melhor. Nesse jogo é relativamente fácil distinguir o externo do interno; o fato de ele ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema e às regras. Se eu substituir as peças de madeira por peças

de marfim, a troca será indiferente para o sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças, essa mudança atingirá profundamente a “gramática” do jogo. Não é menos verdade que certa atenção se faz necessária para estabelecer distinções dessa espécie. Assim, em cada caso, formular-se-á a questão da natureza do fenômeno, e, para resolvê-la, observar-se-á esta regra: é interno tudo quanto provoca mudança do sistema em qualquer grau (Saussure, 2012, p.55-56)

Ao contrário do que se possa imaginar, ao focar seus estudos na língua, em separação à fala, Saussure não restringe sua análise. Outrossim, cumpre esclarecer que esse conceito de sistema por Saussure abre caminho para os estudos de Benveniste (1989) sobre semântica, uma vez que coloca a dimensão social no centro da compreensão da língua. Na concepção saussuriana a análise da língua coloca em paralelo paradigma e sintagma, sendo o primeiro o sistema em si, constituído por suas regras e o segundo as escolhas que se pode fazer ao colocar esse sistema em movimento, no seu âmbito que é a coletividade. Voltando ao jogo de xadrez, o paradigma são as peças definidas e as regras que conduzem o jogo; de outro lado o jogo em curso é definido pelas escolhas de movimentação das peças, feitas pelos jogadores. É por meio da análise dessas movimentações que as palavras adquirem sentido (Saussure, 2012, p. 171-182).

Essas noções sobre a língua trazidas por Saussure, culminando na concepção de sistema, construíram as bases da estrutura como elemento essencial na qualificação da linguística. As línguas são constituídas por sistemas, esses sistemas possuem modos próprios de organização e a essas formas de organização denominamos estrutura. Torna-se assim fundamental conhecer a estrutura da língua para analisá-la (Benveniste, 1995, p.101-102). Sobre esse aspecto Benveniste afirma:

Cada sistema sendo formado de unidades que se condicionam mutuamente, distingue-se dos outros sistemas pela organização interna dessas unidades, organização que lhe constitui a estrutura. Certas combinações são frequentes; outras, mais raras, outras enfim, teoricamente possíveis, não se realizam nunca. Encarar a língua (ou cada parte de uma língua – fonética, morfologia etc.) como um sistema organizado por uma estrutura que é preciso desvendar e descrever, é adotar o ângulo “estruturalista”. [...] A doutrina estruturalista ensina a predominância do sistema sobre os elementos, visa a destacar a estrutura do sistema através das relações dos elementos, tanto na cadeia falada como nos paradigmas formais, e mostra o caráter orgânico das mudanças às quais a língua é submetida. (Benveniste, 1995, p. 102-104).

O conceito de estrutura em Benveniste traz consigo algumas modificações na concepção de sistema de Saussure, em especial, no que se refere ao signo. Em Saussure

o signo é arbitrário, isso implica dizer que ele “não tem com o significado nenhuma ligação natural na realidade” (Benveniste, 1995, p. 54). Para Benveniste a união entre os componentes do signo – o significado e significante – é imperativa, mas não arbitrária. Nessa perspectiva, a relação entre o conceito e a imagem acústica só adquire sentido na realidade. “Para o falante há entre língua e realidade adequação completa” (Benveniste, 1995, p. 57). Assim, para Benveniste:

[...] o signo, elemento primordial do sistema linguístico, encerra um significante e um significado cuja ligação deve ser reconhecida como necessária, sendo esses dois componentes consubstanciais um com o outro. O caráter absoluto do signo linguístico assim entendido comanda, por sua vez, a necessidade dialética dos valores em constante oposição, e forma o princípio estrutural da língua (Benveniste, 1995, p. 59).

E nesse ponto que adentramos à semântica apresentada por Benveniste, tendo no estudo da linguagem o método como indissociável da realidade. Desse modo, em Benveniste (1995, p. 127-140), as palavras adquirem sentido no enunciado, ou, dito de outro modo, a caracterização do signo é mais complexa que a palavra, pois mobiliza um conjunto de associações em sua apreensão; o enunciado, por sua vez, embora seja composto pelos signos, também se configura como um signo (Benveniste, 1995, p. 138) e tem seu sentido vinculado ao discurso. Assim, não se restringe à correta utilização da língua. É, antes disso, uma complexa relação entre forma, sentido e sua relação com situações concretas, constituídas de elementos particulares, ou gerais (Benveniste, 1995, p. 136-139).

No interior dessa perspectiva do enunciado, é possível afirmar que a frase se estabelece como unidade, mas não relacionada, ou comparada a outras unidades dessa mesma natureza e, sim, enquanto fração de um discurso. Assim, a frase de um lado, está relacionada ao conjunto discursivo, no qual se insere e, de outro lado, é detentora de sentido próprio. Tem-se nessa concepção dois atributos da frase, sintetizados em situação e significação respectivamente. Dito de outro modo, a frase enquanto unidade possui significação, mas compreender o sentido implica apreender a situação a qual ela se refere (Benveniste, 1995, p. 139-140). “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem” (Benveniste, 1995, p. 140).

Para Benveniste semiótica e semântica estão dissociadas na medida em que concebem de forma diferente o funcionamento da língua. Na semiótica importa o emprego das formas, ao passo que para a semântica é o emprego da língua que merece

atenção. Os sujeitos se apropriam da língua por meio da enunciação, colocando em movimento um conjunto de signos linguísticos num esforço de comunicação. É a partir dessa concepção que Benveniste concebe “o aparelho formal da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 81-88).

Nessa perspectiva, diferente de Saussure, Benveniste considera heterogêneas as formas da língua. Essa colocação do autor sobre o enunciado é esclarecedora daquilo que vimos tentando afirmar nesses últimos parágrafos:

É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor que toma a língua por instrumento e nos caracteres linguísticos que marcam essa relação. (Benveniste, 1989, p. 82).

É nessa mobilização da língua expressa na citação acima que o falante lança mão de “um aparelho de funções” para se comunicar, num movimento de instrumentalização da língua para alcançar o seu interlocutor. É por meio desse entendimento da relação do falante com a língua, tornando-se esta última heterogênea, porque é instrumentalizada pelo indivíduo que promove o seu emprego, que Benveniste apresenta as características do aparelho formal da enunciação (Benveniste, 1989, p. 86).

Benveniste (1995) segue buscando demonstrar que semântica e gramática caminham juntas no esforço de construção da significação. O autor (Benveniste 1995, p. 141-348) irá trabalhar com diferentes categorias gramaticais para comprovar que o entendimento do sentido dos signos nos textos, ou nos enunciados, ocorre por meio da compreensão dos empregos das palavras. Essa reflexão vale para as variações de uma língua em particular, mas, especialmente, para as variações nas diferentes línguas. Tratem-se de algumas dessas abordagens, ou desses exemplos utilizados nas reflexões de Benveniste (1995, p. 141-159; 204-245 e 319-348).

Nesse exercício de reflexão, Benveniste dedica algumas páginas para tratar do sistema sublógico das preposições em latim. Para tanto destaca, do latim, a preposição *prae*, que em português pode ser indicada pela locução prepositiva “diante de” (Benveniste 1995, p. 142). Os diferentes empregos de *prae* deixam transparecer uma forma na qual articulam suas funções e seu sentido. Identificar essa forma é crucial para definir a essência semântica e gramatical desta preposição (Benveniste, 1995, p. 141-142). O autor demonstra que a dificuldade de definição nas preposições (e isso pode ser generalizado para outras categorias gramaticais) está em explicar seus usos causal e comparativo e aponta o caminho para a solução desse problema:

A solução deve decorrer das condições propostas para a significação geral da preposição. O *prae* causal e o *prae* comparativo devem explicar-se juntos pelo mesmo esquema sublógico que está na base dos empregos comuns de *prae* (Benveniste, 1995, p. 146).

Assim, é pela significação geral dos signos que se explica, tanto a sua pretensa definição causal, quanto sua definição comparativa. Pretensa, pois, segundo Benveniste, a preposição mantém um sentido em todos os seus usos. É essa essencialidade de *prae* que o autor busca demonstrar ao longo da sua exemplificação, a qual constitui e reconstitui sua estrutura no movimento observado da linguagem (Benveniste 1995, p. 146-149). Nas palavras de Benveniste:

Todos os empregos de *prae* estão contidos assim dentro de uma definição constante. Quisemos mostrar, com um exemplo, que, no estudo das preposições, sejam quais forem o idioma e a época considerados, uma nova técnica de descrição é necessária, e se torna possível, para reconstruir a estrutura de cada uma das preposições e integrar essas estruturas num sistema geral. A tarefa acarreta a obrigação de reinterpretar os dados adquiridos e refundir as categorias estabelecidas. (Benveniste, 1995, p. 149)

Em relação às categorias verbais, Benveniste (1995, p. 183-1910) segue demonstrando como a significação, mais que a forma na análise da linguagem. Ao tratar do verbo, fica mais evidente a importância de relação sujeito/mundo na construção da significação. Assim, o debate estabelecido pelo autor sobre a voz do verbo, caminha em direção à compreensão de que a definição sobre essa categoria verbal passa, necessariamente, pelo sujeito e sua posição no processo. Depreende-se daí que a significação da estrutura e da função semântica está intimamente ligada ao sujeito (Normand, 2009, p. 12-19). Após enumerar diversos exemplos de verbos nas vozes ativa e média Benveniste afirma:

Dessa confrontação se destaca de maneira bem clara o princípio de uma distinção propriamente linguística, referente à relação entre o sujeito e o processo. No ativo, os verbos denotam um processo que se efetua a partir do sujeito e fora dele. No médio, que é a diátese que se definirá por oposição, o verbo indica um processo do qual o sujeito é a sede; o sujeito está no interior do processo (Benveniste, 1995, p. 187)

Importa aqui observar que o exemplo das classes do verbo (ativo e médio) ilustram o princípio benvenistiano de que “a diversidade das formas linguísticas exprime (ou seja, ao mesmo tempo constitui e formula) a diversidade das relações entre o sujeito e o mundo (Normand, 2009, p. 16).

Cumpramos apresentar as considerações sobre a sintaxe, como um último exemplo de Benveniste nesse esforço de evidenciar que a significação se constitui pela relação

semântica e gramática, sendo essa última ligada à significância dos signos (a forma) e, a semântica o espaço que confere sentido à forma, uma vez que é nesse espaço que a ação enunciativa significa.

Benveniste abordou os diferentes exemplos de categorias gramaticais, demonstrando que a definição da semântica está vinculada ao sujeito e sua relação com o mundo, ou seja, passa pela história, cultura e sociedade. Considerado um comparatista por muitos estudiosos de sua obra, seu esforço de comparação das variações linguísticas, nas diferentes línguas, está presente nos diversos exemplos utilizados em suas explicações. Em relação à sintaxe não é diferente:

A sintaxe da frase relativa no indo-europeu comum aparece, pois, como dotada da mesma estrutura que nas línguas de outras famílias analisadas primeiro aqui. O que há de comparável em sistemas linguísticos completamente diferentes entre si são funções, assim como as relações entre essas funções, indicadas por marcas formais. (Benveniste, 1995, p. 244)

A articulação da definição semântica que se busca na linguagem e o esforço humano de se fazer compreender está evidenciada ao longo de toda a argumentação benvenistiana. A semântica de Benveniste é a semântica da enunciação, ou seja, é a língua convertida em discurso:

Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as reestabelecemos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística (Benveniste, 1995, p. 293).

Assim, a significação é a base da linguagem, retomando a importância da associação forma e sentido, significado e significante para a definição da semântica da enunciação. O desígnio da linguagem é a melhor comunicação e o discurso sua materialidade (Benveniste, 1995, p. 294-305).

1.2 UM PREÂMBULO PELA ANÁLISE DO DISCURSO

Importante trazer também a influência do campo teórico da Análise do Discurso – AD, para o processo de construção dessa concepção do campo teórico da semântica, a qual a partir de alguns estudos e análises se constituiria como a Semântica do Acontecimento.

Para a Análise do Discurso o sentido da língua se estabelece como um trabalho simbólico, marcado pela história, que é característica intrínseca do ser humano. Nessa

perspectiva a concepção de discurso é constituída pela relação entre história, sujeito e língua. A língua, por sua vez é o trabalho do sujeito que adquire sentido na historicidade humana, fazendo da linguagem a relação humana com sua realidade social (Orlandi, 2013). Nesta perspectiva, a Análise do Discurso “trata do discurso. E a palavra discurso etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento.” Nessa perspectiva a linguagem se constitui como intercessora entre ‘o homem e a realidade natural e social’ (Orlandi, 2013, p. 15). A busca pela compreensão da linguagem e sua produção é a preocupação da Análise do Discurso, essa busca ocorre no entendimento da relação que o homem estabelece com a linguagem e o mundo a sua volta.

A linguagem em um determinado texto não se apresenta explicitada, para a Análise do Discurso, por isso a preocupação central não está em entender o que foi escrito ou dito, mas como e por quê. O foco é o processo de produção e seus efeitos pretendidos e efetivados (Orlandi, 2013).

A constituição da Análise do Discurso Materialista nos moldes atuais remete à década de 1960, época em que a composição da AD, na França, por um grupo coordenado por Michel Pêcheux, passou a se identificar com questões produzidas pela articulação entre três dimensões, a saber: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

A apreensão da língua, levada a termo pela constituição dinâmica e não linear da relação entre linguagem, pensamento e mundo. A segunda dimensão é a sua associação com o materialismo histórico como matriz da relação história e língua na produção e apreensão de sentido. Por último, a Psicanálise transforma o conceito de homem em decorrência de sua natureza de sujeito histórico. Orlandi (2013) esclarece:

Assim para a Análise do Discurso:

- a. A língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. A história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c. O sujeito da linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

[...] A Análise do discurso, trabalhando na confluência desse campo de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte das disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas e conhecimento em seu conjunto: esse novo objeto é o discurso (Orlandi, 2013, p. 19-20).

A observação dessa relação estabelecida com a AD mostra que não é a tradução da comunicação que compõe o discurso, já que ele é forjado pelo resultado de uma complexa relação entre “sujeitos e sentidos, afetados pela língua e pela história”. O discurso se constitui assim, no “efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2013, p. 21).

Dessa forma, é perceptível que a relação entre língua e discurso, descrita nas linhas acima são objeto da Análise do Discurso e é no rompimento com a fragmentação ou o isolamento das partes que os condicionantes linguísticos, os determinantes históricos e o próprio discurso, os quais estão profundamente imbricados.

Foucault, em *A Ordem do Discurso*, defende o discurso enquanto dispersão que deve ser descrita pelo analista, num processo que inclui a preocupação em verificar: as regularidades presentes nos elementos que o compõem; a ordem de sua manifestação; e a existência de correlações em sua simultaneidade, as posições determinadas em um espaço comum, as transformações ligadas e hierarquizadas. Sendo assim, deve-se pensar que os falantes se constituem a partir de lugares institucionais de onde falam e da sua posição, como sujeitos de fala (Foucault, 2007).

Assim, a interdição dos discursos está relacionada aos lugares que ocupam histórica, política e socialmente. O falante não é livre a dizer tudo, em qualquer lugar; as normativas estabelecidas no ambiente social e político que estabelecem os dizeres aceitos ou não. A aceitação tem ainda relação com o lugar sociopolítico que esse falante ocupa, num determinado momento, num dado espaço (Foucault, 2007).

Desse modo, é principalmente o que Foucault define como vontade de verdade que exerce o poder de coerção sobre os discursos, uma vez que essa vontade busca legitimar alguns dizeres e, nesse movimento, deslegitima outros. A vontade de verdade não é autêntica, uma vez que como assevera Foucault (2007), a deslegitimação é exterior ao sujeito e sugere uma única perspectiva de verdade. Por isso, é uma rejeição a todas as perspectivas discursivas contrárias àquela estabelecida. Para Foucault:

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la (Foucault, 2007, p. 19).

Outro aspecto da AD importante de ser observado, que se encontra em Foucault (2005), é aquele que entende o discurso como manifestação das relações de poder. Ou seja, os procedimentos coercitivos compatíveis com os contextos da própria história se

inserir na sociedade permeada por práticas discursivas controladas, selecionadas e organizadas histórica e socialmente.

Foucault (2013) nessa reflexão expõe uma sociedade caracterizada por relações de poder em disputa, as quais são legitimadas nos sujeitos por meio dos quais insurgem e se materializam. Questões relativas ao conhecimento se configuram como espaço privilegiado da assimilação do poder por alguns sujeitos e de sua legitimação por outros sujeitos. Nessa linha de reflexão, cumpre inserir ainda o disciplinamento como basilar na formação da subjetividade dos sujeitos. Finalmente, é a permanência na exclusão de todos que se contrapõem ao padrão fundante do poder discursivo. Assim é o disciplinamento aliado ao (des)conhecimento que propiciam a manutenção do poder dominante. É nessa perspectiva que a AD envida esforços para compreender as relações históricas, os conflitos, as negociações e sujeições das práticas presentes nos discursos.

Feito este preâmbulo pela AD, bem como a retomada de algumas das principais reflexões sobre a análise semântica de Bréal e Benveniste, focalizaremos nas linhas posteriores a apresentação dos conceitos construídos pela semântica da enunciação de Guimarães.

1.3 A SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

Feito esse preâmbulo, retomemos o campo da Semântica, para nos determos na construção da teoria que instituiu o campo conceitual da semântica do acontecimento. “Semântica, enunciação e sentido” (2018), como obra imprescindível para esta pesquisa, se constitui em um livro que segundo o próprio Guimarães traz contribuições significativas para a produção sobre a conceituação teórico-metodológica da semântica da enunciação. Nessa obra Guimarães se aprofunda na produção conceitual de como se dá a significação do enunciado. Nesse esforço de construção o autor pontua que o enunciado, enquanto unidade de análise da semântica, bem como as expressões linguísticas que o integram, adquirem significação por meio de sua relação com o texto.

O esforço analítico envidado por Guimarães permitiu a produção de uma obra que apresenta “o que a semântica de enunciação, tomada como uma semântica que analisa enunciados e expressões no acontecimento da enunciação, possibilitou e exige” (Guimarães, 2018, p. 9). A discussão aqui proposta passa pelo exercício de aplicar na

análise do uso da expressão mulher e trabalho no livro didático, essa conceituação da semântica da enunciação.

A semântica enquanto disciplina científica que se ocupa da significação da linguagem que, por sua vez, é produzida pela enunciação. E, em sequência, a enunciação se caracteriza pelo dizer de um falante na relação com os demais. O ponto de vista dessa disciplina científica apresentado aqui, parte da compreensão de que o enunciado não possui, senão uma independência relativa constituída por sua consistência interna. Assim, o que faz o enunciado significar é a sua relação com o texto. (Guimarães, 2018, p. 13-18).
Nas palavras do teórico:

É a independência relativa, aliada à consistência interna, então, que faz o enunciado significar e assim ser enunciado, e não se reduzir a uma sequência de sons, ou de palavras, ou de formas, simplesmente (Guimarães, 2018, p. 16).

Uma análise baseada na semântica da enunciação inclui em seu bojo um estudo de alguns dos aspectos dos enunciados já existentes, sem se descuidar do fundamental entendimento dos elementos linguísticos que caracterizam a análise em curso. Trazendo para o estudo das palavras mulher e trabalho, no livro didático, cumpre compreender alguns aspectos memoráveis dessa expressão em enunciados já constituídos, mas tendo como essência os enunciados presentes nos textos do livro didático estudado. Uma análise assim encaminhada tem em mente que “A enunciação, que produz sentidos, é o acontecimento do funcionamento da língua num espaço de enunciação” (Guimarães, 2018, p. 22).

Nessa perspectiva, cumpre lembrar que para Guimarães sentido é o termo que designa a significação dos enunciados e significação, por sua vez, caracteriza-se como “conceito geral, objeto da semântica” (Guimarães, 2018, p. 17). Esse entendimento de Guimarães nos leva ao encontro da abordagem conceitual do espaço da enunciação.

Nesse sentido vale retomar um fundamento já trazido por Benveniste, o qual compreende a semântica da enunciação como um estudo que correlaciona linguagem, sociedade e cultura. A compreensão desse conceito passa pela caracterização da língua como elemento não estático, constituído histórica e culturalmente, uma vez que é eminentemente humana e da linguagem como a produção da significação pela língua. Por

outro lado, são as línguas no espaço de enunciação que constituem o falante, o qual é identificado nesse contexto como figura linguística. Nesse sentido, conforme Guimarães:

[...] o falante é um lugar de enunciação determinado pela relação com a língua, no espaço de enunciação. Ou seja, as línguas do espaço de enunciação se relacionam umas com as outras na medida em que constituem seus falantes. E esta constituição dos falantes se faz pelo modo como as línguas determinam os falantes, agenciam os falantes como seus de algum modo. O falante não é, portanto, uma figura física. É uma figura linguística constituída por essa relação de línguas, que tomam os falantes, que se distribuem desigualmente para os falantes ao constituí-los. (Guimarães, 2018, p. 24-25).

Importante essa desvinculação do falante em relação à pessoa, entendida como ser constituído biológica e psicologicamente. Desse modo, na análise embasada pela semântica da enunciação, o falante se constitui como uma figura linguística, determinada pelo espaço de línguas e de falantes. É a esse espaço que se denomina espaço de enunciação (Guimarães, 2018, p. 23-26). Essa interdependência entre diferentes falantes e diversas línguas confere uma complexidade à análise aqui proposta, a qual exige nos determos um pouco mais na compreensão dessa conceituação.

O espaço de enunciação enquanto espaço das línguas e dos falantes está relacionado a questões históricas e culturais e nesse sentido envolve política e poder. Esse espaço não está para todas as línguas e todos os falantes da mesma forma e esse aspecto importa em uma análise semântica enunciativa. Assim, mesmo no caso de uma língua e seus falantes, ou no qual prevaleça esta língua, o espaço de enunciação está constituído por uma multiplicidade de línguas e de falantes. Isso porque “o funcionamento das línguas está exposto ao falante que as afeta permanentemente” (Guimarães, 2018, p. 34). Nas palavras de Guimarães:

[...] há uma diversidade da língua, produzida por uma divisão da própria língua na relação com seus falantes, funcionando politicamente no espaço de enunciação. Este funcionamento político apresenta a língua como uma e como aquela que dirige o espaço de enunciação. E isto não é um espaço empírico, quantitativo etc. É uma característica semântica, de significação. Este aspecto leva a considerar que não há espaço de enunciação que não seja múltiplo, pois, mesmo que nele haja “só uma língua”, ela não é uma só, ela se divide, exatamente porque seu funcionamento está necessariamente exposto a algo externo, pois os falantes são determinados pelas condições históricas de existência (Guimarães, 2018, p. 34).

A definição de enunciação com a qual vimos trabalhando reivindica que nos detenhamos um pouco em esclarecer a ideia de acontecimento que a acompanha para os fins deste estudo. Já dissemos anteriormente que a significação do enunciado se dá na sua relação e integração com o texto. Compreender o acontecimento da enunciação nos leva a prosseguir um pouco mais nessa discussão. Isso porque a significação do enunciado não se apresenta como simples resultado do que se diz naquele momento, ela envolve enunciações passadas e futuras (Guimarães, 2018, p. 37-40). Guimarães leva esse entendimento do acontecimento para além dos textos:

O que nos interessa observar aqui é como as enunciações, quaisquer que sejam, cada uma, no cotidiano, num texto formal, numa conversa, numa fala pública, devem ser tomadas como acontecimento no sentido que acabo de apresentar. Ou seja, o acontecimento da enunciação constitui, a cada vez, sua temporalidade significativa: um passado, um presente e um futuro de sentidos (Guimarães, 2018, p. 40).

Nessa concepção, o acontecimento se dá pelo funcionamento da língua e desse modo “se constitui num espaço de enunciação, pois se constitui pelo funcionamento de uma língua, ou línguas” (Guimarães, 2018, p.41). Nesse sentido, funda-se uma nova figura, o lugar de enunciação, caracterizado como o agenciamento dos falantes pelo acontecimento de enunciação. “Ou seja, o acontecimento da enunciação agencia o falante a dizer enquanto lugar de enunciação, como lugar que enuncia” (Guimarães, 2018, p. 41).

Vale a pena nos determos aqui no entendimento de que o falante agenciado pelo acontecimento de enunciação, não enuncia enquanto pessoa física. Esse falante não diz simplesmente por si, ele diz do seu lugar político e social, em um espaço de enunciação e no contexto de uma história de outras enunciações. A análise do enunciado desse falante passa necessariamente por essa compreensão. De acordo com Guimarães (2018) o agenciamento divide o falante em dois lugares assim estabelecidos:

Locutor e alocutor. De um lado o Locutor se apresenta como o lugar que diz, de outro lado o lugar que diz só diz enquanto de um lugar social do dizer. Tal como indicamos acima, chamamos o primeiro dos dois lugares desta divisão de Locutor (ou L, simplesmente), e chamamos o segundo dos dois lugares, o lugar social do dizer, ou alocutor (-x), ou simplesmente al-x, onde x é uma variável a ser preenchida pela consideração do lugar específico em que o falante é agenciado. [...] O agenciamento do falante a dizer constitui o que chamamos de cena enunciativa, que caracteriza as relações de uma alocação (Guimarães, 2018, p, 45).

O caráter político permeia tanto o espaço de enunciação, quanto o agenciamento do falante. Embora declaradamente igual, a enunciação é produzida numa realidade marcada por uma distribuição desigual dos espaços de enunciação e dos lugares de fala. Há um confronto entre a suposta igualdade e a situação desigual dos casos concretos. (Guimarães, 2018, p. 50)

A oposição aqui se estabelece entre aqueles que estão impedidos de falar, por exemplo, pela definição explícita ou velada da língua passível de ser utilizada no espaço de enunciação. Há ainda um lugar social de dizer, em detrimento de outros lugares sociais que são interditados. Mas, essa interdição de fala é limitada, na medida em que aqueles que foram aliçados de dizer, permanecem falando, só que de um outro lugar social de dizer. (Guimarães, 2018, p. 51-52). Para explicitar essa condição política da enunciação Guimarães utiliza o exemplo da carta de doação, redigida por Martim Affonso de Souza em 1532, na qual nomeia a terra de “São Vicente, em detrimento do nome Gohayó, utilizado pelos indígenas, para nomeá-la. O semanticista conclui:

[...] a enunciação que nomeia em português (por um alocutor-oficial) se contrapõe à enunciação dita em língua indígena (por um alocutor-indígena), configurando o conflito de enunciações. E este conflito aparece condensado na enunciação da carta de doação assinada por Martim Affonso de Souza. [...] Ao mesmo tempo, o funcionamento do nome São Vicente não deixa de significar, naquelas condições, um outro nome (Gohayó) em outra língua: aqueles que foram impedidos de falar, falam ainda o nome que deram à ilha, significando uma divisão de lugares sociais de dizer, uma outra divisão do real (Guimarães, 2018, p.53).

Para analisar a cena enunciativa é fundamental, complementar os apontamentos feitos sobre locutor e alocutor nas linhas anteriores e, antes de tudo, identificar além de locutor e alocutor, mais duas figuras desta cena: locutário e o alocutário. Diante da importância dessas figuras retomemos suas definições.

O locutor é aquele que diz, mas não como um indivíduo qualquer. É aquele que está investido do dizer pelo sujeito político que o constitui, naquele lugar/tempo. Esse sujeito diz para alguém, o locutário, que é também um sujeito que ocupa um outro espaço político naquele momento, num dado lugar (Guimarães, 2018, p. 58-63).

O alocutor que também compõe este sujeito que é o locutor, assume um papel provisório (vinculado ao lugar e ao tempo), portanto chamado de alocutor-x, porque está vinculado ao acontecimento enunciativo. Cabe então à cena enunciativa especificar esse lugar de dizer do alocutor-x e, de modo análogo, o alocutário, que é um alocutário-x,

também deve ter o seu lugar especificado pela cena enunciativa (Guimarães, 2018, p. 58-63).

Assim, é o agenciamento do falante que compõe a cena enunciativa. Retomando as palavras de Guimarães, acrescente-se à cena, além das figuras já descritas nas linhas anteriores, a figura do enunciador e o conceito de politopia:

O agenciamento do falante o divide na cena em lugares de enunciação: o daquele que diz (Locutor), o lugar social de dizer (alocutor), e o lugar de dizer (enunciador). Esta divisão dos lugares de enunciação constitui o que chamamos aqui de politopia da cena enunciativa. [...] Esta politopia mostra que o Locutor só pode dizer enquanto L na medida em que, na alocação, divide a cena da enunciação com o alocutor, ou seja, não há alocação sem que um lugar social nela diga a seu alocutário (Guimarães, 2018, p. 72-73).

A politopia esclarece a articulação apresentada pela totalidade que constitui a cena enunciativa e define a importância do lugar social de dizer na composição desta cena. Em suma, pensar a semântica do acontecimento inclui desde o início identificar e apresentar essas figuras que compõem a cena enunciativa.

Esse entendimento caminha para a retomada da reflexão sobre a enunciação como acontecimento que, por meio do agenciamento enunciativo, produz textos compostos por uma articulação de enunciados. Prosseguindo um pouco nessa ideia, cumpre abordar a reescrituração e a articulação definidas como as duas formas de promover a integração dos enunciados no texto (Guimarães, 2018, p. 75-76).

Identificar como essas formas de articulação dos enunciados contribuem para a produção do sentido é parte do trabalho de compreensão semântica do texto. A reescrituração, como o próprio termo já sugere, é uma retomada de algo já enunciado anteriormente, é um dizer novamente. A reescrituração ganha importância semântica na medida em que reforça os dizeres, permite reiterar o já enunciado (Guimarães, 2018, p. 85).

A articulação, por sua vez, é sobre construir relações que conferem sentido às aproximações linguísticas, é um exercício de integração de enunciados para dar significado contínuo aos enunciados no interior de um dado texto. Trata-se de “[...] uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento” (Guimarães, 2018, p. 80).

Cumpre aqui tratar ainda do conceito de passado para a semântica da enunciação. A temporalidade aqui ocorre numa relação passado/presente apresentada pela memória. Trata-se de retomar um dizer de outro momento, para aquele acontecimento enunciativo.

A memória, nesse conceito intitulada memorável, é o tempo significado/ressignificado pelo acontecimento da enunciação (Guimarães, 2002).

Nessa perspectiva, importa compreender qual sentido esse memorável adquire na cena enunciativa presente. Essa compreensão relaciona a linguagem, não somente à história da memória, mas ao político e social, na busca de compreensão do sentido retomado e ressignificado no dizer atual. O tempo apresentado por Guimarães como memorável, possibilita a compreensão da historicidade das palavras e dos enunciados, recuperados no acontecimento da enunciação (Guimarães, 2002).

Tratemos agora de um aspecto fundamental para a semântica do acontecimento: “a argumentação como configuração de sentido na cena enunciativa”. É no âmbito do acontecimento da enunciação que se constitui a argumentação como “elemento do processo de significação” (Guimarães, 2018, p. 95).

Inicialmente é necessário esclarecer que a argumentação para a linguística, na definição discutida aqui, configura-se de modo um pouco diferente do caso da Retórica que a emprega como elemento de convencimento e persuasão. Não se trata, portanto, de aprender uma técnica que torne a comunicação mais convincente.

A argumentação se configura, nessa perspectiva, como parte da apresentação que o enunciador faz para dar sustentação ao seu dizer. A constituição dessa sustentação se dirige ao lugar para o qual se enuncia. Assim, “a relação de sustentação é uma relação de linguagem, uma relação enunciativa”, que se dá num processo de construção da significação (Guimarães, 2018, p. 97).

Aqui vale retomar o conceito de argumentação desenvolvido por Ducrot, uma vez que se encontra nas reflexões desse autor algumas das principais ideias desenvolvidas por Guimarães sobre essa temática.

Ducrot se opôs ao conceito tradicional de argumentação, para o qual essa era constituída na apresentação dos fatos que conduzem os enunciados de um discurso e, assim, na linguística o papel da semântica, em termos de argumentação, resume-se à informação/descrição dos fatos. (Ducrot, 1990, p. 74-76).

A Teoria da Argumentação na Língua - TAL de Ducrot defende que a argumentação não se reduz à descrição de fatos, uma vez que não tem caráter objetivo. É sim constituída por aspectos subjetivos e intersubjetivos, os quais compõem o discurso e conferem sentido aos enunciados e que não se trata de um elemento externo à língua.

Ducrot e Carel (2005) elaboram a Teoria dos Blocos Semânticos - TBS, para conferir maior sustentação à TAL e apontam que na análise semântica há

interdependência entre os enunciados na construção do discurso no texto. Assim, a argumentação se concretiza, por meio dos encadeamentos argumentativos entre os enunciados. Para Ducrot esses encadeamentos podem ser normativos, ou transgressivos.

Os encadeamentos normativos são direcionados a um reforço do dito anteriormente (portanto, por isso, logo etc.) *Paulo se alimenta bem, por isso tem boa saúde*. Já os transgressivos negam o enunciado anterior (contudo, entretanto etc.) *Paulo se alimenta bem, entretanto não tem boa saúde*. Ambos caminham em direção à significação do texto, a argumentação se constitui assim num processo de significação dos enunciados no interior do texto. (Carel; Ducrot, 2005, p. 13-15)

Ducrot (1990) já havia estabelecido que na relação locutor/locutário, a argumentação está determinada pelo enunciado e não somente pelo fato, mas com a TBS ele demonstra que é por meio da relação de interdependência entre a argumentação e a conclusão que se constitui o sentido, tendo a argumentação como construção da significação. (Carel; Ducrot, 2005).

Retomando Guimarães (2018), estamos aqui tratando de uma relação locutor, locutário, mas que se constitui politicamente, uma vez que está vinculada e só se concretiza por meio da relação entre alocutor e alocutário, determinada por um lugar social de dizer. Desse modo, é o lugar social de dizer que possibilita a significação pela argumentação, ou seja, a argumentação como engajamento do locutor em relação ao locutário, a respeito do objeto da argumentação, ocorre em um espaço político destinado ao falante (o lugar social de dizer, ou alocutor) (Guimarães, 2018, p. 98-99). “A objetividade da relação do lugar de dizer é atraída pelo dizer do alocutor, do lugar social de dizer, significando assim, uma relação de argumentação” (Guimarães, 2018, p. 105). Assim, Guimarães pontua que:

A argumentação exige, pois, para ser interpretada, a presença do interdiscurso no acontecimento. O que significa dizer que a argumentação está determinada pelo interdiscurso. A posição do sujeito, a posição de onde se fala, é o “argumento” decisivo (Guimarães, 1995, p.82).

Desse modo, locutor e alocutor apresentam um lugar individual de dizer e um lugar universal de dizer. Enfim, a sustentação da argumentação se dá pelo lugar social ocupado por esse falante nesta cena enunciativa e tendo como locutário e alocutário “um tu” que divide com o falante esse lugar social. Conforme Guimarães:

É isto que chamamos de argumentação: o lugar social de alocutor (*al-x*) sustenta algo para um lugar social de alocutário (*at-x*). A argumentação é assim

o modo como, na cena enunciativa, o lugar social de alocutor apresenta e sustenta sua posição a propósito de algo, não enquanto algo referido, mas significado. [...] O funcionamento da argumentação assim considerada, significa um aspecto muito particular da cena enunciativa, seu caráter político, decisivo na constituição de de al-x e at-x (Guimarães, 2018, p. 107).

A argumentação assim entendida, não se constitui como capacidade de persuadir, ou convencer o interlocutor. Sua compreensão passa por outro modo de definição, para o qual a argumentação se constitui em significação por meio da enunciação. Assim, o sentido da argumentação está em sustentar um ponto de vista sobre aquilo que se enuncia e enquanto se enuncia tece a significação; a argumentação considerada nessa perspectiva é “constituída politicamente e devemos analisar seu funcionamento especificamente político, no sentido que damos a este termo” (Guimarães, 2018, p. 108).

Na argumentação, as relações de articulação ocorrem por meio de um direcionamento daquilo que se enuncia, esse processo é denominado “orientação de argumentatividade”. Esse direcionamento do dizer é, majoritariamente, responsável pela significação e sustentação argumentativa (Guimarães, 2018, p. 109). Sobre essa orientação de argumentatividade Guimarães assevera:

As formas da língua são tais que o Locutor agenciado na cena enunciativa, articula os enunciados ao texto como significando necessariamente por uma orientação de argumentatividade específica. Não só há uma orientação de argumentatividade, mas também esta orientação é significada pelo simples fato de ter sido enunciada (Guimarães, 2018, p. 115).

Assim, pode-se concluir que na cena enunciativa conjugam-se de um lado, o agenciamento do locutor pela articulação do funcionamento da língua, na sustentação da argumentatividade por meio do enunciador; de outro lado, o agenciamento político do lugar social de dizer – al-x, apresenta o enunciador na argumentação, sustentando e significando a enunciação, para um at-x expressa o sentido em conclusão (Guimarães, 2018, p. 125-126).

Na medida em que a análise semântica reivindica abordar a significação e o acontecimento linguísticos, trabalharemos com o conceito de Domínio Semântico de Determinação – DSD de Guimarães (2004, 2007), ligado ao sentido das palavras e expressões que constituem os enunciados. Para essa definição Guimarães retoma, inicialmente junto às categorias gramaticais, a questão das relações de sentido na análise de palavras e expressões. De acordo com Guimarães:

O estudo do sentido de palavras e expressões, desde muito, inclui a questão das relações de sentido. E assim podemos encontrar as relações de sinonímia, homonímia, antonímia, hiperonímia. Encontramos também a questão da

polissemia ou da ambiguidade. É comum que o estudo destas relações de sentido seja tomado referencialmente. Deste ponto de vista, sinônimas são expressões que se referem aos mesmos objetos ou ao mesmo estado de coisas no mundo; homônimas são expressões cujo significante é o mesmo, mas que se referem às coisas ou estado de coisas diversos; hiperonímia é a relação segundo a qual uma expressão se refere a todas as coisas que são referidas por seus hipônimos etc. Por outro lado, polissêmico é o elemento linguístico que tem mais de um sentido, enquanto a ambiguidade considera que uma expressão tem, enquanto elemento da língua, mais de um sentido, e que o uso da expressão lhe especifica um deles (Guimarães, 2007, p. 77).

Não nos deteremos nesses conceitos, uma vez que, muitos deles, já foram anunciados anteriormente quando tratamos dos estudos de Bréal e Benveniste. Nossa atenção está em compreender o DSD de Guimarães, para o qual a análise semântica das palavras e expressões, para além da compreensão estrita da própria relação entre elas, deve pensar no sentido que surge em meio a essa relação.

O conceito de determinação está relacionado ao conceito de determinado e determinante, mormente, alusiva ao sintagma nominal, na relação semântica. Contudo, Guimarães esclarece que as relações de predicação também podem estar inclusas neste âmbito. “[...] toda relação de predicação é em certa medida, uma relação de determinação e vice-versa. A diferença entre uma e outra se dá pela conexão do sintático com o semântico” (Guimarães, 2007, p. 78). Importante esclarecer que essa relação de determinação se dá na enunciação, ou seja, ela não existe previamente à construção do enunciado no acontecimento.

Assim, situar o DSD se constitui em definir os sentidos de palavras e expressões, pela função destas em um texto, ou na relação entre textos sobre uma dada temática em um determinado momento (Guimarães, 2007, p. 80). Ou seja, o sentido é determinado pelo DSD no acontecimento da enunciação na dinâmica que caracteriza o movimento da língua em um constante refazer-se, enquanto “um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes no espaço de enunciação (Guimarães, 2007, p. 96).

Finalmente, cumpre reforçar que é esse corpus teórico apresentado nas linhas anteriores pelas obras, entre outras, de Bréal, Benveniste e principalmente de Guimarães, que orientará a análise proposta por esta pesquisa.

CAPÍTULO 2

MULHER E TRABALHO: ONDE SE INSERE O FEMININO?

2.1 OS SIGNIFICADOS DE MULHER NOS DICIONÁRIOS

Como já vimos, é de compreensão basilar, o fato de as línguas se relacionarem; e, com a língua portuguesa não é diferente, ela faz parte de um conjunto de línguas conhecidas como latinas, uma vez que assim como o espanhol, o catalão, o francês etc., tem afinidade com a língua latina. Entretanto, mesmo estando relacionada a outras línguas, a portuguesa é aquela que se estuda na maioria das escolas do Brasil com sua compreensão gramatical e interpretativa. Os dicionários surgiram, então, para que se torne possível esse entendimento de união, contribuindo inclusive para a noção de nação e para a promoção da consolidação dessa língua como a nacional:

No espaço de enunciação, muitas línguas estão em contato e funcionam umas em relação às outras, se dividindo, se transformando em outras línguas. De acordo com Guimarães (2005), comumente considera-se que no Brasil falasse uma língua, a língua portuguesa, e que a língua é uma. É a partir desse imaginário que se funda o ensino de língua portuguesa na escola e que se produzem gramáticas e dicionários. Essa idéia foi e ainda é mantida, segundo ele, por políticas de língua que tiveram, a princípio, o intuito de consolidar o Brasil como nação a partir da institucionalização da língua portuguesa como língua da nação brasileira. Esse pensamento segue a idéia, em vigor no século XIX, de que a unidade de uma nação é proporcionada 73 quando seu povo fala uma única língua, mesmo que isso não acontecesse de fato. Desse modo, há um esforço no sentido de institucionalizar a língua portuguesa como a língua nacional através de instrumentos lingüísticos, das constituições brasileiras, entre outros. (Machado, p. 73 e 74, 2007)

A definição da palavra mulher, para além de uma análise teórica, é feita pelos dicionários brasileiros e possui diversos significados. Um deles pode ser encontrado no dicionário impresso *Houaiss* de 2009, o qual determina oito significados para a palavra, os quais são:

mulher s.f (1269) 1.indivíduo do sexo feminino, considerado do ponto de vista das características biológicas, do aspecto ou forma corporal, como tipo representativo de determinada região geográfica, época etc. <m. negra> <m. seios pequenos> <m. carioca> <m. das cavernas> 1.1 aquela que tem sua fisiologia e sua vida genital percebidas como essência do ser humano feminino em sua evolução.1.1.1na puberdade, com a chegada dos ciclos menstruais, quando ovula e pode conceber, moça, mocinha. 1.1.2 quando deixa de ser virgem <torou-se m. com seu primeiro namorado> 2. o ser humano feminino, considerado em conjunto, ideal, ou concretamente < e Deus criou a m.> 3. mulher-feita, adulta < tem uma filha que já e m, vive fora do país há anos> 4.

companheira conjuga, esposa < sua m. faleceu cedo> 5. amante, concubina <diz a lenda que marinheiros tem uma m. em cada porto> 6. na tradição, como indivíduo e-ou coletivamente, representação de um ser sensível, delicado, afetivo, intuitivo, fraco fisicamente, indefeso (o 'sexo frágil'), idealmente belo (o belo sexo), devotado ao lar e à família (mulher do lar) etc. 7. uma mulher indeterminada ou de quem se fala, dona <uma m. deu-lhe a informação> 8. como interlocutório pessoal < Então, m., qual solução> (Dicionário Houaiss, 2009, p. 1328).

A definição da palavra mulher no dicionário Houaiss de 2009 pode ser considerada extremamente atual da perspectiva histórica da língua. Detenhamo-nos um pouco na polissemia da palavra, que conforme vimos em Bréal (1992), no primeiro capítulo desta pesquisa, apresenta o caráter cumulativo dos sentidos adquiridos pelas palavras, de modo que se apresentam mais por ampliação, do que por exclusão. Detenhamo-nos inicialmente no significado 1.1.2 “quando deixa de ser virgem”, observe-se o exemplo que vem a seguir “tornou-se mulher com seu primeiro namorado”. Nesta definição, estabelece-se uma dependência da presença do homem para que a mulher surja. E mais trata-se de um predicativo que se configura com uma perda, então pode-se dizer negativo. No sentido 5 do dicionário, uma definição ainda mais pejorativa “amante, concubina”, poderíamos ter dúvidas quanto a esse sentido para o dicionário, mas o exemplo dado reafirma o caráter pejorativo “diz a lenda que os marinheiros têm uma mulher em cada porto.” Novamente o sentido é dado por substantivos que adjetivam a mulher de modo negativo. E, novamente a palavra é associada à figura masculina.

Cumprе lembrar que, os sentidos de mulher encontrados nos dicionários levam a diversos caminhos, porém o foco para esta pesquisa está no entendimento da mulher como aquela que separa homem e mulher, masculino e feminino. Assim, para compreender como são formadas as definições de mulher se faz necessário o entendimento de sua oposição a homem e de seu lugar no mundo. Retomando Machado (2007, p. 96), “os dicionários funcionam como uma normatividade que estabelece um saber produzido sobre a língua”; isso possibilita observar os sentidos das palavras num determinado contexto histórico. Desse modo, vejamos os sentidos de homem no mesmo dicionário apresentado anteriormente, para estabelecer uma comparação com a definição de mulher, uma vez que dentre as definições apresentadas, algumas remetem a essa figura masculina.

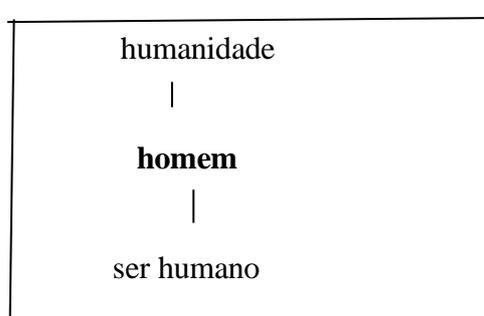
homem *s.m* 1 BIO. Mamífero da ordem dos primatas único representante vivente do gên. *Homo da SP Homo Sapiens* caracterizado por ter cérebro volumoso, posição ereta, mãos preênsais, inteligência dotada da faculdade de abstração e generalização e capacidade para produzir linguagem articulada. 1.1 ANTRPOL qualquer outra sp., extinta, do gênero *Homo* como o *H habilis* e o

H erectus **2** a espécie humana, a humanidade; inicial freq. maiúsc. **3** o ser humano considerado em seu aspecto morfológico, ou como tipo representativo de determinada região geográfica ou época (o h. branco) (o h. das cavernas). **4** indivíduo do sexo masculino (desejava que o primeiro filho fosse h.) **5** homem (acp 4) que já atingiu a idade adulta; homem-feito (quando ficou h. o pai o pôs para trabalhar). **6** adolescente do sexo masculino já dotado de virilidade. **7** (acp. 5) em que sobressaem qualidades como coragem, força, determinação, vigor sexual (o João é h. suficiente para enfrentar esse revés). **8** o ser humano considerado do ponto de vista dos sentimentos, fraquezas, perplexidades etc. inerentes à sua natureza humana (sendo h. é passível de erros). **9** pessoa da confiança de alguém (os h. do presidente). **10** indivíduo alistado nas forças armadas (mais us. no pl.). **11** marido, companheiro ou amante (Dicionário Hauaiss, 2009, p. 1031).

Observe-se na polissemia da palavra homem que as definições não o colocam em dependência da mulher. No sentido 6, “adolescente do sexo masculino já dotado de virilidade”, veja que tornar-se homem independe da figura feminina, diferente da definição 1.1.2 de mulher. Veja que a virilidade aqui funciona como um adjetivo, uma qualidade. É possível apontar características pejorativas nesta definição de homem, mas este não é o nosso objeto. Ainda nas definições 1; 1.1 e 2 é possível observar que a humanidade é masculina. No sentido 2, os substantivos apontam para esta definição “a humanidade, a espécie humana”.

Vejamos o DSD a seguir: ser humano – homem – humanidade. Lembrando que o DSD é o Domínio Semântico de Determinação, do qual tratamos nas páginas finais do capítulo um desta pesquisa. Conforme Guimarães (2018, p. 157) utilizaremos os seguintes sinais para representar os DSDs nesta tese: $\top \perp \vdash$; de forma que “o elemento que estiver na ponta do traço determina, atribui sentido, ao elemento que estiver depois do traço”. “Por exemplo, $x \vdash y$, x determina y”.

Por esse DSD é possível verificar que elementos determinam homem. Pode-se afirmar a partir desse DSD que a humanidade é masculina. Segue o DSD:



Verifique-se que as definições 7 de homem e 6 de mulher são constituídas principalmente por adjetivos, os quais no homem já de início são definidos como

qualidade e estão relacionados principalmente à capacidade, ou força física; ao contrário, na mulher sobressai a fragilidade.

Para isso, é importante observar como surgiu o entendimento de mulher na sociedade ao longo dos anos e como atualmente se faz.

O encontro dos significados da palavra mulher nos dicionários se faz necessário nesse momento da pesquisa para além de um título. É importante observá-los em mais de um dicionário, dos mais antigos aos mais recentes. Por isso, seguem os sentidos da palavra mulher no Minidicionário Livre da Língua Portuguesa:

“**mu.lher** s.f 1. Ser humano do sexo feminino. 2. Ser humano do sexo feminino após a puberdade. 3. Esposa, senhora” (Santiago-Almeida, 2011, n. p.).

O encontro entre os dois dicionários se faz visível em alguns significados como em *sexo feminino* e *esposa*, além do relato da puberdade, encontrado nos dois livros.

Ademais, é preciso compreender, principalmente como estudiosa dos estudos da linguagem, que os sentidos mudam ao longo do tempo nos dicionários, por isso encontramos essa mesma palavra nos dicionários online atuais. Primeiramente, o dicionário Houaiss fez a seguinte definição:

- 1 indivíduo do sexo feminino, considerado do ponto de vista das características biológicas, do aspecto ou forma corporal, como tipo representativo de determinada região geográfica, época etc. <m. negra> <m. de seios pequenos> <m. carioca> <m. das cavernas>
- 1.1 aquela que tem sua fisiologia e sua vida genital percebidas como essência do ser humano feminino em sua evolução
- 1.1.1 na puberdade, com a chegada dos ciclos menstruais, quando ovula e pode conceber; entre menina e moça <somente em seu primeiro mês menstruo sentiu-se m.>
- 1.1.1.1 na fase núbil, pronta para casar-se; moça, mocinha <típico patriarca nordestino, ele observa as m. de sua prole: proveitosos contratos adviriam!>
- 1.1.2 quando deixa de ser virgem <tornou-se m. bem cedinho com seu primeiro namorado>
- 2 o ser humano feminino, considerado
- 2.1 em conjunto, ideal ou concretamente <e Deus criou a m.>
- 2.2 por sua experiência inerente e cultural <disse-lhe, como m., que dificilmente ela ascenderia à gerência>
- 3 descendente do sexo feminino; filha <- Já nasceu? - É homem ou m.?)>
- 4 m.q. mulher-feita <tem uma filha que já é m., vive fora do país há anos>
- 5 (sXIV) companheira conjugal; esposa <sua m. não poderá acompanhá-lo devido a necessidades dos próprios filhos>
- 5.1 companheira, ger. constante; amante, concubina, a outra <diz a lenda que marinheiros têm uma m. em cada porto>
- 6 p.ext. fêmea humana como parceira sexual <mudou de vida, deixou as noitadas e as m.>
- 6.1 namorada <apresentou-lhes, envaidecido, sua m. atual>
- 7 fig. na tradição, como indivíduo e/ou coletivamente, representação de um ser:
- 7.1 fig. cuja principal função é cuidar da família, dos afazeres domésticos etc. <existe a m. que sonha tornar-se 'rainha do lar'>
- 7.2 fig. fraco fisicamente, sem defesa, dito 'o sexo frágil' <o que pode a m. contra um homem em sua fúria?>

- 7.2.1 fig. idealmente belo; o chamado 'belo sexo' <vive a m. sem espelho?>
 7.2.2 fig. sensível, delicado, afetivo, intuitivo <como m., chora nos filmes românticos>
 7.2.3 fig.; pej. insensato, superficial, volúvel <aquela m. troca tanto de marido quanto de cor do cabelo>
 7.2.4 fig.; pej. intrigante e/ou sedutor <há m. que, vaidosas, fazem das dissensões entre os pares quase que um esporte>
 7.3 infrm. cuja presença censura a linguagem masculina (esp. quanto ao uso de expressões de baixo calão) <moderou-se quando percebeu que o caixa era uma m.>
 8 indivíduo que se considera ou se sente do gênero feminino, embora lhe tenham atribuído o sexo masculino
 9 infrm. pessoa indeterminada do sexo feminino ou com tipologia feminina <uma m. foi quem lhe deu essa informação> por opos. a senhora e Idama
 9.1 p.ext.; obsl. serviçal ou empregada que trabalha para alguém ou em determinada tarefa <trabalhava com o conselheiro uma m. muito dedicada>
 10 us. como interlocutório pessoal <– Então, m., qual é a solução?>
 11 homem homossexual, ou que é o parceiro passivo numa relação sexual com outro homem (Mulher, 2023, disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php).

Para além do dicionário online *Houaiss*, encontramos o significado da palavra mulher no dicionário online de Português, também no ano de 2023:

Mulher, Substantivo feminino:

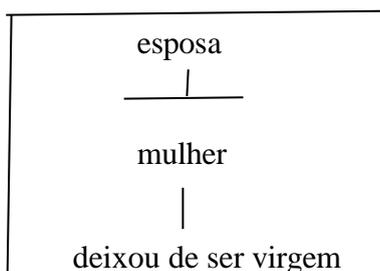
Ser humano do sexo feminino ou do gênero feminino, dotado de inteligência e de linguagem articulada, bípede, bímano, classificado como mamífero da família dos primatas, com a característica da posição e de considerável dimensão e peso do crânio. Pessoa que se identifica com o sexo ou com o gênero feminino, independentemente da genitália com a qual nasceu. Aquela cujas características definem o ser feminino, para Simone de Beauvoir, 'não se nasce mulher, torna-se mulher'. Aquela cujas características representam certas regiões, culturas, épocas etc. Mulher mineira, mulher ruiva, as mulheres de Neandertal. Menina que começa a apresentar fatores característicos da idade adulta, mulher-feita, sua filha já é uma mulher. Aquela que atingiu a puberdade, que passou pela adolescência, moça, mocinha. Aquela que é casada com outra pessoa, esposa, companheira, parceira (Figurado) Pessoa indeterminada, quem é essa mulher. Aquela que deixou de ser virgem (Mulher, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mulher/>).

De modo comparativo os sentidos da palavra mulher encontrados nos dicionários impressos e online, apresentam algumas semelhanças e diferenças. Uma diferença importante é a associação de mulher à espécie humana, apresentada pelo dicionário Online de Português; antes essa definição era apresentada somente para o homem. Outra diferença, observada no mesmo dicionário que merece destaque, é a caracterização de mulher para além do caráter biológico “*Pessoa que se identifica com o sexo ou com o gênero feminino, independentemente da genitália com a qual nasceu*”.

Em relação às semelhanças, é marcante o uso das palavras *sexo*, *puberdade* e *esposa*, demonstrando como as mudanças observadas não superam as permanências, a

designação de mulher está associada ainda a essas características. Além disso, é recorrente a definição: *deixou de ser virgem*. Um fato marcante é a sexualização do termo mulher em seus significados, ao trazerem sua relação genital, o ciclo menstrual, sua relação sexual de amante, esposa, o fato de não ser mais virgem, e mais, reforçam uma certa fragilidade de gênero e uma dependência com o masculino.

O entendimento desta comparação feita entre *mulher* e *homem* fica mais clara com a observação do DSD de mulher, que segue:



A partir do DSD é possível observar como a significação de *mulher* está associada às práticas sexuais e a sua relação com o homem, assim como para temas sexuais, tornando dependente, como em esposa, significado ao qual associa a mulher ao homem, nesse caso, a um marido.

A relação mulher e trabalho é um ponto crucial desta pesquisa, por isso a importância em compreender ambos os termos. Dessa maneira, observar o termo trabalho nos mesmos dicionários nos quais foi observado o termo mulher, faz com que essa relação se torne mais clara. O dicionário impresso *Houaiss* de 2009 apresentou vinte definições para a palavra trabalho, vamos observá-las:

trabalho s.m. (1860) 1. conjunto de atividades, produtividade ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim <t. manual> <t. intelectual> 2. atividade profissional regular, remunerada ou assalariada <t. de tempo integral> <t. de meio expediente> 3. exercício efetivo dessa atividade <t. de um jornalista, de um metalúrgico> 4. local onde e exercida tal atividade <mora perto do t.> 5. cuidado ou esmero empregado na feitura de uma obra <deu-lhe muito t. aprimorar o romance> 6. qualquer obra realizada (manual, artística, intelectual etc.) 7. qualidade de execução, feitura, lavor <um delicado t. de ourivesaria> 8. ação ou modo de executar uma tarefa, de manejar um instrumento <t. de madeira, de cerâmica> <t. de cinzel, de pincel> 9. tarefa a cumprir, serviço <pediu ao jardineiro que terminasse o t.> 10. esforço incomum, luta, lida, fina <foi um t. convencê-lo a voltar para casa> 11. aquilo que e ou tornou uma obrigação ou responsabilidade de alguém, dever, encargo <seu t. e zelar pelos alunos> 12. ação progressiva e continua exercida por elemento natural, e o efeito dessa ação <o t. da erosão fluvial> 13. resultado útil funcionamento de um aparelho, um maquinismo, um sistema etc <o t. muscular> <o t. de um gerador> 14. fenômeno orgânico que se opera no interior dos tecidos <o t. de circulação de um corte> 15. *Bio* conjunto de

fenômenos que ocorrem em determinada matéria ou substância, alterando-lhe a natureza ou a forma 16. *Econ. Pol.* atividade humana que se caracteriza como fator essencial da produção de bens e serviços 17. *Econ. Pol.* conjunto de trabalhadores que participam de uma vida econômica de um país 18. *Fis.* grandeza definida como o produto da magnitude de uma força e a distância percorrida pelo ponto de aplicação da força na direção desta [Sua unidade de medida no Sistema Internacional e o *joule*] 19. *Rel.* em cultos afro-brasileiros, esp. umbanda e quimbanda, ação ou prática ritual realizada para atingir objetivos de proteção, de desenvolvimento, espiritual, ou maléficos 20. *Fig. P.us* conjunto de acontecimentos ou experiências difíceis, aflitivas, padecimentos < nunca fora tão humilhado por tantos t. e misérias> (Houaiss, 2009, p. 1861-1862).

No *Minidicionário Livre da língua portuguesa* o termo trabalho é encontrado com os seguintes significados:

Tra.ba.lho *s.m* 1. Aplicação de esforços físicos **ou** mentais na realização de algo. 2. Esforço, empenho, esmero 3. Ocupação profissional, emprego 4. Os resultados dos esforços empregados, obra, realização 5. *Bras.* Obra de feitiçaria, despacho, feitiço (Santiago-Almeida, 2011, n.p.).

Na análise da polissemia da palavra trabalho, logo na primeira definição do dicionário Houaiss observa-se, no uso da palavra homem para definir o sujeito da atividade, que o trabalho é apresentado como atividade masculina “conjunto de atividades, produtividade ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim”. Acrescente-se que todas as profissões exemplificadas pelo mesmo dicionário são exibidas no substantivo masculino.

No *Minidicionário Livre*, ao contrário do Houaiss, há o emprego de neutralidade em relação ao gênero. A descrição da palavra trabalho foca mais nos predicativos, sem relacionar sujeitos à definição do termo.

A questão de gênero que perpassa a discussão sobre a língua oficial não é tema novo e interessa aos objetivos desta pesquisa, uma vez que “a língua oficial resulta de uma decisão de Estado que exerce pressão normativa sobre os aparelhos de Estado, notadamente, o Judiciário e a Escola [...]” (Zoppi Fontana, 2015, p.222).

Essa normatização da língua exerce influência incontornável sobre a identidade dos sujeitos, na medida em que constrói uma homogeneidade imaginária dos cidadãos e tem suas bases alicerçadas em processos de dominação política, cultural e econômica. Contudo, ao analisar a constituição da língua oficial, é necessário considerar sua relação com as diferentes memórias discursivas, no caso brasileiro, especialmente, com as línguas indígenas e africanas aqui presentes, mas também com outras, mais distantes que essas no tempo e no espaço (Zoppi Fontana, 2015, p. 222-223).

Monica Zoppi (2015) analisou uma política pública para a redução do sexismo presente na língua oficial, por meio do estudo de dois documentos: um “Manual para o uso não Sexista da Linguagem”, produzido pelo estado do Rio Grande do Sul, no Brasil e um “Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública”, elaborado pelo Estado Português. Importa para a nossa pesquisa, os apontamentos, feitos pela autora, de linguagens sexistas presentes na língua portuguesa do Brasil, apresentadas pelo Manual supramencionado.

A base da descrição dessas linguagens sexistas é a flexão de gênero, uma vez que predomina o uso do masculino nas mais diversas situações que envolvem homens e mulheres. Assim, a autora comenta a alusão ao gramático Evanildo Bechara, trazida pelo Manual, a qual reproduzimos abaixo:

Quando a presidenta Dilma Rousseff transformou em lei a obrigatoriedade de expedir diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido, houve muita polêmica. O gramático (e acadêmico) Evanildo Bechara a reforça: “Pela tradição, o masculino engloba os dois. Quando digo: “Almocei na casa de meus tios”, tanto me refiro a tios como a tias. O masculino é usado nos diplomas porque engloba o feminino, seguindo a tradição da língua”. (Manual, 2014, p.34, Apud Zoppi Fontana, 2015, p. 233).

É flagrante na citação a naturalização do preconceito de gênero, por meio do processo de normatização da língua. Vale lembrar que a ideia naturalizada da língua no trecho supracitado foi expressa por um gramático, demonstrando que esse equívoco não está presente somente no senso comum. Numa visão diametralmente oposta sobre a língua oficial e seu processo de gramatização, Zoppi afirma que a língua oficial é:

[...] uma dimensão da língua, relacionada com as memórias que a significam na história. Portanto, a representação imaginária e o funcionamento discursivo da língua oficial é resultado do processo de gramatização que afeta uma determinada língua em um dado espaço de enunciação, considerando o imbricamento de seus aspectos territorial e simbólico (Zoppi Fontana, 2015, p. 238).

Zoppi nos alerta para o fato de que compreender a língua num espaço de enunciação implica refletir sobre o espaço/tempo e sua constituição política, social e cultural, a fim de compreender as “diversas memórias da língua, a partir das quais se produzem os processos de identificação simbólica e imaginária que constituem o sujeito do discurso” (Zoppi Fontana, 2015, p. 239).

Nessa perspectiva, a mitologia, a religiosidade e as deusas formadas pelas histórias gregas são o marco de partida para a observação do entendimento de mulher desde a criação do mundo. A deusa grega Nix é para a mitologia grega a personificação da noite, dessa forma, sabe-se que para os crentes da narrativa bíblica “Deus fez a luz, ainda que

não houvesse nada para ser iluminado. O universo era um caos informe e, sobre a face do abismo, reinava a noite” (Robles, 2019, p. 31).

Ainda sobre a religiosidade, esta foi responsável, em grande parte pela construção de uma memória que conglomerava culpa e submissão. Diversos estudos, que tratam sobre a história da educação feminina e associam religiosidade e educação de gênero, apontam para essa característica transnacional da formação feminina (Brito, 2011).

[...] a cultura escolar transmitida por esses estabelecimentos de elite, apesar de apresentada como universal, padecia de um viés de gênero extremamente marcado, que termina por desembocar na estruturação de papéis sociais separados — o que inspirou a Simone de Beauvoir a conhecida frase, “não se nasce mulher, nós nos tornamos mulheres” (Brito, 2011, p. 14).

Vejam que, segundo a autora, as características femininas eram forjadas culturalmente e reforçadas por uma educação confessional que incutia certos comportamentos específicos às mulheres, originadas de um modelo francês, mas que se dissipou pelo mundo, em especial, o mundo ocidental. Segundo Brito, “esse tipo específico de cultura escolar consiste em um conjunto de regras e regulamentos disciplinares inspirado nas formas de socialização das Demoiselles francesas” (2011, p. 14). Dentre esses comportamentos merece destaque a responsabilidade em relação ao cuidado, o sentimento de culpa, a submissão. “No Brasil, inúmeros estabelecimentos escolares destinados ao sexo feminino adotaram essa cultura” (Brito, 2011, p. 15), que tem lugar na história, principalmente a partir dos séculos XVI e XVII.

Essa formação, totalmente distinta para homens e mulheres, presente nos colégios confessionais que prevaleceram como as principais instituições de educação de meninas e meninos por séculos, ainda hoje guarda algumas influências na memória da formação oferecida nas escolas “laicas”. Vale destacar que, já naquela época, os colégios considerados “leigos” sofriam forte influência desse modelo de formação:

Na verdade, enquanto os dispositivos dos colégios masculinos predispõem os homens a formados ao exercício do poder, os educandários reservados às mulheres — seres percebidos como movidos mais pela afetividade e pela emoção do que pela razão — vão tender à formação de uma relação de submissão à autoridade nas esferas pública e privada, preparando-as a exercer com competência o papel social de “esposas cultas e mães de família felizes” (Brito, 2011, p. 16).

Importante destacar que tratar de religiosidade e de formação de crianças e jovens, entre os séculos XVI e XIX, é temática indissociável. E quando tratamos da formação estamos abordando, entre outros aspectos, aquilo que está nos manuais, nos cadernos e atualmente nos livros didáticos. Em suma, tratar da história dessa religiosidade e de sua

importância na educação das meninas brasileiras é tratar da memória da escolarização feminina no Brasil. As palavras de Rogers são esclarecedoras quanto a essa afirmativa:

As historiadoras e as sociólogas brasileiras estudam há alguns anos essas congregações imigradas, examinando o papel que elas assumem na educação brasileira e a natureza da cultura escolar que desenvolvem (Bittencourt; Leonardi, 2011; Da Cruz Colombo, 2006; Xavier de Brito, 2005, 2010). Tais pesquisas avaliam a importância da contribuição das congregações francesas para o desenvolvimento da educação feminina no Brasil, com base em estudos tanto macro como micro, pesquisas em arquivos e entrevistas. Algumas congregações marcaram mais especialmente o sistema escolar brasileiro, ao dirigirem pensionatos destinados às elites femininas: as Irmãs de São José de Chambéry, que chegaram ao Brasil em 1858 e fundaram o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, no estado de São Paulo (Trésal, 1929; Bouchage, 1936); as Irmãs Dominicanas do Santo Rosário, que fundaram um colégio em Uberaba, no interior de Minas Gerais, em 1885; as de Nossa Senhora de Sion, que chegaram em 1888; as Irmãs dos Santos Anjos, por volta de 1893; e, por fim, as Damas do Sagrado Coração, em 1903. (Rogers, 2014, p. 65).

Conforme afirma Foucault, os aparelhos de exclusão estão apoiados em uma base institucional e se retroalimentam pelas instituições constituídas o interior da sociedade, entre elas a religiosa e a educacional (Foucault, 1996, p. 17). Assim, a constituição de homens e mulheres passa pelas práticas discursivas e não discursivas projetadas por essas instituições e reproduzidas no cotidiano sociocultural das pessoas. Desse modo, as diferenças de gênero que viemos observado também são constituídas dessa forma. É no seio da sociedade e das instituições que a constituem que são forjadas as diferenças de gênero e seus significados.

A discussão acerca do problema da discriminação na educação em relação ao gênero permanece atual, uma vez que as pesquisas permanecem demonstrando um “sistema de exclusão apoiado nas instituições” (Foucault, 1996, p. 17). No que se refere ao discurso presente nos materiais didáticos, a pesquisa de Carvalho e Campos, ao analisar quatro estudos acadêmicos que tratam das questões de gênero e sexualidade nos livros usados em aulas, observou que esses trabalhos reforçam a preocupação com a manutenção de um discurso que mantém “o poder simbólico do discurso dominante de construção das masculinidades” (Carvalho; Campos, 2018, p. 85). Os autores concluem que:

[...] os livros didáticos usados na escola podem manter um discurso hegemônico de poder, no qual prevalece um discurso de “normalidade”, sem que a diversidade seja tema de diálogo com os alunos e alunas. Mesmo com o avanço dos debates sobre a diversidade de gênero e sexualidade, concluímos, nesta pesquisa, que o projeto de masculinidade dominante está ainda presente nos livros didáticos, como também nos discursos oficiais e políticas educacionais (Carvalho; Campos, 2018, p. 102).

Ainda sobre as práticas discursivas presentes no sistema educacional, Oliveira e Pereira, (2017) demonstraram em estudo recente que livros didáticos ainda guardam um discurso de gênero que perpetua a desigualdade e o preconceito em relação a mulher. Nas palavras dos autores:

Sob o enfoque da Análise de Discurso Crítica compreendemos, a partir da pesquisa empreendida aqui, que a perspectiva adotada pela coleção *Eu gosto* (PASSOS; SILVA, 2014), de Língua Portuguesa, mantém ranços patriarcais que reverberam padrões hegemônicos de gênero, assim como reforçam tais ideias. [...] a desigualdade de gênero, isto é, o privilégio de um grupo (homens) em detrimento de outro (mulheres), corrobora para a manutenção da (re)produção de estereótipos que se reiteram e se naturalizam discursivamente. Lemos nas imagens do livro didático analisado manifestações evidentes dessas características (Oliveira; Pereira, 2017, p. 569).

A observação desses estudos sobre religiosidade e educação, permite constatar que muita coisa mudou no que se refere à presença da religiosidade na educação de crianças e jovens. No entanto, quando se trata da desigualdade de gênero os discursos do passado e do presente, na educação de meninos e meninas, ainda apresentam permanências de uma hierarquização dos gêneros e de formações diferentes para eles e elas. Desse modo, não somente a memória discursiva, mas o discurso segue construindo um ideário de atividades, de comportamentos, enfim, de formas de se inserir na sociedade diferentes para homens e mulheres.

2.2. A MULHER E A CONCEITUAÇÃO HISTÓRICA DO FEMINISMO

Os livros sobre a mulher e sua história de problemas sociais enfrentados e de luta por direitos são diversos, mas é imprescindível tratar desse tema e encontrar o trabalho de Simone de Beauvoir, a qual se dedicou ao tema em diversas obras, mas principalmente nos livros de *O segundo sexo*, que possui dois volumes. O primeiro volume tem por subtítulo: *fatos e mitos* e o segundo volume: *a experiência vivida*.

Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir (1908-1986) foi uma filósofa francesa. Sua formação inclui além da filosofia, matemática, literatura e latim. A filósofa existencialista, com um importante posicionamento feminista, construiu seu discurso e difundiu suas ideias pelo caminho da literatura.

O debate filosófico trazido por Simone de Beauvoir é bastante amplo e complexo e a importância desta pensadora do século XX, para as finalidades desta pesquisa, está em seu papel para a construção da explicitação filosófica da desigualdade de gênero e para todo um movimento feminista mundial, por isso nos ateremos a comentar um pouco

sobre *O segundo sexo*, sua obra mais destacada. Lançado em 1949, essa obra revolucionou o pensamento feminista, com grande repercussão internacional. Nessa obra Beauvoir desenvolve uma análise da condição de Outro da mulher ocidental, caracterizada, não biológica, mas historicamente pela dependência e pelo assujeitamento.

[...] a passividade que caracteriza essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade (Beauvoir, 2016, vol. II, p. 24).

Nessa caracterização da mulher, dada por uma construção sócio-histórica, ela se constitui como Outro na medida em que o homem se constitui, para a sociedade, como o sujeito, aquele ao qual é não só permitido, mas incentivado a forjar-se em toda a sua subjetividade. Assim, a mulher deve estar à sombra do homem, que por sua vez só se constitui como tal, pela existência feminina. É preciso que a mulher se caracterize como o “segundo sexo”, Outro, para que o homem se caracterize como esse sujeito “naturalmente” pleno de poderes para a sociedade, ou seja, é a condição de gênero socialmente construída que promove essa assimetria.

Beauvoir, ao tratar dos mais diversos papéis assumidos de forma naturalizada por homens e mulheres no seio da sociedade, afirma que são os costumes e não as características puramente biológicas que caracterizam homens e mulheres, ou seja, os papéis se definem pelas relações historicamente construídas e conservadas culturalmente:

[...] uma sociedade não é uma espécie: nela a espécie se realiza como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem sua atitude ontológica (Beauvoir, 2016, vol. I, p. 64).

Vale fazer um recorte aqui para lembrar que o discurso e o memorável, conforme definido por Guimarães (2018), contribuem sobremaneira na constituição e manutenção da cultura e dos costumes no interior da sociedade. Assim, “[...] o homem não é uma espécie natural: é uma ideia histórica. A mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir a ser [...]” (Beauvoir, 2016, vol. I, p. 62).

Para Beauvoir o corpo é um elemento relevante no entendimento da condição da mulher como Outro na sociedade. “[...] sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra” (vol. I, p. 60). Desse modo, nas linhas que seguem nos ateremos a essa importância do corpo para a compreensão dessa situação de segundo sexo.

Gunella (2014, p. 12), ao tratar do corpo em seus estudos sobre *O Segundo Sexo*, aponta que a própria definição de mulher se encontra dependente da definição de homem, uma vez que homem é tanto positivo, quanto neutro, na medida em que é o termo que, usualmente, designa o ser humano. Já a mulher é apresentada como o negativo, aquele que deve se justificar, por meio de outrem. Isso se dá também na apreensão do corpo, nas palavras de Gunella (2014, p. 12):

Na apreensão do próprio corpo, a mulher também encontra expressão do negativo. Se o homem encara o corpo como uma relação direta e natural com o mundo, o corpo da mulher, não obstante, é sobrecarregado de determinações e limitações por tudo que o caracteriza. O homem crê apreender objetivamente a relação entre seu corpo e o mundo, ao passo que a mulher, por ter ovários e útero, está aprisionada em sua subjetividade. Enquanto o masculino indica transcendência, a mulher encontra em sua aparência, em sua carne, o símbolo da passividade e imanência, sua educação ensina-lhe a alienar-se em seu corpo.

É possível trazer alguns exemplos da construção social relativa aos corpos de homens e mulheres, a partir da citação supra. Sobre os órgãos sexuais de meninos e meninas: o pênis é para o menino símbolo de satisfação, desafio, autonomia “o menino mede o cumprimento do seu pênis, compara com os colegas a força do jato urinário, mais tarde, a ereção e a ejaculação são fontes de satisfação e desejo” (Beauvoir, 2016, vol. II, p. 22-23). Para a menina, dependente do masculino, o que primeiro se apresenta é a ausência do símbolo fálico e conforme expresso na citação, útero e ovário se apresentam, antes como uma privação, do que como um pertencimento. A menina sente-se envergonhada da evolução sexual, num verdadeiro processo de alienação do seu corpo. Beauvoir, ao tratar da puberdade feminina, observa:

[...] que drama dilacera a adolescente no momento da puberdade: ela não pode tornar-se adulta sem aceitar sua feminilidade; ela já sabia que o seu sexo a condenava a uma existência mutilada e paralisada; descobre isso agora sob a forma de uma doença impura e de um crime obscuro. Sua inferioridade era somente apreendida, a princípio, como uma privação: a ausência do pênis converteu-se em mácula e em falta. É ferida, envergonhada, inquieta, culpada que ela se encaminha para o futuro (2016, vol. II, p. 74).

Essas percepções adotadas por homens e mulheres, ao longo de sua existência, são obviamente uma construção social:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (Beauvoir, 2016, vol. II, p. 11).

A valorização da força muscular masculina é outro exemplo das imposições de limites, de um lado e liberdades de outro, estabelecidos cotidianamente, de modo

assimétrico e hierárquico, pelo ambiente social (família, escola, comunidade) para mulheres e homens. Biologicamente, o homem possui mais força muscular que a mulher. “Em relação à força muscular absoluta, a da mulher média é 63,5% da força do homem. A força muscular da parte superior do corpo das mulheres é de 55,8% da força dos homens enquanto a da parte inferior é de 71,9%” (Fortes et. al., 2015, p. 54).

Nossa questão, contudo, busca dar conta de como a importância atribuída pela sociedade à força muscular, em flagrante conivência com a violência, inferioriza a mulher também nessa característica corpórea. A agressividade e a violência no homem são vistas, mormente, como virtudes, ao passo que a passividade e a prudência devem ser virtudes femininas. Ao homem cabe dominar, assumir o poder; à mulher, como “sexo frágil”, cabe cultivar a delicadeza, a afabilidade. Em Simone de Beauvoir a construção dos arquétipos referentes à força muscular está assim expressa;

[...] Desde que aceitamos uma perspectiva humana, definindo o corpo a partir da existência, a biologia torna-se uma ciência abstrata; no momento em que o dado fisiológico (inferioridade muscular) assume uma significação, esta surge desde logo como dependente de todo um contexto; a “fraqueza” só se revela como tal à luz dos fins que o homem se propõe, dos instrumentos de que dispõe. Se não quisesse apreender o mundo, a própria ideia de posse das coisas não teria mais sentido; quando o pleno emprego da força corporal não é exigido nessa apreensão, abaixo do mínimo utilizável, as diferenças anulam-se; onde os costumes proíbem a violência, a energia muscular não pode alicerçar um domínio: é preciso que haja referências existenciais, econômicas e morais para que a noção de fraqueza possa ser concretamente definida (Beauvoir, 2016, vol. I, p. 62-63).

Beauvoir discorre também sobre a construção daquilo que se entende como o caráter feminino. Nesse sentido, Beauvoir assinala que a conduta da mulher está de modo incontornável associada à sua situação no mundo. As mulheres estão subordinadas a uma sociedade que a elas foi imposta. [...] as mulheres nunca constituíram uma sociedade autônoma e fechada; estão integradas na coletividade governada pelos homens e na qual ocupam um lugar de subordinadas (2016, v. II, p. 407).

Mesmo tendo clareza de que Beauvoir escreveu em 1949, sua afirmação parece bastante atual, quando olhamos para a nossa sociedade: temos um legislativo composto por uma esmagadora maioria de homens, o Supremo Tribunal Federal tem hoje somente uma mulher em sua composição de 11 membros e a Presidência da República, na única situação em que teve uma mulher, esta foi destituída de forma, no mínimo, questionável, mormente, por esses homens que compõem o poder. Na questão da moral feminina, a permanência tem marcado os tempos, conforme assinalado por Beauvoir (2016, v. II, p. 407):

[...] os requisitos contra a mulher, dos gregos aos nossos dias, se encontram tantos traços comuns; sua condição permaneceu a mesma através de mudanças superficiais e define isso que se chama de “caráter” da mulher: esta “chafurdada na imanência”, é prudente e mesquinha, tem espírito de contradição, não tem o senso da verdade nem da exatidão, carece de moralidade, é baixamente utilitária, mentirosa, comediante, interesseira...

É inicialmente a condição da mulher dada pela sociedade machista que lhe forja o caráter. Há todo um processo cotidiano de construção dessa mulher, na qual é usurpada a experiência da autonomia, da liberdade, da criatividade nos mais diferentes contextos vivenciados. Vimos nas linhas anteriores exemplos dessa construção: os órgãos genitais, a força muscular, outros tantos poderiam ser expressos. As experiências de ousadia, de violência, de exercício do poder são postas ao homem desde muito cedo.

Seria ilustrativo aqui arriscar um último exemplo, que está relacionado aos brinquedos destinados a meninos e meninas. Os brinquedos masculinos encorajam os meninos a se relacionar e manipular o mundo externo à casa, ao seio familiar. Já o presente mais óbvio que a menina recebe, ainda nos dias atuais, apesar de alguns pequenos avanços nesse aspecto, é a boneca. Para Beauvoir (2016, v. II, p. 23) a boneca, de um lado, “representa um corpo na sua totalidade e, de outro, é uma coisa passiva. Por isso, a menina será encorajada a alienar-se em sua pessoa por inteiro e a considerá-la um dado inerte”.

A constituição moral e ética da mulher está essencialmente vinculada a sua condição de Outro, ou seja, ao seu assujeitamento. Num mundo determinado pelo masculino, é numa essência contraditória que a mulher se constitui:

[...] para que uma fêmea seja mulher é necessário que ela participe dessa realidade obscura que a encerra na imanência e a define como o Outro: a feminilidade. Esse esforço de tentar ser como a “veem”, de renegar a liberdade e conformar-se com a reificação do olhar alheio, não faz da mulher seu fundamento: de nada adianta tentar ser como a veem, pois o modo como a veem não lhe pertence. Tal esforço resulta em condutas deslizantes de justificação da existência na imanência que caracterizam historicamente a mulher, porquanto tentam com alguma resignação e má-fé dissimular sua servidão em liberdade assimilando-a à Natureza, definindo-a como natureza. Se imposta, tal justificação se apresenta como opressão e frustração, se concedida, como falha moral: o drama da mulher se caracteriza pelo conflito entre as exigências de uma situação que a define como inessencial e a reivindicação original de como Sujeito que é, pôr-se como essencial (Gunella, 2014, p. 85-86).

Essa imanência e inferioridade feminina reforçada ao longo de sua existência, confronta-se com o Ser do Sujeito, que está firmado na transcendência, na liberdade que constitui o ser humano (Gunella, 2014, p. 86). A ideia de caráter e ética está, em boa

medida, ligada aos usos que o Sujeito faz dessa liberdade, o que é fundamentalmente contraditório no caso da mulher:

[...] confrontar o uso que em seus limites os homens e as mulheres fazem de sua liberdade é *a priori* uma tentativa desprovida de sentido, posto que, precisamente, eles a empregam livremente. Sob formas diversa, as armadilhas da má-fé, as mistificações da seriedade ameaçam-nos uns como a outros; a liberdade se encontra inteira em cada um. Somente como permanece abstrata e vazia na mulher, esta só poderia assumir-se autenticamente na revolta: é o único caminho aberto aos que não têm a possibilidade de construir o que quer que seja; cumpre-lhes recusar os limites de sua situação e procurar abrir para si os caminhos do futuro; a resignação não passa de uma renúncia e de uma fuga; não há, para a mulher, outra saída senão trabalhar pela sua libertação (Beauvoir, 2016, v II, p. 438-439).

Embora, Simone de Beauvoir, tenha concebido a obra “O Segundo Sexo”, no final da primeira metade do século XX, seus escritos são profundamente atuais para a sociedade do século XXI.

Memoráveis (Guimarães, 2018) sobre os deslizes que constituem o caráter feminino, podem ser observados nos discursos atuais. Algumas canções, da MPB ao Axé, são o exemplo disso: na música “Homem” de Caetano Veloso em certa altura, ao falar da mulher, é possível verificar “[...] Não tenho inveja da sagacidade; Nem da intuição; Não tenho inveja da fidelidade; Nem da dissimulação” (Veloso, 2006). Nesse trecho se revelam a mística e a ausência de verdade como características femininas. Vale destacar aqui alguns sentidos de sagacidade: “agudeza de espírito; argúcia, manha, malícia” (dicionário online). Na mesma canção se refere ao homem: “Eu sou o homem; Pele solta sobre o músculo” e aí se apresenta, um dos destaques do corpo masculino “os músculos”. Por mais que se possa argumentar que o compositor teve outra intenção ao compor a letra, o memorável está subscrito. No axé, no carnaval de 2024, a música de Ivete Sangalo e Ludmila foi a mais ouvida. Para os nossos propósitos, vale observar esse trecho da canção: “Tão enganando a cidade; Elas não são brincadeira; Todas carinha de baby; Mas gostam da bagaceira; Com drink de guarda-chuvinha; Mas não se engane não; Elas são todas delicadas; Mas adoram um paredão” (Sangalo, 2023). Aqui vale repetir com atualidade as palavras de Beauvoir (2016, v. II. p. 407) “prudente e mesquinha, tem espírito de contradição, não tem senso da verdade nem da exatidão”.

No que se refere aos apontamentos de Beauvoir sobre o corpo de homens e mulheres, é possível constatar a atualidade das observações da filósofa feminista, nos achados da tese de doutorado de Pereira (2015), a qual abordou as relações de gênero na imprensa esportiva. Neste trabalho, ao analisar as imagens e suas legendas, veiculadas pela mídia durante a Superliga de Voleibol Feminino, no ano de 2007, Pereira identifica

a expressão, daquilo que denominamos em linguística, o memorável (Guimarães, 2018) da caracterização dos corpos de mulheres e homens:

As fotos podem ser observadas à luz de Scott (1995), para quem o gênero consegue explicar a concepção em termos de dominação masculina e controle das mulheres. Sendo a mídia uma instituição generificada e a imprensa esportiva uma reserva de dominação masculina, a escolha das formas femininas como forma de retratar as atletas de um esporte de alto rendimento é uma questão política. Desse modo, os discursos e representações que circulam acerca do corpo dessas atletas buscam destacar seus corpos centrando-os numa política de erotização, de fetiche, como uma mercadoria de consumo. [...] quando buscamos nos arquivos da mesma fonte, as fotos exibidas na competição de porte similar disputada pela equipe masculina, a situação é deveras distinta. A performance dos atletas é a ordem do dia. [...] a mídia esportiva reproduz as desigualdades de gênero e de raça ou cor da pele. Dessa forma, continua num poderoso auxiliar para que o esporte continue a construir e enfatizar as diferenças entre os sexos com base nas tradições de feminilidade (e de masculinidade). Ela faz mais do que criar imagens paralelas de homens e mulheres – ressaltam imagens e por meio dos textos expressa as diferenças entre gênero, operando como importante coadjuvante na perpetuação do relacionamento patriarcal (Pereira, 2015, p. 47-48 e 50).

Assim como Beauvoir (2016) pontuou em 1949, Pereira aponta em 2015, a dominação corpórea masculina, em detrimento do corpo feminino que, alienado da mulher e, como aponta Pereira, visto (idealizado) em “uma mercadoria de consumo”, é algo para ser admirado. Na mesma linha, para Beauvoir, a menina aprende desde cedo “por meio de cumprimentos e censuras, de imagens e palavras, o sentido das palavras “bonita” e “feia”, sabe desde logo, que para agradar é preciso ser “bonita como uma imagem” (2016, v. II, p. 23).

Assim como Beauvoir na filosofia, a pesquisadora feminista Heleieth Saffioti foi na sociologia, uma referência sobre a questão de gênero. No âmbito da discussão aqui colocada, abordaremos a obra “Gênero, Patriarcado, Violência”, que foi publicado originariamente em 2004. Nessa obra Saffioti aborda a dominação feminina, a partir de dados coletados, entre 1990 e início dos anos 2000, numa parceria com a Fundação Perseu Abramo, com atenção especial para os conceitos de gênero e patriarcado, assinalando a naturalização da opressão contra a mulher e a manutenção da ideia essencial construída pelo patriarcado no Brasil.

Saffioti, procura evidenciar o domínio da ideologia machista que permeia nossa sociedade e, nessa perspectiva, aponta para o sentimento de culpa introjetado pelas mulheres, para a reprodução da misoginia no campo da psicologia, em especial, em relação à violência sexual contra a mulher e para a assimilação do machismo pela maioria dos homens e mulheres no âmbito da sociedade.

Inicialmente, vamos abordar o conceito de gênero discutido por Saffioti, até para apontar o uso desse termo pela nossa pesquisa. Seria redundância dizer que não se trata de um conceito neutro, há muito debate e divergência em relação à definição de gênero. Mas, é importante destacar a amplitude dos significados (Saffioti, 2015, p. 47).

Saffioti destaca que gênero não se configura somente como a uma categoria de análise, comporta também uma categoria histórica e nessa categoria “pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações; conceitos normativos como grade de interpretação de significados [...]” (Saffioti, 2015, p. 47).

Nossa utilização da palavra gênero nesta pesquisa se dá na esfera do seu significado, na qual se constituiu um consenso “o gênero é uma construção social do masculino e do feminino” (Saffioti, 2015, p. 47).

Outro conceito bastante discutido por Saffioti e que vale a pena retomar aqui, uma vez que está diretamente ligado ao poder e a dominação, ainda atuais, dos homens sobre as mulheres, que tem centralidade no tema dessa pesquisa quando relacionamos mulher e trabalho.

Diferente do conceito de gênero que perpassa toda a história, sendo, portanto, um conceito geral, presente nas mais diversas sociedades e nos diferentes contextos históricos, o patriarcado é uma categoria específica e compreende um determinado período histórico: os últimos “seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade” (Saffioti, 2015, p. 48). O equívoco sobre o patriarcado é não reconhecer as permanências em suas mudanças e acreditar que se trata de uma categoria superada. Nesse sentido, Saffioti afirma:

Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isso é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores (Saffioti, 2015, p. 48).

O patriarcado é, em essência, “a dominação-exploração das mulheres pelos homens” (Saffioti, 2015, p. 47). Saffioti busca demonstrar como muitas das características que constituem o patriarcado estão presentes em nossa sociedade atual. Um exemplo disso são os índices de feminicídio, em um sem-número de casos que podemos denominar de “profecias autorrealizadoras”; são casos de violências reiteradas que culminam com a morte da mulher.

“Mulher morta pelo marido denunciou estupro e rastreamento do celular no dia do assassinato”; “Homem mata ex-companheira dentro de shopping center em Maceió” (G1, 2024, online), veja que o ano é 2024 e notícias como estas são frequentes nos sites de notícias e jornais. Muitas dessas notícias relatam repetidas denúncias e pedidos de medida protetiva. Sobre a violência e o poder de vida e morte dos homens em relação às mulheres, num limite de dominação característico do patriarcado, Saffioti destaca que:

Se na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano *de jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com crueldade, espartilhando-as, atando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. O julgamento desses criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações contra a assassinada. A vítima é transformada rapidamente em réu, procedimento este que consegue, muitas vezes, absolver o verdadeiro réu (Saffioti, 2015, p.48).

Essa dominação-exploração do homem sobre a mulher ainda pode ser identificada em diversas dimensões da nossa sociedade: nas diferenças salariais, na presença mormente masculina nos cargos de comando e decisórios de poder político (legislativo, executivo) entre outros. Ainda somos uma sociedade patriarcal “E as brasileiras têm razão de sobra para se oporem ao machismo reinante em todas as instituições sociais, pois o patriarcado não abrange apenas as famílias, mas atravessa a sociedade como um todo” (Saffioti, 2015, p. 49).

Na sociedade atual, permanece a cultura de inculcar um sentimento de culpa na mulher desde a infância. A mulher é culpada por problemas na criação dos filhos, pelas atitudes violentas dos homens e até por serem estupradas: ou pela vestimenta utilizada, ou pelo lugar onde estava, ou por exceder na bebida. Para Saffioti:

[...] as mulheres são culpabilizadas por quase tudo que não dá certo. Se ela é estuprada, a culpa é dela, porque sua saia era muito curta, ou seu decote, ousado. Se a educação dos filhos do casal resulta positivamente, o pai é formidável; se algo dá errado, a mãe não soube educá-los. Mais uma vez, a vítima se vê, racionalmente, não ter culpa alguma, mas, emocionalmente, é inevitável que se culpabilize (Saffioti, 2015, p. 68).

Essa culpa que a mulher carrega tem um reflexo muito acentuado nos casos de violência sexual. É possível observar pela dificuldade na denúncia, nos vários recuos de mulheres denunciantes e no processo, que busca reiteradamente culpar a vítima. Essa violência tem relação com a histórica dominação da sexualidade feminina. A mulher, ao contrário do homem, não é educada para apropriar-se de sua sexualidade; ela, como vimos em Beauvoir (2016) é educada para alienar-se do seu corpo e, principalmente, do seu sexo. Nas palavras de Saffioti:

Um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido. [...] Qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isso constitui uma afronta para ele. Na condição de afocho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade (Saffioti, 2-15, p. 65).

Os dados, da Fundação Perseu Abramo, apresentados por Saffioti, mostram uma certa banalização da violência contra a mulher, seja ela sexual, física, verbal. A autora demonstra ao longo de diversos relatos de diferentes tipos de violência e dos resultados das denúncias, ou da ausência deles, que há um desencorajamento da mulher em denunciar devido à forma como todo o processo se dá e como a lei acaba por converter a maioria dos crimes em penas alternativas (Saffioti, 2015, p. 90-100).

Sobre os achados de Saffioti (2015), vale a pena destacar ainda a misoginia persistente no campo da psicologia, a qual também prejudica não só as denúncias de agressão contra a mulher, especialmente a sexual, como confunde o discernimento das vítimas. A autora demonstra a misoginia presente no entendimento freudiano que não só desconsiderou a dominação-exploração das mulheres pelos homens, como considerava fantasiosos os relatos de abuso das pacientes. Aponta ainda que esse entendimento da psicanálise persiste em muitos dos seguidores de Freud (Saffioti, 2015, p. 19-21 e p. 101-106). Saffioti afirma que:

Para Freud, e hoje para muitos de seus seguidores, os relatos das mulheres, que frequentavam seu consultório, sobre abusos sexuais contra elas perpetrados por seus pais eram fantasias derivadas do desejo de serem possuídas por eles, destronando, assim, suas mães. Na pesquisa realizada entre 1988 e 1992 (Saffioti 1992), não se encontrou um só caso de fantasia. A criança pode, e o faz, enfeitar o sucedido, mas sua base é real, isto é, foi, de fato, molestada por seu pai. Contudo, o escrito de Freud transformou-se em bíblia e a criança perdeu credibilidade. Trata-se, em sua maioria esmagadora, de mulheres, que representam cerca de 90% das vítimas (Saffioti, 2015, p. 20).

Para além do que ainda vemos perpetuar nesta década de 2020, em termos históricos, os dados e as afirmações de Saffioti são muito atuais. O texto original da autora é de 2004. Saffioti demonstra com dados e argumentos consistentes, como o preconceito de gênero ainda está muito presente nas diferentes dimensões da nossa sociedade.

Retornando ao campo mais específico da linguística, o grupo de pesquisa “Mulheres em Discurso”, coordenado por Mônica Zoppi Fontana, lançou em 2021 o livro “Mulheres em Discurso: lugares de enunciação e corpos em disputa”. Trata-se de um Grupo que vem se debruçando sobre essa temática desde 2013, utilizando-se uma análise circunscrita no âmbito da Análise do Discurso Materialista, por meio da qual o gênero é estudado a partir da busca pela compreensão do “funcionamento do discurso e sua

intervenção nas práticas de dominação e de resistência que (re)significam as relações sociais”. Esses estudos tratam do gênero articulado “com outras identificações nos processos de subjetivação” (Zoppi Fontana, 2021, p. 10-11).

Desse modo, nesta última publicação do Grupo a abordagem discute majoritariamente questões relacionadas ao racismo; a maioria dos autores “se debruçam teoricamente na discussão dos processos históricos de produção de discursos e sujeitos racializados [...]” (Zoppi Fontana, 2021, p. 15). Para os interesses da nossa pesquisa, merecem destaque os seguintes artigos: *Efeitos da sintaxe na constituição de lugares de enunciação*, de Mônica Graciela Zoppi Fontana e *A temporalidade do discurso neoliberal: os efeitos do atravessamento por identificações de gênero*, de Raquel Noronha.

O artigo de Zoppi Fontana aborda a intensificação e o fortalecimento dos movimentos feministas nos últimos anos. A autora focaliza mais especificamente duas manifestações de grupos feministas: *a Greve Feminista*, ou *Greve de Mulheres* em 2016 e o *Manifesto Feminismo para o 99%* lançado em 2019. Um dos primeiros apontamentos que a autora traz é sobre a designação de *greve de mulheres* e, nesse aspecto, afirma tratar-se de uma nova designação que a identifica como um acontecimento circunscrito nas lutas feministas (Zoppi Fontana, 2021, p. 437).

A *Greve de Mulheres* foi uma manifestação ocorrida na Argentina, em 19 de outubro de 2016. Neste dia mulheres de todo o país se vestiram de preto e pararam suas atividades por uma hora, estivessem elas em empresas, em suas casas, ou outro lugar qualquer. Zoppi Fontana pontua que, as reportagens sobre a manifestação afirmaram que a mobilização foi inspirada por movimentos ocorridos na Polônia e na Islândia. O manifesto da Polônia, ocorrido em 03 de outubro de 2016, teve como motivação um projeto de lei que revogaria a legalidade do aborto no país. Na Islândia a mobilização, aconteceu décadas antes de 2016, em 24 de outubro de 1975 e foi motivada pela luta por igualdade de direitos (Zoppi Fontana, 2021, p. 437).

Segundo, Zoppi Fontana (2021, p. 438), a *Greve de Mulheres* foi organizada pelo coletivo *Ni una a menos* e ganhou força no ano seguinte (2017), quando houve uma articulação entre esse coletivo, a *Marcha das Mulheres* dos Estados Unidos e o coletivo polonês, chamando para *uma greve de mulheres*, ou *um dia sem mulheres*. Essa manifestação teve a adesão de coletivos de mais de 30 países.

A autora, buscando algumas respostas para esses movimentos no campo de linguística, identifica como já mencionado, o deslocamento da designação da palavra

greve, para um movimento de gênero, fazendo mover equívocos e contradições e possibilitando a construção de uma nova memória; identifica ainda uma definição da *greve das mulheres*, pela negação, uma vez que age pela negação da produção, do consumo e do cuidado, paralisando essas atividades e se negando a manter a reprodução social vigente. Com isso a autora baliza três funcionamentos na língua: “a– a negação, b– um esquema argumentativo adversativo tropicalizado e c– a definição” (Zoppi Fontana, 2021, p. 439).

A negação observada nos discursos dos envolvidos na manifestação *um dia sem mulheres* nos diversos países, Zoppi Fontana interpreta como um movimento novo, uma vez que ressignifica as mobilizações femininas, por meio do advérbio não; “as mulheres não SV + locativo/objeto (Zoppi Fontana, 2021, p. 440).

Em textos produzidos por coletivos que organizam o paro/greve de # 8M em diversos países, observamos assim um trabalho na língua e sobre a língua que produz um redizer que desestabiliza sentidos ao confrontá-los a outros novos (Zoppi Fontana, 2021, p. 441).

Na análise de um recorte que aborda a expressão “retirar o corpo”, de reportagens veiculadas sobre a manifestação, a autora apresenta a reescritura da designação pela *greve de mulheres*. De acordo com Zoppi Fontana o enunciado:

ao redizer explicita seu sentido: a greve de *mulheres* consiste em retirar o corpo da esfera concreta da produção e colocá-lo nas ruas. Mas esta formulação é ainda retomada e reinterpretada por meio de duas definições: 1- é dizer muito claramente que aquele que assim se enuncia não é objeto em nenhuma posição. 2- é dizer também que o corpo em desejo jamais será só objeto (Zoppi Fontana, 2021, p. 445).

Esses movimentos por meio do real e do simbólico rompem com estruturas pré-estabelecidas para as mulheres. Assim, a palavra escrita e falada joga com a língua e possibilita, “por meio da sintaxe, a emergência de lugares de enunciação a partir dos quais se produzem as identificações que constituem os sujeitos do discurso” (Zoppi Fontana, 2021, p. 4457-458).

O artigo de Raquel Noronha traz suas reflexões sobre a relação entre gênero e discurso neoliberal. A análise desenvolvida teve como objeto os discursos sobre a inclusão de mulheres em cargos de liderança, veiculados em grupos empresariais. A autora destaca que o discurso neoliberal é marcado por uma concepção individualista e meritocrática, que desconsidera as diferenças, uma vez que as conquistas derivariam unicamente do esforço pessoal (Noronha, 2021, p. 461-467).

A autora destaca a forma como os discursos neoliberais instrumentalizam o funcionamento da temporalidade. Nesses discursos passado, presente e futuro apresentam uma escala ascendente, na qual a ideia de inovação e empreendedorismo suplanta um passado de emprego e comodidade, colocando de lado as desigualdades sociais e assimetrias de oportunidades (Noronha, 2021, p. 469).

No caso do espaço das mulheres na liderança no mercado de trabalho, Noronha aponta que, como a ideia cristalizada do masculino como neutro em diferentes palavras e no plural de tantas profissões, o homem é a referência na ocupação dos cargos de poder, uma vez que estes “ocupam estas posições por mérito e não pelo benefício do seu gênero (Noronha, 2021, p. 473).

O discurso de temporalidade, em relação ao gênero projeta uma mulher para quem foi concedida a deferência de alçar um cargo de liderança, sendo o insucesso uma não possibilidade uma vez que a escala temporal é ascendente. Ao recortar essas mulheres e ignorar as demais, os discursos apresentados pela autora, nos diversos recortes de reportagens online, silenciam-se e fazem silenciar o insucesso que viria somente do fracasso individual (Noronha, 2021, p. 461-467).

Finalmente, Noronha destaca que o sucesso da mulher empreendedora, líder, bem-sucedida, de acordo com o discurso neoliberal, presente nas reportagens analisadas, viria de “uma continuidade em relação às suas supostas obrigações referentes ao trabalho reprodutivo, que projeta o futuro profissional na continuidade do papel de mães”. Esse discurso apresenta como um diferencial da mulher para, eventualmente, assumir um cargo de liderança a sua capacidade de tratar dos negócios da mesma forma que cuida da família; trata-se de uma reprodução do “papel social projetado às mulheres” (Noronha, 2021, p. 4).

Essa conceituação histórica do feminismo que trouxemos até aqui, demonstra permanências sociais e políticas que se refletem nos discursos, na memória, enfim no uso cotidiano da língua. Mas também foi possível notar especialmente no artigo de Zoppi Fontana (2021) como, tanto a sociedade, quanto a língua podem ser dinâmicas e ressignificar lugares comuns, por meio de manifestações, movimentos reais e simbólicos, modificando designações e espaços enunciativos.

2.3 O TRABALHO É MASCULINO?

A luta por direitos das mulheres em relação ao trabalho tem sido constante e, mesmo com as mudanças já promovidas nessa matéria, ainda é possível notar a

dificuldade cotidiana que é enfrentada ante os preconceitos ainda presentes nos dias atuais. Mulher e trabalho possuem um longo percurso de relação que foi se modificando através do tempo, por isso se faz importante observar como esse passado se deu e como se dá por meio de seus trajetos na linguagem e na história. A relação da área de semântica com a história se faz pela apreensão da linguagem como aquela escriturada pelo tempo, ou seja, as estruturas semânticas enunciativas fazem necessária a retomada do passado, como a realidade daquilo que já foi e está relacionado à observação do acontecimento, como relata Machado (2011):

No entanto, essa concepção de história que tem por base a “ação dos homens”, a ser apreendida pela linguagem, desloca a concepção tradicionalista da história como sendo a sequência de fatos passados na qual haverá sempre alguém que elencou tais fatos, deixando de lado outros que também são significativos. A partir do momento em que se propõe observar o passado a partir da escritura de seu tempo, abre-se uma nova possibilidade de se olhar para ele. O acontecimento, enquanto conjunto de eventos, é uma categoria dessa disciplina. Ele interessa enquanto algo empírico, extralinguístico, constituído por eventos organizados de maneira sucessiva e que significam em função das estruturas. Os conceitos são os meios através dos quais se representam as estruturas, fazendo com que o passado, que já foi realidade, seja retomado (Machado, p. 33, 2011).

A partir dessa relação história e acontecimento, que são campos do conhecimento que permitem visitar o passado como uma realidade dinâmica, nesse tópico 2.3 se propõe um percurso sobre a relação mulher e trabalho. Para isso, buscamos aqui entender como ocorreu a luta da mulher no Brasil pela equiparação de direitos. Procuraremos ainda fazer uma breve revisão das pesquisas sobre a temática, com foco nas áreas de Linguística e Letras.

Por muitos anos a mulher não podia votar e, além disso, nem se quer viajar sem a autorização do marido ou responsável. Estes fatos se tornam mais bem compreendidos pela observação, nas linhas subsequentes, do trabalho organizado por Eva Alterman Blay (2017), no qual trata de como as mulheres se tornaram agentes políticas no Brasil. Esta obra de Blay aborda 50 anos de feminismo e é fruto das atividades desenvolvidas em um projeto temático financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.

Foi no Brasil do início do século XX que movimentos de mulheres encamparam a reivindicação pelo direito ao voto. O mesmo movimento ocorria nos Estados Unidos e na Europa. No final da década de 1920, as mulheres do Rio Grande do Norte conquistaram o direito ao voto, tendo sido este o estado brasileiro pioneiro desta conquista (BLAY, 2017, p. 66). Em 1928 foi eleita Luiza Alzira Teixeira Soriano, a primeira mulher prefeita

da América Latina, em Jardim dos Angicos, Rio Grande do Norte. Foi somente em 1933 que uma mulher compôs o Congresso, a médica Carlota Pereira de Queiroz foi eleita deputada federal do Brasil, pela chapa “São Paulo Unido”.

Essas mulheres faziam parte de uma elite que defendia os direitos femininos na vida social, política e no trabalho. Sobressaem-se, principalmente, mulheres da elite paulista “às quais se somam outras de camadas profissionais liberais, atentas às atividades econômicas e políticas, ativas em serviços de benemerência, de apoio à infância e ligadas à igreja católica” (Blay, 2017, p. 67).

Muitas mulheres se juntaram ao movimento comunista no final da década de 1920 e início dos anos 1930. O movimento foi fortemente reprimido em 1935 e a discriminação das mulheres e a cultura patriarcal no interior do próprio movimento comunista somente foi exposto de fato, muitas décadas depois. Blay, ao relatar a descrição de Maria Werneck, como é sabido, uma das integrantes do movimento, presa em 1935, pontua:

[...] Maria Werneck aprofunda a contraditória experiência vivida entre homens e mulheres tidos como companheiros. Ela precisou de cinquenta anos para relatar que: “não se pode omitir o quanto a prática comunista nas suas células era ainda patriarcal e falocêntrica, relegando as mulheres a papéis subalternos e de pouca importância”. As mulheres eram mão de obra para as atividades do partido, desqualificadas, fazendo tarefas “domésticas” e não centrais. Mas foram presas e torturadas como os homens (Blay, 2017, p. 69).

Durante quase todo o século XX prevaleceu a contradição apontada por Werneck nos movimentos políticos de esquerda, em especial, os comunistas. A alegação mais corriqueira era que a luta era contra o capitalismo, uma luta de classes e, portanto, fortalecer os movimentos feministas poderia fragilizar essa luta central. “Buscar as diversas fontes de dominação nas relações de gênero seria uma posição diversionista” (Blay, 2017, p. 75).

Foi somente em 1962 que a mulher se libertou da dominação do marido, para trabalhar, viajar, ou desempenhar alguma atividade pública; antes dessa data as mulheres casadas dependiam da autorização do marido. A mudança veio com a Lei nº 4.121/1962 e teve, como principal responsável por essa conquista, a advogada feminista Romy Martins Medeiros da Fonseca (Blay, 2017, p. 81).

A instituição do Ano da Mulher em 1975, pela Organização das Nações Unidas – ONU promoveu, mesmo em um período de ditadura no Brasil, alguma abertura para as mulheres e a imprensa feminista. Essa abertura apresentou um significado muito mais simbólico do que prático (Blay, 2017, p. 82).

Na década de 1980, no estado de São Paulo, período que tinha Franco Montoro (1983 – 1987) como governador, as mulheres conquistaram a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF. O Conselho foi uma conquista representativa, mas pouco efetiva, uma vez que não possuía qualquer recurso e movimentos políticos e políticas públicas dependem de recursos para serem levados a termo (Blay, 2017, p. 87).

Com o processo de redemocratização do país e a instituição de uma nova Constituição as mulheres conquistaram diversos direitos no sentido da redução da desigualdade de gênero. Isso graças à união de “mulheres de diversas tendências que fizeram forte lobby pela aprovação da igualdade constitucional entre homens e mulheres, no casamento, na relação com os filhos e aos bens materiais” (Blay, 2017, p. 88). Mas, uma vez mais tem-se uma conquista muito mais formal do que prática, nas relações de gênero.

Nos anos 2000 o movimento de mulheres, feministas ou não, intensificou a luta pela emancipação feminina como agente política. Contudo, foi somente em 2012 que o Partido Comunista do Brasil – Pcdob colocou, de fato, na sua pauta essa questão de gênero. “Em 2012, o PCdoB realizou uma conferência exatamente sobre a emancipação da mulher” (Blay, 2017, p. 88).

Desde a Conferência, até os dias atuais, essa emancipação caminha a passos lentos, “[...] os movimentos feministas, no decorrer do século XX e na primeira década do século XXI, se diversificara. De acordo com cada enfoque, eles parecem ter importância reduzida” (Blay, 2017, p. 93). Nesse sentido, ainda hoje a presença das mulheres nos mais destacados cargos políticos (prefeitas, governadoras, deputadas, ministras etc.) é muito desproporcional à presença dos homens.

No que se refere mais especificamente ao reconhecimento da presença feminina no mercado de trabalho, houve um avanço significativo nas décadas de 1990 e 2000. Assim, na descrição entre homens e mulheres da taxa da População Economicamente Ativa - PEA, em 1980 as mulheres representavam 26,6% e em 2010 passaram a representar 48,9% (Alves et. al. 2017, p. 32). Esse aumento tem relação significativa com “as mudanças metodológicas nos instrumentos de coleta do censo e das pesquisas domiciliares”, restando evidente que a presença feminina já era mais significativa em períodos anteriores. Nesse sentido, é importante destacar, sobre a representação da mulher na PEA, que “a tendência de aumento de longo prazo é inegável e são as mulheres o principal ator por detrás do crescimento da força de trabalho” (Alves et. al. 2017, p. 32).

A taxa de ocupação feminina vem acompanhada de uma intensa discriminação ocupacional e salarial. Para Alves et. al. (2017), a observação dos rendimentos é crucial para analisar o nível de autonomia das mulheres, uma vez que esse é um indicador importante de desigualdade social e de bem-estar. Outro fator relevante é o aumento de famílias chefiadas por mulheres, que segundo dados da PNAD de 2022 é de 47,8%. Alves et. al. (2017) aponta ainda as diferenças relacionadas à informalidade laboral, às horas dedicadas ao trabalho remunerado e não remunerado e ao status do trabalho exercido.

Em relação à informalidade laboral, a atividade doméstica, majoritariamente feminina, eleva esses índices entre as mulheres. Acrescente-se a isso, o fato de que a prestação de serviços, atividade precária e mal remunerada, representa “a maior taxa de participação na ocupação das mulheres pobres” (Alves et. al. 2017, p. 37).

No que se refere às horas dedicadas ao trabalho não remunerado, é sabido que são as mulheres, na esmagadora maioria dos casos, que cuidam dos filhos, dos idosos da família, das atividades domésticas, em geral da casa. Além dessa constatação, em média são as mulheres que dedicam mais horas em atividades laborais semelhantes, apesar de receberem as piores remunerações (Alves et. al. 2017, p.37-39). O maior prestígio masculino, em atividades semelhantes do mercado de trabalho, é patente nas diferentes áreas laborais. Nesse sentido, a diferença salarial entre homens e mulheres em atividades laborais semelhantes é de aproximadamente 30%.

A recente Lei 14.457, promulgada em 2022, propõe instituir o Programa Emprega + Mulheres, bem como de alterar a Consolidação das Leis do Trabalho em prol de igualdade para mulheres. Tal lei, de fato, apenas apresenta o direito ao Selo Emprega + Mulheres às empresas que seguirem as suas regulamentações. As disposições trazidas pela lei, que aparentemente são feitas para buscar igualdade para mulheres no mundo trabalho, utilizam remotamente o verbo “deve” para impor, normativamente, o que é regulamentado; porém utilizam ativamente o verbo “pode” em muitos dos seus dispositivos, o que confere a faculdade e não a obrigatoriedade de atendimento. A instituição do combate ao assédio no ambiente de trabalho, definido pela lei, foi um dispositivo importante, uma vez que o combate ao assédio é crucial para um trabalho com saúde e segurança. Contudo, a mulher e sua relação com o trabalho ainda encontram entraves para alcançar condições de igualdade perante leis já vigentes, como é reconhecido na redação do texto legal. Algumas regulamentações, como antecipação de férias individuais já são legalmente instituídas e pouco acrescentam ao escopo de condições igualitárias para mulheres. Enfim, a lei traz temáticas que englobam homens e

mulheres em direitos do trabalho que já eram consolidados. Por fim, o Programa instituído, uma vez que não obriga empresas a igualar o trabalho de homens e mulheres e sim, lhes garantem um selo, caso haja mudanças indicadas no texto, não é capaz de produzir alterações significativas no panorama atual.

Com a preocupação de levantar alguns dos principais estudos da grande área de Linguística, Letras e Arte, voltados para a apreensão das questões que envolvem a relação mulher e trabalho, fizemos uma consulta ao banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD. Buscou-se pelos títulos de pesquisa que incluíam os termos mulher e trabalho. A opção em fazer a busca por título teve duas razões: a primeira foi a quantidade de teses e dissertações encontradas quando se colocava as duas palavras como “assunto”; foram mais de 20.000 títulos. A outra razão foi notar que boa parte das pesquisas desse montante tratavam de temas alheios a essa relação da mulher com o trabalho na sociedade; muitos dos assuntos abordados sequer tangenciavam o tema.

O resultado da busca pelos títulos foram: 704 pesquisas, sendo 526 dissertações de mestrado e 178 teses de doutorado. Desses 704 trabalhos, 368 estavam distribuídos entre 60 programas de pós-graduação, de diferentes campos de pesquisa. As 336 pesquisas restantes não possuíam especificação quanto aos programas de pós-graduação de origem. Merecem destaque, no que se refere à quantidade de estudos que de algum modo abordam a relação mulher e trabalho, os programas de: Serviço Social, com 32 trabalhos; Direito, com 29; Ciências Sociais, com 27; História e Psicologia, com 23 e Educação e Geografia, com 20.

Os programas de Letras e Linguística contêm trabalhos assim distribuídos: 2 em programas de Literatura e interculturalidade; 1 em Letras, Língua e Literatura Francesa; 1 em Estudos Linguísticos; 2 em Letras; 1 em Linguística Aplicada.

Em relação às áreas de conhecimento, os quadros abaixo revelam o resultado da busca:

Quadro 1: Teses e Dissertações com as palavras mulher e trabalho no título, por grande área de conhecimento do CNPq

Ciências Exatas e da Terra	Ciências Biológicas	Engenharias	Ciências da Saúde	Ciências Agrárias	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Humanas	Linguística Letras e Arte	Não especificada
2	1	1	21	18	113	116	11	421

Quadro 2: Teses e Dissertações com as palavras mulher e trabalho no título, na grande área de Letras, Linguística e Arte, por área de conhecimento do CNPq

Linguística	Letras	Teatro	Não especificado
3	4	2	2

Surpreendeu a pequena quantidade de teses e dissertações dedicadas a essa temática, nas áreas de Letras e Linguística, conforme é possível observar no quadro 2; foram apenas 7 pesquisas encontradas, com títulos que apresentaram as palavras mulher e trabalho em sua composição. Esta constatação reforça a importância da nossa pesquisa para o campo da linguística e mais especificamente da semântica.

Com esses dados em mãos lançamos um olhar mais atento para os 7 trabalhos das áreas de Letras e Linguística identificados pela busca. Inicialmente observamos o objeto e os objetivos de pesquisa desses estudos, por meio da leitura dos resumos e introduções.

A primeira pesquisa analisada foi a dissertação de mestrado em Letras, de Maria Primo de Medeiros Lacerda, desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulada *Vida e escrita em trabalhos de Lee Maracle: a busca por desenvolvimento de uma mulher indígena canadense*. O objeto da pesquisa é a obra autobiográfica da autora Canadense de origem indígena Lee Maracle e teve como objetivo “conhecer as lutas, dificuldades e corrente situação dos povos indígenas canadenses”, para “analisar a evolução da escrita de Maracle, na publicação de seus romances” (Lacerda, 2007, p.6). A preocupação central da pesquisa foi discutir a inserção de Lee Maracle no gênero da literatura indígena, como uma autora combativa da segregação da comunidade indígena canadense, apresentando assim pouca identidade com a preocupação do nosso estudo. Nossas observações sobre essa dissertação de mestrado ficaram restritas as informações apresentadas até aqui.

Em seguida foi analisada a dissertação de mestrado *Entre família, trabalho e espaços públicos: a mulher nas páginas da revista Gran-Fina (1940-1942)*, de autoria de Jasmine Aparecida Horst dos Santos. Trata-se de uma dissertação, com vista à obtenção do título de Mestre em Letras. Para além dessa característica, o trabalho parece ter alguma identidade com estudos da área de Comunicação e Jornalismo, talvez pelo fato de a autora ser Jornalista de formação.

A pesquisa está circunscrita no contexto histórico do final da primeira metade do século XX e faz uma crítica ao sistema patriarcal e toda a sua influência, que segundo a autora se traduzia na definição nos atributos femininos de mãe, esposa, religiosa, dócil, pura à semelhança da Virgem Maria. Assim o lugar da mulher esteve restrito ao espaço privado, considerado o ambiente ideal para o feminino.

Desse modo, Santos pontua que a revista *Gran-Fina* cumpria o papel de retratar essa mulher do lar, voltada para as questões do cuidado, da beleza e dos afazeres domésticos.

A dissertação de mestrado de Josiane de Souza, inserida na área de Linguística e intitulada *Do prescrito ao realizado: as demandas internacionais das ligações para o disque saúde da mulher e sua relação com a instância de prescrição do trabalho de atender*, tem como objeto as ligações das mulheres para o Disque Saúde. O objetivo do estudo foi descrever e discutir dois momentos da interação entre essas mulheres e as atendentes nessa central de atendimento.

A leitura do resumo já permite observar que o estudo proposto não se identifica com a nossa preocupação de pesquisa sobre a relação mulher trabalho. O corpus teórico da pesquisa de Souza é a abordagem teórico-metodológica da Análise da Conversa. Devido à falta de identidade da dissertação de Souza com a nossa questão de pesquisa, não avançamos mais na leitura desse trabalho.

A próxima pesquisa analisada foi a tese de doutorado da área de Letras, subárea de Literatura Brasileira, de Silvana Kelly Gomes de Oliveira, intitulado *O trabalho imaterial como potência das personagens mulheres em Maria José Silveira*. O estudo teve como objeto três obras literárias de Maria José Silveira, as quais apresentam personagens mulheres que “se expressam sob o viés da subjetividade” (Oliveira, 2022, p. 9). A pesquisa buscou demonstrar a importância das mulheres no campo da literatura, bem como as dificuldades por elas enfrentadas para alcançar visibilidade nesse campo de trabalho.

Ao analisar as obras literárias a pesquisadora apresenta a potência tanto das personagens, quanto da autora em resistir e lutar contra a invisibilidade e os silenciamentos femininos; apresenta também como o machismo estrutural da nossa sociedade ainda se esforça em restringir a mulher aos “papéis de mãe, dona de casa, esposa, vítima” (Oliveira, 2022, p. 67). A pesquisadora defende que:

As mulheres são a potência da literatura, já que foram subtraídas da voz e violentadas tanto no plano social quanto no plano literário. As potências se devem às brechas que expressam suas imaterialidades tão ignoradas pelo sistema patriarcal, abafadas pela estrutura que primeiramente exclui as mulheres do espaço da crítica, da pesquisa, do empoderamento, da ficção; depois as coloca como protagonistas das lutas e movimentos sociais que reverberam no aspecto literário; para, então, reforçar estigmas que as limitam – corpo, pensamentos, ações, vivências, solidão, morte – sob o signo da “visibilidade” (Oliveira, 2022, p. 113).

Desse modo, é possível aferir que a tese de Oliveira se debruça sobre as questões de gênero que inferiorizam a mulher na relação com o trabalho, ao tratar das dificuldades enfrentadas pela mulher escritora, em seu campo de atuação. Oliveira então, reitera a constatação, já observada aqui em outras obras, da presença do machismo estrutural e de matrizes do patriarcado em nossa sociedade.

A dissertação de mestrado da área de Letras, subárea de Literatura, intitulada *O trabalho e o trabalho imaterial das mulheres em Dom Casmurro: Capitu, Prima Justina e Dona Glória* é mais um dos 7 trabalhos levantados na BDTD. Esta dissertação de Mirna Spinelli de Oliveira tem como objeto o romance *Dom Casmurro* de Machado de Assis. O objetivo foi analisar o trabalho imaterial das personagens Capitu, Prima Justina e Dona Glória e o modo como elas são condicionadas e modificam “as relações de classe e de gênero no romance” (Oliveira, 2023, p. 6).

O principal foco da pesquisa foi a característica revolucionária no que se refere ao papel da mulher da personagem Capitu. Oliveira (2023) centra seus esforços de análise no trabalho imaterial das personagens, com destaque para a forma como a personagem Capitu rompe barreiras e impõe sua autonomia, desafiando a sociedade patriarcal de seu tempo. Identifica também a força e a influência do trabalho imaterial de Dona Glória e Prima Justina sobre Bentinho, o protagonista do romance. Com isso a pesquisa pretendeu demonstrar, dentre outros aspectos:

a influência da personagem machadiana, Capitu, na literatura, reiterando sua potência linguageira, através do seu trabalho imaterial, uma vez que foi silenciada e julgada no contexto social e literário, desta forma, a construção da sua potência se deve às brechas que revelam suas qualidades imateriais, tão desconsideradas pelo sistema patriarcal. Portanto, Capitu não é apenas uma transgressora, mas deve ser vista como uma personagem que luta para construir sua própria subjetividade, seus próprios desejos, seus sentimentos pessoais, sua individualidade, finalmente, seu trabalho não tangível, expresso por meio de sua linguagem, convida-nos a questionar as formas de marginalização que as mulheres de seu tempo enfrentavam (Oliveira, 2023, p. 87).

O estudo de Oliveira (2023), mesmo não tendo identidade direta com a nossa preocupação de pesquisa, a qual focaliza a mulher e o trabalho material, traz, por meio da Literatura, uma análise da inserção da mulher na sociedade e a importância do seu trabalho imaterial no contexto social, reitera a identificação do preconceito de gênero nas diferentes dimensões do ser mulher.

A construção discursiva da mulher no mercado de Trabalho a partir da revista exame é o título da dissertação de mestrado da área de Linguística, de autoria de Jackeline de Azevedo Silva. O objeto da pesquisa é a construção discursiva de mulher na Revista

Exame e teve como objetivo analisar a constituição do discurso sobre o feminino no âmbito mercadológico. Trata-se de um estudo com bastante identidade com a nossa questão de pesquisa no que se refere à busca de compreender a relação mulher trabalho no interior da nossa sociedade (Silva, 2017, p 89). Contudo, o estudo de Silva se insere na Análise do Discurso francesa, enquanto o nosso está circunscrito na análise semântica do acontecimento.

A análise desenvolvida por Silva teve como recorte a mulher executiva, procurando demonstrar a carga de conflitos, preconceitos, silenciamentos vivenciados por essa mulher que busca se identificar, para além de outras identidades, como uma liderança no mercado de trabalho. A primeira análise é sobre a capa de um exemplar da Revista que tem a foto de uma mulher e o seguinte enunciado “Precisamos trabalhar tanto”. Silva observa que esse questionamento se direciona mormente às mulheres e, nesse sentido, considera normal que homens trabalhem muito, mas, problemático que as mulheres o façam.

A autora identifica aí um silenciamento quanto à presença de desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e com isso o enunciado remete aos já ditos sobre a mulher cuidadora, dona de casa, mãe que para trabalhar fora de casa deve conseguir conciliar essa chamada “vida pessoal”. Desse modo, “O não dito significa muito: o trabalho de cunho empresarial não pode envolver tanto a mulher, de modo a retirá-la, totalmente do ambiente doméstico” (Silva, 2017, p. 100).

Outra análise feita por Silva se refere a um exemplar cuja capa traz a imagem da ex-presidente Dilma Rousseff e o seguinte enunciado: “A mão forte da economia: O Brasil precisa de mais investimentos e liberdade para as empresas. O governo quer mais consumo e intervencionismo. Por que é preciso mudar agora o rumo da política econômica?”. A autora destaca a identidade da expressão “mão forte” com o masculino, diferentemente da identificação da mulher como frágil, emocional (Silva, 2017, p. 103).

Silva faz duas observações sobre a relação da imagem de Dilma com o enunciado da capa da Revista. De um lado, ao associar “a mão forte da economia” à Dilma Rousseff, identifica-se um discurso de masculinização da figura da presidente; de outro lado, pode-se depreender também que seria necessária uma mão masculina para essa função, uma vez que, “a presidenta não seria a mais indicada, para tal intento, já que não conseguia conciliar os interesses do Estado como interesses e necessidades do empresariado” (Silva, 2017, p. 104).

A pesquisadora trouxe ainda alguns recortes das reportagens internas às capas analisadas, as quais deveriam, em tese, estar voltadas para a presença das mulheres no mundo dos negócios e identificou nos discursos a valorização dos cuidados com a beleza e a presença de rótulos masculinos (Silva, 2017, p. 112). A autora conclui o estudo apontando que:

[...] a posição feminina representada, na revista, a imagem da mulher é ora masculinizada e ora apresentada como aquela que ainda está presa aos padrões de atividades domésticas e do lar, apesar de se tratar de uma revista de cunho empresarial. Percebe-se na revista que, ao trazer a mulher como uma grande empreendedora, ocupando um cargo antes apenas destinado aos homens, mostra em seus discursos o modo de funcionamento da linguagem, evidenciando como os sentidos são históricos e ideologicamente marcados. Com isso, entendemos que os discursos que circulam sobre a mulher precisam ser problematizados a fim de considerar sobre o que é dito e o que é silenciado e que, muitas vezes, essa representação feminina no mercado de trabalho faz emergir posturas ideológicas que subjugam sua capacidade profissional (Silva, 2017, p. 113).

A outra pesquisa identificada por nossa busca, uma dissertação de mestrado, está inserida na área de Linguística e tem como título: *Do trabalho e espaço doméstico ao trabalho em cargo público: a resistência das mulheres e os atravessamentos das formações discursivas patriarcais e feminista*, autoria de Luciani Heindrickson da Silva. A dissertação tem como objeto os enunciados de mulheres, servidoras públicas da prefeitura de um município do interior do Paraná, que ocupam cargos de direção.

O objetivo da autora foi analisar, por meio da Análise do Discurso, o discurso dessas mulheres em relação a temas como “trabalho, família, discriminação e qualificação” (Heindrickson da Silva, 2023, p. 8). A pesquisadora, argumenta que a análise desses enunciados buscou identificar a formação de duas formações discursivas: a feminista e a patriarcal. Sobre o uso do termo patriarcal a autora justifica que “o patriarcado é estruturante das formas simbólicas da existência tanto de homens, como de mulheres e de suas relações de trabalho (Heindrickson da Silva, 2023, p. 83).

Heindrickson Silva aborda a questão de classe, uma vez que a dissertação tem identidade teórica com o materialismo histórico, chegando a negligenciar os estudiosos da área propriamente da Análise do Discurso, mesmo aqueles identificados com o materialismo. Nessa perspectiva, a autora direciona alguns de seus apontamentos para a heterogeneidade das mulheres em relação à “classe, gênero e raça: burguesas, operárias, brancas, negras, pobres, indígenas” e suas condições de inserção no trabalho formal (Heindrickson da Silva, 2023, p. 106).

Sobre o discurso das servidoras públicas, ocupantes de cargos de direção, analisado na pesquisa, Heindrikson Silva observou que prevalece o discurso da formação discursiva patriarcal, uma vez que, na maioria das vezes, não identificam o poder da ideologia dominante que se materializa no discurso. Nessa perspectiva, a autora pontua que:

Quando a mulher passa a ocupar um lugar que não pertencia a ela (cargo de decisão) nesse movimento de resistência, ela ressignifica o seu papel social e se posiciona enquanto agente da história e não mais mera coadjuvante. A linguagem materializada no discurso, é responsável por estabilizar, conceituar, estigmatizar, qualificar, mas também pode romper, deslizar, ressignificar, nos momentos em que há a dúvida, o questionamento e a contraidentificação (Heindrickson da Silva, 2023, p. 108).

Desse modo, é possível dizer que para a autora a predominância da formação discursiva patriarcal não é determinista, pode concretamente ser alterada conforme as mudanças dinâmicas do contexto histórico social.

Neste capítulo nos dedicamos ao escopo desta pesquisa que é a mulher. Apresentamos algumas das definições de mulher no dicionário, sendo possível observar que a mulher está quase sempre definida por uma dependência em relação ao homem, como se seu sentido estivesse subordinado a definição de homem. Ademais verificamos que para o dicionário, é o uso do masculino, como gênero ‘neutro’, que acolhe homem e mulher. Observou-se que a mulher foi historicamente caracterizada como cordata, passiva e subordinada ao homem e, como veremos nas análises empreendidas no capítulo 4, apesar das diversas conquistas femininas, essa caracterização permanece muito presente nos dias atuais. Verificou-se ainda que existe uma carência de pesquisas relacionadas à mulher no campo da linguística. No próximo capítulo trataremos das editoras de livros didáticos, uma vez que os textos do livro didático são o objeto da nossa análise sobre a mulher.

CAPÍTULO 3

AS EDITORAS DOS LIVROS DIDÁTICOS NO ÂMBITO DO PNLD

3.1 O TRABALHO, A MULHER E O CONTEÚDO DO LIVRO DIDÁTICO

Para alcançar um entendimento dos sentidos enunciativos de textos que abordam a temática do trabalho e o modo como a mulher é incorporada nesse âmbito é importante compreender que o trabalho está associado ao cotidiano dos estudantes desde muito cedo. Esse tema permeia, desde a infância, os sonhos, as frustrações e os projetos de futuro das meninas, seja na convivência familiar com a mãe, o pai e irmãos que já trabalham, seja na própria experiência pessoal de submissão ao trabalho infantil, realidade tão presente na cena social brasileira. Assim, quando chegam à escola as crianças já possuem um entendimento do que é o trabalho e essa compreensão, como não poderia deixar de ser, é marcada pelo viés de sua classe social, sua raça/etnia e seu gênero, dentre outros.

O trabalho é tema do ambiente escolar, permeia os conteúdos pedagógicos do currículo e está, conseqüentemente presente nos livros didáticos. Contudo, surge, muitas vezes, sem conferir a devida atenção para as questões de gênero que envolvem o tema trabalho, de modo geral e, mais especificamente, o trabalho como atividade laboral.

Como vimos no capítulo 2, a questão de gênero ligada a toda uma gama de preconceitos enfrentados pela mulher, está muito presente em nossa sociedade ainda hoje. Assim, insistimos que esta pesquisa tem como objetivo analisar especificamente como é veiculada a relação da mulher com o trabalho, nos textos dos livros didáticos.

Nesse quadro social sabemos que os empecilhos e dificuldades vivenciados pelas mulheres que trabalham fora têm início na própria casa. Isso ocorre, seja em razão da jornada laboral enfrentada no âmbito doméstico: lavar, cozinhar, passar, arrumar, cuidar das crianças, seja por uma submissão ao impedimento de maridos e companheiros que ainda não aceitam ver as mulheres com quem se relacionam nos espaços fora do âmbito doméstico.

Essa é uma realidade presente também para mulheres menos penalizadas pelo recorte de classe, na medida em que ainda hoje é possível observar muitas meninas sendo educadas primordialmente para realização de um bom casamento, sem qualquer

preocupação com uma educação que coloque o trabalho no horizonte de uma vida com mais autonomia e melhores oportunidades.

Sob este aspecto é importante considerar que a busca por igualdade de gênero nas relações de trabalho, diz respeito a um direito que deve ser assegurado, mas cuja escolha deve fazer parte de uma decisão feminina. Ou seja, não se trata de um imperativo que as mulheres trabalhem fora do lar a fim de se realizarem como seres humanos em sua plenitude, mas de assegurar que haja equidade entre os gêneros, no âmbito das escolhas e oportunidades.

A posição de inferioridade que historicamente se destinou à mulher no interior da sociedade, seja no âmbito doméstico ou no espaço público, foi sendo desconstruída ao longo dos últimos anos, embora permaneça até hoje uma dissimetria marcada pelo desnível do gênero feminino. Em que pese a constatação de que algumas barreiras já foram quebradas ao longo do tempo, por meio da luta pela igualdade iniciada desde o século XIX, ainda hoje as mulheres vivenciam experiências dramáticas no mundo do trabalho. As discriminações entre homens e mulheres são bastante evidentes ao se constatar a distinção salarial, o assédio sexual, a intimidação física, dentre outros obstáculos.

No espaço delimitado pelo ambiente doméstico, as mulheres assumiram, quase sempre sozinhas, as tarefas de cuidadoras da casa, dos filhos, do marido e nesse contexto se reduziu a possibilidade para a realização dos trabalhos externos, fora do âmbito daquelas atividades já exercidas no espaço lar.

Ainda assim, é importante ter em mente que as mulheres pobres sempre precisaram trabalhar em troca de alguma remuneração que contribuísse para o sustento da casa. Ou mesmo para se sustentarem a elas próprias e aos filhos, quando os pais não se fizeram presentes como provedores. De modo compreensível, esse trabalho realizado por essas mulheres pobres, na busca por assegurar a própria sobrevivência e a dos filhos, foi quase sempre precariamente remunerado e cumprido majoritariamente no ambiente doméstico.

O tratamento inferior conferido até recentemente pela legislação trabalhista brasileira ao trabalho doméstico constitui um dado revelador dessa triste realidade, pois a lei que assegurou a igualdade de direitos aos trabalhadores domésticos somente entrou

em vigor no ano de 2015, pela promulgação da Lei Complementar 150 que trata do contrato de trabalho doméstico.

É sabido que as mulheres compõem a maioria absoluta da mão de obra empregada no trabalho doméstico exercido no Brasil e infelizmente a promulgação de uma lei que assegura igualdade de direitos, está longe de garantir a efetividade desses direitos. Desse modo, permanecem em exercício na atividade doméstica fora do lar, um grande número de mulheres que, todos os dias, enfrentam jornadas extenuantes, sem a proteção contra adoecimento e sem inúmeros outros direitos efetivados.

3.2 PANORAMA HISTÓRICO DO USO DOS LIVROS DIDÁTICOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO

As décadas de 1990 e 2000 no Brasil, são representativas de uma forte intensificação do uso do livro didático como objeto de pesquisa acadêmica em diversos campos do conhecimento. Uma das razões desse interesse está, muito provavelmente, no fato de que esse material pedagógico se constitui, desde aquele período, em um dos recursos mais utilizados nas salas de aula das escolas de educação básica no Brasil (Cassiano, 2017; Munakata, 2012). Assim, na segunda metade da década de 1980, a importância que o livro didático adquiriu no cenário educacional brasileiro foi traduzida em uma política pública de âmbito nacional que deu origem ao Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, no ano de 1985.

Numa perspectiva histórica, as origens mais remotas de um Programa com tais características datam de 1937. Têm lugar na concepção metodológica da produção de materiais didáticos para uso em sala de aula que fossem escritos pelos próprios professores. Embora tenha adquirido novos contornos, observa-se que, ao longo dos anos, essa ideia foi sendo aprimorada (Mazzi; Amaral-Schio, 2021). Nesse panorama histórico, no ano de 1937 foi criado Instituto Nacional do livro (INL), o qual tinha como objetivo elaborar leis para implementação de políticas educacionais que promovessem a utilização de texto didáticos, chancelados pelo governo, nas salas e aula. De acordo com o Decreto nº 93, que criou o Instituto Nacional do Livro em 21 de dezembro de 1937, competia a esse Instituto:

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições; b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros; d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de

bibliotecas públicas em todo o território nacional (Brasil, 1937. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html).

As atribuições descritas na citação supra permitem observar a preocupação em controlar a publicização de textos e, conseqüentemente, da cultura letrada. A organização da Enciclopédia Brasileira e do dicionário da Língua Nacional não se concretizaram em quinze anos de trabalho. Por outro lado, as bibliotecas públicas cresceram de modo exponencial, uma vez que naquele contexto histórico, devido às distâncias e dificuldades de transportes e edições e larga escala, essas bibliotecas eram o espaço privilegiado para a divulgação e publicização dos textos de interesse (Oliveira, 2019).

Essa expectativa de controlar os aspectos da cultura valorizados nas instituições de ensino, já no final da década de 1930, fica mais evidente no Decreto Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que regulamenta a elaboração e utilização do livro didático. O artigo 3º do Decreto é revelador dessa busca de controle dos textos didáticos:

A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas preprimárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República (Brasil, 1938, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>).

Essas iniciativas além de buscar centralizar a definição de quais aspectos da cultura e como esses aspectos devem ser transmitidos à população, criam também o precedente para influenciar significativamente o mercado de livro didático. Nesse sentido, como continuidade dessas ações, no ano de 1939 foi estabelecida a Comissão Nacional do Livro Didático, que era composta por uma equipe de sete membros, escolhidos pelo presidente da república, com a função de tornar exequível o determinado no Decreto 1006/1938 (Oliveira, 2019, p. 83-90).

Esses primeiros movimentos de criação de uma política centralizada, destinada a definição, elaboração e distribuição de textos didáticos, criou algumas condições para a instituição de políticas posteriores com objetivos semelhantes. Contudo, essas primeiras ações perderam força na segunda metade da década de 1940, sendo retomadas apenas duas décadas depois, com o advento do golpe militar.

Assim, em 1966 foi instituída uma nova Comissão do Livro Didático. Essa com mais poderes que aquela criada em 1939, uma vez que passa a estabelecer uma destinação

de recursos específicos para a política do Livro Didático. Segundo Oliveira, o Decreto-lei nº59.355/1966, que cria essa política se caracteriza por:

[...] aprofundar as relações simbióticas entre o mercado livreiro da época, tanto interno quanto externo, e o Estado enquanto condutor da dita política pública. Esse elemento pode ser evidenciado nos artigos 8º e 9º do documento legal em questão. Eles esquadriham a emergência e os procedimentos de utilização dos recursos, o que aponta para realocação de recursos financeiros e a garantia de capital para uma política nacional de livros didáticos. A criação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE em 1969 inaugura um instrumento permanente de capitalização da educação pública (Oliveira, 2019, p. 86).

Com a instituição do Decreto nº59.355/1966 e a criação do FNDE, além de outras iniciativas implementadas nos anos subsequentes, o Estado entrou de vez no mercado de livro didático como cliente, consultor e indiretamente, definidor de conteúdo. O mercado do livro didático como campo de disputa se tornou mais atrativo com a entrada de recurso público, acirrando os conflitos entre os diferentes grupos de interesse – editoras, governo, sociedade civil. Vale lembrar que nesse período ainda não havia distribuição gratuita de livros para a rede pública de ensino.

Depois de algumas décadas marcadas por todas essas iniciativas descritas nas linhas acima e que tiveram destaque moderado no acesso ao livro didático pelos estudantes das escolas públicas de educação básica, em 1985 foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com o objetivo declarado de constituir a democratização do acesso a esse recurso didático, por meio da sua distribuição.

Naqueles primeiros anos, contudo, não se empreendeu um trabalho que mantivesse uma capacidade distributiva de amplitude nacional e tampouco uma regularização desse procedimento e, desse modo, a distribuição não era capaz de atender a todos os alunos de educação básica em nível nacional (Mazzi; Amaral-Schio, 2021).

A Constituição Federal promulgada em 1988, trouxe novos princípios para se pensar a educação básica no Brasil, ao afirmar ser dever do Estado garantir a todos os brasileiros “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”, conforme disposto no inciso I do artigo 208, da referida carta constitucional. Para a efetivação desse inciso é necessário desde o início assegurar as condições de acesso e permanência dos estudantes em todas as fases da educação básica. A legislação ordinária sobre a Educação, por sua vez se encontra definida na Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, a denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. Nela, dentre outras, a questão da qualidade é amplamente abordada, tornando-a uma preocupação institucional permanente (Cassiano, 2017, p. 21-24).

É nesse bojo das responsabilidades do Estado com a educação que se inserem os novos programas voltados para a aquisição dos livros didáticos. Compreende-se que tais programas de distribuição de materiais didáticos podem conferir aos estudantes maior equidade de acesso e que a sua implementação contribui para o atendimento dessa complexa demanda que é dever do Estado e que consiste na promoção de uma educação de qualidade para todos.

Contudo, os diferentes interesses envolvidos num programa dessa magnitude, podem provocar desvios de objetivos e não atender devidamente ao interesse público, nesse caso, o interesse de oferecer recursos didáticos para os estudantes das instituições públicas de educação, com vistas a melhorar a qualidade e a equidade da educação oferecida.

A partir dos anos 1990, tanto pelas concepções teórico didáticas de ensino e pelas alterações na legislação que passou a orientar os princípios da educação básica, quanto pelo momento político mais favorável à participação política, os professores passaram a ter uma participação, embora tímida, nos encaminhamentos referentes à distribuição dos materiais didáticos que seriam oferecidos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Desse modo, os professores vieram a ter, a partir de então, a oportunidade de escolher, dentro de um conjunto de opções, pré-definido pelo MEC, quais livros seriam usados nas aulas (Mzzi; Amaral-Schio, 2021, p. 98-100).

Ainda nesse contexto, no ano de 1993, foi formada uma comissão de avaliação dos materiais didáticos. Essa comissão foi instituída no cenário de uma crescente pressão por mais qualidade na escolha do material didático que o Programa distribuía, o qual vinha sendo submetido a inúmeras críticas nesse aspecto (Mazzi; Amaral-Schio, 2021, p. 98-100).

Nesse contexto, a distribuição do livro didático foi sendo ampliada até atingir todas as instituições de educação básica pública. Em termos cronológicos, para os anos finais da década de 1980 e para a década de 1990, a distribuição teve início com uma política focalizada de assistência a estudantes da educação básica e com foco nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 1995 o MEC amplia a política de distribuição de livros para todas as séries do ensino fundamental e associa mais fortemente essa política com a qualidade da educação pública (Oliveira, 2019, p. 87-88).

Nesse esforço de ampliação do acesso ao livro didático como recurso de aula, nas escolas públicas de educação básica, no ano de 1996 foi promovida a primeira distribuição nacional dos livros didáticos por meio do PNLD, cabendo observar que atualmente a distribuição por meio do Programa alcança os índices de 200 milhões de exemplares e mais de 2 bilhões de reais em investimento (Brasil, 2021, disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2021/resultados-da-gestao-1/programas-para-a-educacao-basica-1/programa-nacional-do-livro-e-do-material-didatico>).

Diante dessa grandeza numérica, a proposta de ter o livro didático como objeto de pesquisa linguística adquire relevância, na medida em que a base do ensino básico nacional se fundamenta nos textos veiculados por esse material didático distribuído anualmente pelo governo federal às escolas de todo o país. Essa constatação evidencia a necessidade de compreender um pouco mais sobre a inserção desse objeto em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, com o aumento exponencial da distribuição de livros nas últimas décadas e o montante de recursos destinados à distribuição desse material didático, cumpre reafirmar que numa sociedade capitalista como a nossa, o livro didático se configura, entre outras características, como uma mercadoria, ou seja, sua produção tem caráter mercadológico (Cassiano, 2017).

Tendo isso em mente, é preciso compreender que há um intenso intercâmbio de influências entre, de um lado o mercado editorial em que se dá a produção do livro didático e, de outro lado o campo político-econômico nacional. No caso específico da edição de livros didáticos, esse intercâmbio de influências também se encontra fortemente presente no campo da política educacional, permeado pelos debates ideológicos que mobilizam a vida política do país, em qualquer momento que se observe esse cenário (Cassiano, 2017, p.35). Nesse sentido, o PNLD possui uma tensão incontornável de interesses, concepções e disputas de poder, entre os diversos setores públicos e privados envolvidos e entre os diferentes atores sociais. De acordo com Munakata:

[...] as editoras, ao menos no Brasil, buscam cada vez mais se adequar às exigências do governo, que se traduzem em Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas determinações específicas de cada edital do PNLD, além das idiossincrasias dos avaliadores. Silva (2007) examina os trabalhos realizados por diversos profissionais de edição (editor, chefe de arte etc.) para a produção de livro didático (no caso, de História) no Brasil, comparando-as com os casos do México e da Argentina. Cassiano (2007) examina o mercado latino-americano de livros didáticos e focaliza, em particular, o caso de um grupo espanhol que assumiu o controle

de uma editora brasileira. A autora revela os meandros da política internacional, convênios bilaterais, realização de eventos etc., envolvendo agentes dos governos espanhol e brasileiro, executores de políticas educacionais e personalidades do mundo acadêmico e cultural (Munakata, 2012, p. 62).

Observa-se primeiramente, que as regras estabelecidas pelo governo, via MEC, sobre disciplinas, ou áreas de conhecimento de interesse, conteúdo e forma, passam a pautar a produção de livros didáticos pelas editoras. Essas buscam atender as características definidas pelo governo, para ampliar suas chances de conquistar uma fatia do maior cliente desse mercado. Nesse contexto de universalização da distribuição de livros didáticos nas escolas públicas, intensifica-se fortemente a representação desse material como “portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar. De modo geral o livro didático é a transcrição do que é ensinado, ou que deveria ser ensinado” (Munakata, 2016, p. 123). Assim, as diretivas estabelecidas pelo MEC acabam por definir os conhecimentos que devem ser veiculados nas instituições de ensino.

Outro aspecto essencial presente nesse contexto, diz respeito à dimensão numérica dos recursos materiais que devem ser mobilizados numa empreitada econômica dessa envergadura e que consiste em produzir, para um só cliente, no caso o governo que compra/adquire, uma cifra de milhões de livros didáticos. Observe-se então que o capital necessário ao investimento para essa produção e distribuição de livros didáticos em larga escala, torna inevitável que alguns poucos grupos dominem esse mercado editorial, que em 2015 foi responsável por cerca de 50% (Fipe 2016) dos livros vendidos no Brasil (Cassiano, 2017, p. 38-39).

Esse reduzido grupo empresarial, único com capacidade financeira para dispender os recursos produtivos necessários à confecção do material didático, adquire por esse mecanismo um poder que extrapola o campo econômico e alcança os aspectos político-ideológicos que permeiam a sociedade. Isso ocorre à medida que esse grupo passa a exercer toda uma gama de influências na definição do tipo de material que irá chegar até o estudante. Essa influência vai desde a visão de mundo, paradigmas defendidos, concepções filosóficas e religiosas, até interesses e ideologias que se pretende atender (Cassiano, 2017 p. 40-46).

Por outro lado, como vimos anteriormente, o Estado como principal consumidor desse “produto” que se constitui no livro didático, também determina, em certa medida,

os conteúdos que deverão compor os livros didáticos destinados aos estudantes da educação básica, nas diferentes áreas do conhecimento. Essa determinação se dá por meio da vinculação dos conteúdos produzidos nesse material aos parâmetros curriculares adotados e divulgados pelo MEC que é o órgão máximo regulador da política educacional do país (Cassiano, 2017).

Em suma, o que se pretende aqui é chamar atenção para a ausência de neutralidade que ocorre em todo esse complexo processo. Isso se verifica desde a concepção do conteúdo que constitui o livro didático, teoricamente fundamentada nos parâmetros definidos pelo governo, via Ministério da Educação, até a definição das editoras, melhor dizendo dos grupos econômicos com envergadura para arcar com o projeto e que terão acesso ao processo de escolha dos livros que serão distribuídos aos estudantes. Os interesses, o projeto cultural, a visão de mundo, as concepções ideológicas dos governos e daqueles que os representam no PNLD influenciam de forma decisiva a constituição desses materiais didáticos, assim como o grupo que detém o controle da indústria editorial o faz.

Desse modo, compreende-se que o pano de fundo que permeia o debate em torno desse objeto se constitui nas questões referentes ao modo como se dá a democratização do acesso ao livro didático e ao papel que o Estado desempenha em todo esse processo. Por esse motivo considerou-se importante trazer aqui alguns aspectos do percurso realizado pela distribuição nacional do livro didático, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Da definição do conteúdo e escolha do material, até a sua utilização pelos alunos em sala de aula, o livro didático percorre um longo caminho. Este percurso é marcado por variantes extremamente complexas que vão desde a conjuntura econômica, o cenário da política nacional, até as escolhas ideológicas definidas em bases curriculares. Assim se configuram algumas das características do objeto do presente estudo.

É a partir da clareza sobre esse contexto, no qual se insere o livro didático e, mais especificamente, o Programa Nacional do Livro Didático, que esta pesquisa tratará dos sentidos de mulher e trabalho em alguns textos de obras aprovadas pelo PNLD de 2021.

Desse modo, alguns textos foram selecionados visando dar materialidade a esta investigação. Em linhas gerais, o exercício de análise dos textos selecionados, vai no sentido de, como relata o linguista Eduardo Guimarães (2012), “procurar uma compreensão sobre como funciona e produz sentidos esta unidade complexa de significação que nos interroga sempre por caminhos os mais inesperados.”

A análise dos textos, por meio dos pressupostos teóricos da semântica do acontecimento permitirá expor os sentidos por eles produzidos. Os textos selecionados para essa análise serão recortados dos livros didáticos aprovados pelo PNLD para uso do ano de 2021.

Os livros didáticos escolhidos foram dois. Ambos os livros são dedicados à área de Linguagens e suas Tecnologias. São eles: *Identidade em ação: mundo do trabalho* da Editora Moderna e *Multiversos: linguagens no mundo do trabalho*, da Editora FTD.

O intuito foi seguir um padrão de seleção em busca de livros da área de conhecimento que será analisada, tendo ainda por objeto a análise de um livro da Editora Moderna, na medida que esta foi a editora que mais aprovou livros para uso pelo PNLD, alcançando uma difusão maior de seus textos junto ao público consumidor.

Cumprir registrar uma observação de que, durante o processo de busca pelos materiais didáticos a serem escolhidos para análise, constatou-se que um livro da Editora FTD, denominado *Trabalho em Pauta*, não foi aprovado pelo programa. A se considerar pelo nome, teria sido interessante analisar esse livro à luz da temática aqui proposta, uma vez que toda a sua estrutura girou em torno do eixo trabalho. Infelizmente isso não foi possível, uma vez que este livro não obteve aprovação pelo PNLD.

3.3 AS EDITORAS MODERNA E FTD E OS LIVROS ANALISADOS

A editora Moderna foi fundada em 1968 por Ricardo Feltre, autor de diversos livros da área de química, principalmente para o ensino médio. Com a intensificação da compra de livros didáticos pelo governo brasileiro, a partir do final da década de 1990, fato que como vimos, promoveu um significativo aquecimento deste mercado, as megacorporações estrangeiras passaram a se interessar pelo mercado brasileiro.

No âmbito dessa significativa movimentação do mercado de livros didáticos, os grupos espanhóis foram os que mais envidaram esforços na aquisição de uma fatia significativa desse segmento do mercado. Assim, em 2001 o grupo espanhol Santillana negociou a compra da Editora Moderna por R\$150 milhões, uma vez que a editora já era considerada uma das mais destacadas no segmento de livros didáticos.

O grupo Santillana é uma seção do maior conglomerado de mídia da Espanha, o Grupo Prisa, que está no mercado desde 1972. O Prisa tem inserção em mais de 22 países, com destaque para a Europa e América Latina. O Santillana é o responsável pelo setor de educação desse conglomerado.

A chegada do Grupo ao mercado de livros didáticos brasileiros trouxe uma novidade, “a edição de obras coletivas [...]. Nesse tipo de obra, os autores passam a ter posição diferente no processo produtivo dos livros, que têm a estrutura predeterminada e pode (ou não) ser escrito por vários autores” (Cassiano, 2017, p. 84). A influência dessa característica das obras do grupo Prisa/Santillana foi tão significativa que os livros de 2021, ou seja, vinte anos depois da chegada do Grupo ao Brasil, analisados nesta pesquisa são partes de obras coletivas escritas por vários autores.

Nessa perspectiva, é possível observar que esses conglomerados internacionais exercem algum poder decisório nessa política pública de distribuição de livros didáticos. Pode-se equiparar a influência desse mercado editoria à do próprio MEC, nas tomadas de decisão sobre os encaminhamentos do PNLD.

A Editora FTD fundada em 1902, tem nome de origem francesa, cuja sigla significa *Frère Théophane Durand*, que foi um Superior Geral, mais alto posto da Congregação Marista. O Grupo Marista, proprietário da FTD, é uma Congregação de origem católica, portanto trata-se de um Grupo confessional. Essa Congregação foi criada em 1817 e veio para o Brasil em 1897, já como uma instituição voltada para o campo educacional.

O Grupo Marista hoje possui além da Editora FTD, colégios, universidade e hospitais. Trata-se de um conglomerado, presente em mais de 70 países. A FTD está vinculada à Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC, que é um dos braços do Grupo Marista. A previsão da receita líquida do Grupo para 2024 é de R\$2,8 bilhões (Fusões&Aquisições, 2024, Disponível em: <https://fusoesaquisicoes.com/hr/grupo-marista-tera-fundo-para-startups/>).

As observações levantadas nas linhas anteriores sobre a FTD já reforçam nossa advertência sobre o domínio dos conglomerados internacionais no mercado de livros didáticos brasileiros, bem como sua influência no PNLD. Mas, vale acrescentar que os livros da Editora FTD foram impressos na França desde sua criação no Brasil em 1902 até o ano de 1930. Foi somente depois dessa data que a impressão dos livros passou a ser feita na cidade de São Paulo.

O grande avanço da FTD na produção de livros didáticos ocorreu a partir da segunda metade da década de 1980, período que coincide com a retomada da distribuição de livros didáticos pelo PNLD e com a renovação dessa política, que avançou durante a

década de 1990 e início de 2000, no sentido da universalização da distribuição desse recurso didático. A FTD responde hoje por 29% do mercado de livros didáticos brasileiro.

Importante observar que a compreensão da trajetória e do papel dessas duas editoras no âmbito da política de distribuição de livros didáticos para as escolas públicas de educação básica, permite identificar o lugar social de fala dos autores dos textos que foram analisados por esta pesquisa. É possível identificar claramente que essas editoras exercem influência determinante na definição dos conteúdos presentes nesses livros didáticos. Faremos a seguir uma descrição dos livros analisados por essa pesquisa.

Inicialmente vamos apresentar a coleção da Editora Moderna que foi contemplada pelo PNLD, no ano de 2021. Trata-se da Coleção *Identidade em Ação: Linguagens e Suas Tecnologias*, dedicada aos estudantes da última etapa de Educação Básica: o Ensino Médio. A coleção é constituída de seis volumes intitulados: Volume 1) *Um Mundo de Linguagens*; Volume 2) *Linguagens na Aldeia Global*; Volume 3) *Linguagem, Ciência e Tecnologia*; Volume 4) *Linguagens e Vida em Sociedade*; Volume 5) *Linguagens, Trabalho e Economia*; Volume 6) *Linguagens e Meio Ambiente*.

A editora responsável por esta Coleção é Olivia Maria Neto. Ela é Licenciada em Letras, com ênfase em português, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP e bacharela em Letras, também com ênfase em português, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas igualmente, da USP. A Coleção tem cinco autores, todos responsáveis pela elaboração de todos os seis volumes que a compõem. São eles:

- Thelma de Carvalho Guimarães, Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e bacharela em Letras, com ênfase em português, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP;
- Diego Moschkovich, Mestre em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e bacharel em Artes Cênicas pelo Instituto Estatal Russo de Artes Performativas, São Petersburgo – Rússia, com diploma revalidado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;
- Luiz Pimentel, Mestre em Educação, na subárea de Filosofia da Educação, pela Faculdade de Educação da USP e bacharel em Artes Cênicas pela Escola de Comunicações e Artes, da mesma Universidade;

- Kelly Sabino, Mestra em Educação, na subárea de Filosofia da Educação, pela Faculdade de Educação da USP e Licenciada em Educação Artística, com ênfase em Artes Plásticas, pela Escola de Comunicações e Artes também da USP;
- Felipe Pagliato, Licenciado em Educação Artística, com ênfase em Música, pela Faculdade Santa Marcelina.

Verifica-se que todos os autores, assim com a editora responsável têm formação na grande área de Linguística, Letras e Artes. Essa constatação demonstra uma identidade da Coleção com a área para a qual ela foi aprovada no PNLD, que é a área de Linguagens e suas Tecnologias. Além disso dois autores têm formação, em nível de pós-graduação na área de Educação.

O livro utilizado na análise desenvolvida nesta tese foi o volume 5 *Linguagens, Trabalho e Economia*. A escolha por este livro se deveu à abordagem central do volume ser a temática do trabalho. Esse volume está distribuído em quatro unidades, são elas: Unidade 1) *Mundo do Trabalho*; Unidade 2) *Empreendedorismo*; Unidade 3) *Novas Realidades de Trabalho e Economia*; Unidade 4) *Economia Solidária*. Cada Unidade é composta por três Temas que desenvolvem o assunto apresentado no título da Unidade.

A segunda coleção que apresentamos é da Editora FTD e foi aprovada pelo PNLD, também no ano de 2021. Referimo-nos à Coleção *Multiversos: Linguagens*, que assim como a Coleção *Identidade em Ação*, destina-se aos estudantes do Ensino Médio. A coleção é composta por seis livros, assim distribuídos: Volume 1) *Linguagens: Cidade em Pauta*; Volume 2) *Linguagens: Natureza em Pauta*; Volume 3) *Linguagens: Diversidade: Lugares, falas e culturas*; Volume 4) *Linguagens: Identidades*; Volume 5) *Linguagens: Mundo do Trabalho*; Volume 6) *Linguagens: Mundo dos Afetos*.

A responsável pela coordenação editorial dessa Coleção é Ana Luiza Martignoni Spínola, Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Londrina – UEL e Licenciada em Letras, com ênfase em línguas vernáculas pela mesma Universidade. Os autores responsáveis pela elaboração, de todos os seis volumes, da Coleção *Multiversos: Linguagens* são:

- Maria Tereza Rangel Arruda Campos, Doutora e Mestra em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC; Licenciada em Letras, com ênfase em português pela Universidade de São Paulo – USP;
- Lucas Kiyoharu Sanches Oda, Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Licenciado em Letras, também pela Unicamp;

- Inaê Coutinho de Carvalho, Doutora e Mestre em Artes pela – USP, Licenciada e bacharela em Educação Artística pela Unicamp;
- Rodolfo Gazzetta, Mestre em Desenvolvimento Humano e Tecnologias pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, Licenciado e bacharel em Educação Física pela Unicamp.

A formação dos autores da Coleção *Multiversos: Linguagens*, inclui duas grandes áreas: Linguística, Letras e Artes e Ciências da Saúde, sendo três com formação na área de Linguística, Letras e Artes e um com formação em Educação Física, ou seja, na área de Ciências da Saúde. Desse modo, todos os autores têm formação na área de Linguagens e suas Tecnologias, na qual essa coleção se insere. Isso porque, a área de Linguagens e suas Tecnologias, na Base Nacional Comum Curricular – BNCC para o educação básica, é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa.

O livro que foi objeto da nossa análise, para esta tese, é o Volume 5, intitulado *Linguagens: Mundo do Trabalho*. De modo semelhante ao que ocorreu com a Coleção *Identidade em Ação*, a opção por esse Volume se deu devido à abordagem do tema trabalho. O livro está distribuído em três sequências (capítulos), são elas: Sequência 1) O trabalho dignifica o homem?; Sequência 2) O que você quer ser quando crescer?; Sequência 3) Entre o sonho e a realidade. Cada Sequência está composta por quatro assuntos.

Este capítulo nos possibilitou, especialmente, conhecer o lugar social de fala dos alocutores presentes na análise dos textos que empreenderemos no próximo capítulo desta tese, permitiu ainda abrir o espaço para a compreensão das cenas enunciativas que serão analisadas a seguir.

CAPÍTULO 4

4.1 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

4.1. IDENTIDADE EM AÇÃO: LINGUAGENS, TRABALHO E ECONOMIA DA EDITORA MODERNA

Esse primeiro livro didático selecionado para a análise, conforme apresentado anteriormente, é parte da Coleção *Identidade em Ação: Linguagens e suas tecnologias* da Editora Moderna, aprovado para uso nas escolas públicas nacionais para o ano de 2021 e tem o título *Linguagens, trabalho e economia*. Os autores deste livro, Thelma de Carvalho Guimarães, Diego Moschkovich, Luiz Pimentel, Kelly Sabino e Felipe Pagliato, para esta análise são os locutores-autores, tomados pelo lugar social de dizer de profissionais da educação, escritores de livros didáticos e formadores de opinião.

Os textos escolhidos para análise foram aqueles, nos quais se identificou a palavra mulher relacionada de alguma forma à palavra trabalho, principalmente, o trabalho como atividade remunerada. Assim, identificou-se a presença da palavra mulher, ou, mulheres 27 vezes no livro; destas palavras seis apareceram como legendas de imagens, sem apresentar nenhum comentário concernente ao assunto; por sete vezes a palavra mulher/mulheres foi identificada em textos do livro, sem a devida atenção relacionada a trabalho, ao gênero, ou algo semelhante.

Na Unidade 1 *Mundo do Trabalho*, no Tema 2 *A profissionalização das práticas corporais*, a palavra mulher/mulheres apareceu em quatro textos, associada direta, ou indiretamente à palavra trabalho, os quais foram nossos objetos iniciais de análise. Já na Unidade 2 *Empreendedorismo*, Tema 6 *Comunicação e empreendedorismo*, o termo mulher/mulheres foi identificado cinco vezes e, embora esteja relacionado ao trabalho, pois se refere ao empreendedorismo, não foi possível analisar o conteúdo, porque se referiam à chamada para um vídeo sobre mulheres, empreendedoras, moradoras de uma favela. O texto não aborda o assunto, faz somente a chamada para o vídeo, o assunto do texto são empreendedores que utilizam linguagem e comunicação e o vídeo mencionado, é apontado como um empreendimento desta natureza.

Na Unidade 4 *Economia Solidária*, no Tema 12 *As Vozes Coletiva no Texto Literário*, a palavra mulher/mulheres é identificada relacionada de forma indireta a

trabalho em duas músicas apresentadas no livro. Analisamos essas duas músicas na sequência das análises dos textos do Tema 2, da Unidade 1.

A estratégia didática do texto introdutório é inserir o estudante na temática abordada, para facilitar o entendimento dos próximos assuntos. Logo no Tema 1, os textos buscam tratar em sala de aula tópicos acerca do ser humano e suas atividades laborais. Dessa forma, na sequência, o Tema 2 observa e expõe para os estudantes os profissionais em práticas corporais, de modo que, no Tema analisado insere o ser humano como aquele que atua em alguns campos de trabalho. Por isso, os enunciados selecionados para a análise foram aqueles que abordam a temática aqui proposta, ou seja, a mulher em enunciações do trabalho. Ambos os termos se fazem importantes, em suas significações, nas cenas enunciativas. Os enunciados retirados dos textos expostos aqui se voltam para possibilidade de identificação dos lugares da enunciação, assim como, do domínio semântico de determinação do termo mulher e deste em sua relação com o trabalho.



TEMA
2

Mediação sugerida
Educação Física

A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS

Ao longo do tempo, as práticas corporais foram profissionalizadas, abrindo possibilidades para que muitas pessoas organizassem sua vida profissional em eventos e competições de esportes, lutas, danças, ginásticas e jogos.

É inumerável a quantidade de homens e mulheres que trabalham realizando atividades, dentro e fora do mundo dos esportes. Em diferentes ambientes, como clubes, hotéis, empresas etc., trabalham técnicos, preparadores físicos, atletas, árbitros, nutricionistas, engenheiros, arquitetos, animadores sociais, narradores, comentaristas, vendedores, entre muitos outros profissionais que poderiam ser aqui mencionados.

Neste tema, você e sua turma analisarão o processo de profissionalização das práticas corporais com enfoque no futebol. Ao pensar especificamente nessa manifestação da cultura corporal, além das profissões já mencionadas, quais outras você conhece? Ao analisar esta imagem, como você relacionaria o futebol e o mundo do trabalho?

BNCC
Competências:
CG1, CG6
CE1, CE5
Habilidades:
EM13LGG101,
EM13LGG104,
EM13LGG501

Neste Tema 2, analisaremos diversos textos, nos quais o livro propõe abordar o assunto da profissionalização de práticas corporais. Este texto introdutório, destaca que o propósito desta primeira argumentação seria preparar o leitor para compreensão da organização da vida profissional, mais especificamente, daquelas que se voltam para as práticas corporais. Nesta cena enunciativa, há o enunciador universal que se caracteriza pelo livro didático como ferramenta de ensino e que traz para a cena enunciativa a editora Moderna e a educação oficial, por meio do PNLD; compõe a cena ainda os autores do livro que, considerando o lugar social de dizer, serão nomeados aqui como alocutor-

educador. Identificaremos os enunciados deste texto Tema 2 com a letra (a) e numeraremos a1, a2, a3 e sucessivamente.

Inicialmente, vale a pena observar no texto a utilização do plural masculino como forma genérica de representar homens e mulheres, ao elencar algumas profissões: (a1) *trabalham técnicos, preparadores físicos, atletas, árbitros, nutricionistas, engenheiros, arquitetos, animadores sociais, narradores, comentaristas, vendedores, entre muitos outros profissionais que poderiam ser aqui mencionados.*

São apresentadas 11 profissões, dessas apenas 3 são substantivos apresentados pelo dicionário como de dois gêneros: “atletas, nutricionistas e comentaristas”. E, mesmo estas profissões, caso viessem acompanhadas de um artigo, notadamente estaria no masculino, uma vez que deveria acompanhar a lógica utilizada para os demais substantivos.

Essa observação nos remete ao artigo de Raquel Noronha (2021) comentado na seção 2.2 desta tese. Noronha destaca que, pela lógica do masculino neutro, o qual permanece como tradição gramatical:

[...] a formação do plural no masculino poderia indicar a presença de homens e mulheres e não necessariamente só de homens, como seria o caso com a marcação morfológica no feminino. Assim “as mulheres” designaria exclusivamente pessoas do gênero feminino (a especialização qualquer), enquanto que “os homens”, na concepção gramatical, poderia designar tanto pessoas do gênero masculino como, também, a presença de mulheres (Noronha, 2021, p. 464).

Vamos ao próximo recorte:

(a2) *é inumerável a quantidade de homens e mulheres que trabalham realizando atividades dentro e fora do mundo dos esportes*

A observação importante, nesse caso, é que há uma reescrituração da palavra pessoas visto no início do texto em: *muitas pessoas como homens e mulheres*. Por isso, pode-se concluir que o termo mulher é uma reescritura de pessoas quando alocado junto ao termo *homem*. O verbo trabalhar aqui conjugado na terceira pessoa, do presente do indicativo retoma *vida profissional*, expressão encontrada no início do texto.

Nesse enunciado, é importante notar a significação de ‘mundo do trabalho’, pois essa significação fala de um espaço específico de trabalho, seu sentido é mercado de trabalho. Ou seja, trata-se aqui da atividade laboral das pessoas. Assim, o mercado de trabalho é o universo mormente abordado nesse livro didático. Nesse sentido, vale a pena insistir que a relação mulher trabalho que buscamos analisar neste capítulo, está vinculada

a atividade laboral, assim o significado de trabalho aqui é atividade profissional, ou laboral. Essa atividade se insere no mercado de trabalho.

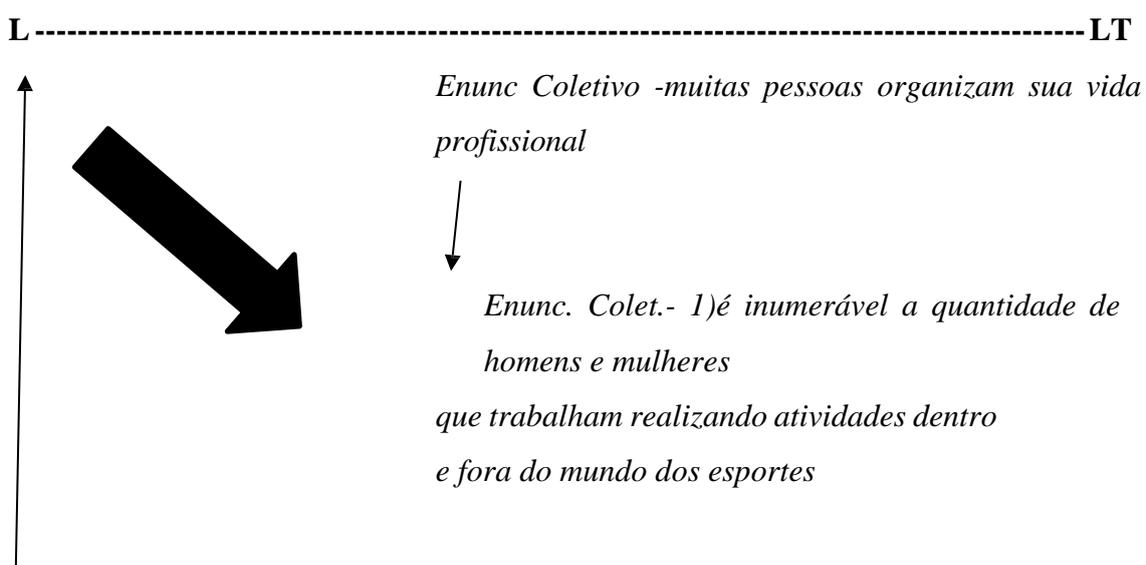
O termo *mulheres* está inserido em uma argumentatividade, quanto ao trabalho realizado no mundo do esporte, tratando o trabalho como atividades profissionais. Em seguida o alocutor-educador cita algumas profissões que, segundo ele, se enquadram nesse mundo. O acontecimento enunciativo mostra o sentido do que o alocutor-educador produz para o alocutário-estudante, de pessoas como reescriturada por *homens e mulheres*, o que ao longo do livro se distancia. Isso porque, no desenvolvimento deste Tema, são discutidas as questões em torno de como a mulher é determinada, de modo diferente do homem, no âmbito do futebol como atividade profissional.

Os alocutores-educadores dirigem-se ao estudante que aqui será tratado como lugar social para o qual se diz, ou, alocutário-estudante, ao final desse texto quando termina com uma pergunta. Essas perguntas tratam da interação do alocutor-educador com o alocutário-estudante.

O enunciado retirado da última fala do texto se faz importante:

(a3) *como você relacionaria o futebol e o mundo do trabalho?*

A definição inicial, que o tema mundo do trabalho tem é eixo da abordagem e dentro dela há diversos campos, como o do esporte, entre outros como cita o alocutor. Com isso, compreende-se que a abordagem aqui trata dos campos de profissionalização das pessoas, voltados para as atividades corporais e, em especial, para o campo dos esportes.



Alocutor-educador-----Alocutário-
estudante

Em seguida, nesse mesmo Tema do livro, é apresentado o seguinte texto:

Ao longo deste percurso de aprendizagem, você poderá compreender os diferentes discursos que são produzidos pelos trabalhadores que atuam, de alguma forma, com o futebol, e terá condições de ampliar a sua leitura de mundo sobre essa temática.

O alocutor-educador volta a se direcionar ao alocutor-estudante, quando utiliza a palavra *você*. Este trecho do texto mostra que o foco nesta parte do Tema 2 será o futebol, sendo assim, dentro de toda a temática do livro que é *linguagens, trabalho e economia* se insere agora o futebol e este como um ambiente profissional, ou seja, inserido no mercado de trabalho. Isso pode ser observado em: *produzidos pelos trabalhadores que atuam, de alguma forma, com o futebol*. Nota-se que a significação do substantivo *trabalhadores* se refere à atividade laboral, assim o sentido da palavra é o de profissionais e, nesse contexto, profissionais que desenvolvem alguma atividade vinculada ao futebol.

Novamente, é possível observar o funcionamento da desinênciã do masculino como neutro em: *discursos que são produzidos pelos trabalhadores*. Essa designação recorrente e excludente das mulheres, faz observar que o memorável da neutralidade masculina na língua persiste.

O texto que segue apresenta, entre outros temas, a relação da mulher e do trabalho dentro do ambiente que é esse *mundo dos esportes*, mais especificamente, do futebol. O alocutor-educador continua o livro abordando o futebol e como ele está inserido na cultura brasileira.

A constituição do futebol como profissão

O futebol é uma prática corporal socialmente importante no Brasil. Ela é realizada em diferentes espaços e contextos, por crianças, jovens e pessoas adultas, por lazer e diversão ou profissionalmente. Nesse contexto, a “grande paixão nacional” foi profissionalizada por conta de diferentes interesses econômicos.

Muitos profissionais fazem parte do mundo do trabalho do futebol: dos jogadores que entram em campo até os jornalistas que escrevem na mídia esportiva especializada e as marcas que vendem produtos específicos dessa manifestação da cultura corporal.

Para pensar sobre essa diversidade de funções, você analisará três textos que trazem diferentes perspectivas e linguagens sobre o processo de profissionalização do futebol. O primeiro é um trecho do livro *Futebol ao sol e à sombra*, no qual o escritor uruguaio Eduardo Galeano trata das glórias e tristezas da carreira de um jogador de futebol profissional. O segundo, uma crônica de Renata Mendonça, apresenta a realidade das mulheres que lutam para ter o mesmo reconhecimento profissional dos homens no meio futebolístico. O terceiro é um texto multissemiótico, uma charge do cartunista Duke que apresenta uma crítica às instituições e aos agentes que exploram o jogador de futebol.

Reúna-se com um colega para ler os textos. Ao final de cada leitura, cada um deve anotar em seu caderno as principais informações que esses três textos mencionam sobre o futebol como profissão. Depois da leitura, vocês responderão a algumas questões sobre isso.

A sequência se dá com três textos trazidos para a realização de uma atividade proposta. O acontecimento que se dá é a utilização pelo alocutor, do recurso de buscar a consolidação por meio de autores que abordam a área temática do futebol, por cronistas e jornalistas. Nossa análise busca compreender a significação de mulher nos textos.

Nesse sentido, olhamos aqui para o futebol, como profissão inserida nesse universo que é o mercado de trabalho e, mais especificamente, para o discurso sobre a mulher nesse trabalho de prática corporal. Cumpre identificar como o discurso dos textos escolhidos pelo livro didático, para essa atividade, estabelecem a relação entre mulher e futebol, como profissão.

O alocutor-educador, ao propor entre os três textos sobre a profissionalização do futebol, um que aborda a desigualdade entre homens e mulheres no futebol, opta por inscrever a mulher na profissão e romper com o silenciamento sobre preconceito de gênero presente na profissão, assim como recentemente tem ocorrido em alguns discursos presentes em reportagens, estudos acadêmicos entre outros.

Ainda assim, ao se referir ao terceiro texto (uma charge), que tem como título “*jogador de futebol*” o alocutor-educador retoma o memorável masculino ao dizer que o texto traz *uma crítica às instituições e aos agentes que exploram “o jogador de futebol”*. Além de reproduzir o substantivo jogador no masculino, o alocutor-educador acrescenta o artigo “o”, reforçando o sexismo presente na designação da profissão e não faz crítica a esse uso recorrente do masculino neutro. Desse modo, evidencia o conflito presente

nesse movimento de reconhecimento da exclusão feminina, ao reforçar a masculinidade da profissão.

O trecho do livro *Futebol ao sol e à sombra*, trata o futebol exclusivamente como profissão masculina. Os enunciados falam de homens e a argumentatividade se direciona ao jogador profissional, do sexo masculino. Não se trata de neutralidade, mas do silenciamento sobre a presença das mulheres nessa profissão.

Reproduzimos a seguir o trecho do livro *Futebol ao sol e à sombra*, de Eduardo Galeano, apresentado no livro didático:

<p>O jogador Corre, ofegando, pela lateral. De um lado o esperam os céus da glória; do outro, os abismos da ruína. O bairro tem inveja dele: o jogador profissional salvou-se da fábrica ou do escritório, tem quem pague para que ele se divirta, ganhou na loteria. Embora tenha que suar como um regador, sem direito a se cansar nem a se enganar, aparece nos jornais e na televisão, as rádios falam seu nome, as mulheres suspiram por ele e os meninos querem imitá-lo. Mas ele, que tinha começado jogando pelo prazer de jogar, nas ruas de terra dos subúrbios, agora joga nos estádios pelo dever de trabalhar e tem a obrigação de ganhar ou ganhar. Os empresários podem comprá-lo, vendê-lo, emprestá-lo; e ele se deixa levar pela promessa de mais fama e mais dinheiro. Quanto mais sucesso faz, e mais dinheiro ganha, mais está preso. Submetido a uma disciplina militar, sofre todo dia o castigo dos treinamentos ferozes e se submete aos bombardeios de analgésicos e às infiltrações de cortisona que esquecem a dor e enganam a saúde.</p>	<p>Na véspera das partidas importantes, ele, preso num campo de concentração onde faz trabalhos forçados, come comidas sem graça, se embebeda com água e dorme sozinho. Nas outras profissões humanas, o acaso chega com a velhice, mas o jogador de futebol pode ser velho aos trinta anos. Os músculos se cansam cedo: – Esse cara não faz um gol nem ladeira abaixo. – Esse aí? Nem se amarrarem as mãos do goleiro. Ou antes dos trinta, se uma bolada fizer que desmaie de mau jeito, ou o azar lhe estourar um músculo, ou um pontapé lhe quebrar um desses ossos que não têm conserto. E um belo dia o jogador descobre que jogou a vida numa só cartada e que o dinheiro evaporou-se, e a fama também. A fama, senhora fugaz, não costuma deixar nem uma cartinha de consolo. GALEANO, Eduardo. <i>Futebol ao sol e à sombra</i>. Rio de Janeiro: L&PM Pocket, 2004.</p>
--	--

Galeano fala de uma profissão masculina, talvez a temporalidade do livro (2004) tenha influência nesse esquecimento da mulher, embora o futebol feminino, no Brasil, tenha sido regulamentado desde 1983 e no Uruguai – país de origem do autor, em 1995.

O autor aqui como locutor-jornalista, mas não só, uma vez que inserido no livro didático seu lugar de dizer se identifica com o lugar dos autores do livro didático, o lugar de locutor-educador. Esse locutor diz ainda do lugar da educação oficial, compondo essa complexa cena enunciativa.

Nesta cena enunciativa, os enunciados se constituem na forma de interdiscurso ao significar o futebol como uma profissão unicamente masculina, evidenciando uma intervenção da memória discursiva. Verifica-se ainda o silenciamento da mulher nessa profissão que o memorável significa como masculina.

Identificaremos os enunciados analisados deste texto com a letra (b) e enumeraremos b1; b2 e sucessivamente. Vejamos como essa significação se constitui ao longo do texto apresentado. Observe-se o enunciado a seguir:

(b1) *O bairro tem inveja dele: o jogador profissional salvou-se da fábrica, ou do escritório*

Nessa primeira argumentação já é possível notar o uso do masculino como identificação daquele sobre o qual se diz. Não há alusão a um masculino neutro, é o masculino, em oposição ao feminino. Essa oposição fica mais evidente no enunciado:

(b2) *as mulheres suspiram por ele e os meninos querem imitá-lo.*

Nesse enunciado *ele* reescritura *jogador de futebol* e as mulheres estão no banco admirando esse profissional, em uma profissão que é para eles – os homens. A reescrituração de *jogador de futebol* por *ele* ainda aparece mais duas vezes em enunciados subsequentes. O silêncio permanece sobre a jogadora de futebol, profissão, como vimos anteriormente, regulamentada desde a década de 1980. Conforme Oliveira (2018, p. 32) “o silêncio como fundador da significação leva a considerar na interpretação do dizer a política de impedimentos e interdições que faz parte do seu funcionamento”. Assim, no trecho apresentado está implícita uma interdição da presença feminina na profissão, interdição dada por uma significação masculina da profissão *jogador de futebol*.

O silenciamento presente na argumentação desse trecho do livro apresentado pelo alocutor-educador, tem a sustentação do lugar social que é ocupado aqui pelo livro didático; este lugar é o lugar da educação oficial. Retomando Guimarães (2018, p. 99) “a sustentação da relação de argumentação se faz a partir do lugar social” aqui, de jornalista, “agenciado pelo acontecimento enunciativo”. E esse é o peso do silenciamento da mulher no texto de Galeano, o peso de um lugar, que “não é um lugar neutro, é um lugar que funciona como parâmetro, como medida” Guimarães (2018, p. 104).

Assim, é possível identificar uma integração textual (Guimarães, 2018, p. 75-85), que leva ao entendimento da profissão de jogador de futebol como masculina, integração esta promovida desde o título apresentando a profissão no substantivo masculino, passando pela reescrituração e por todo o processo de argumentação descrito nas linhas anteriores.

Dito isso, vale lembrar ainda que o alocutor educador, no lugar social de educação oficial, diz a um alocutário-estudante e aqui precisamos ampliar um pouco a compreensão desse alocutário, uma vez que o livro didático fala ao estudante,

principalmente, mas fala também ao professor, aos gestores escolares, aos pais, ou a quem mais o leia.

A seguir reproduzimos o texto sobre as mulheres:

<p>Elas gandulas, eles jogadores <i>Torço pelo dia em que ser atleta de futebol signifique ter apenas uma profissão</i></p> <p>Era uma partida do Campeonato Mineiro, com o Atlético-MG recebendo o Tupynambás no Independência.</p> <p>Além da estreia do técnico venezuelano Rafael Dudamel diante da torcida, houve um acontecimento bem menos midiático – mas não sem importância – que marcou o jogo: as gandulas da partida foram jogadoras do time feminino profissional do Galo.</p> <p>Eram jogadores profissionais dentro de campo e jogadoras profissionais fora dele. Eles jogavam, elas repunham as bolas.</p> <p>Isso aconteceu por conta de um convite da diretoria do Atlético-MG para as atletas do time feminino. Normalmente, os gandulas dos jogos do Galo costumam ser jogadores da base, mas eles estavam fora, em competição.</p> <p>Já que as mulheres utilizam a mesma estrutura de treinamento que a categoria sub-20 masculina no clube, por que não dar a elas as mesmas oportunidades oferecidas a eles? Esse foi o pensamento da diretoria, que fez o convite. O pensamento das seis atletas que aceitaram foi receber os R\$ 90 extras que entrariam na conta com esse trabalho (baseado em depoimentos ouvidos por esta colunista).</p> <p>Primeiro, é importante mencionar que a média de salário oferecida para jogadoras profissionais de futebol da primeira divisão do Campeonato Brasileiro era de até dois salários-mínimos (cerca de R\$ 2.000) em 2017, segundo pesquisa realizada pelo UOL.</p> <p>Isso é a elite do futebol feminino – sem falar nas equipes menores, que disputam segunda divisão ou só o estadual e que não têm um time de camisa por trás. Nesses casos, muitas vezes nem salário as atletas recebem, só uma ajuda de custo. Claro que a oportunidade de ganhar R\$ 90 por jogo atuando de gandula não é de se jogar fora nesse contexto.</p>	<p>Mas vamos tentar ir além da análise simplista de enxergar essa situação apenas como uma “oportunidade de trabalho para quem precisa ganhar algum dinheiro”. A frase de Janaína Costa, empregada doméstica formada em História, talvez seja a que melhor descreva o que aconteceu nessa partida em que jogadoras repunham as bolas enquanto jogadores jogavam com elas: quando uma necessidade é legitimada por uma desigualdade.</p> <p>Se pudessem escolher, essas atletas prefeririam estar no Independência como gandulas ou como jogadoras dentro de campo? Por que elas, como atletas profissionais de futebol, precisam buscar uma renda extra repondo bola, e eles, que compartilham a mesma profissão, não precisam se preocupar com isso?</p> <p>E aqui não estou falando que jogadoras e jogadores deveriam ter o mesmo salário. Ainda existem inúmeras diferenças de mercado (e também de contexto) entre futebol feminino e masculino que não permitem isso agora. Mas será que a desigualdade tem que ser tanta a ponto de, num mesmo clube de camisa (e de orçamentos milionários), as atletas do time profissional precisarem atuar como gandulas de um jogo do time masculino ganhando R\$ 90 para complementar a renda no fim do mês?</p> <p>“Ah, mas nenhuma delas estava ali obrigada. Foram porque quiseram.” Foram porque precisam. Porque o dinheiro que ganhariam ali faria diferença para elas. Se tivessem um salário um pouquinho maior, provavelmente não abririam mão do domingo de folga para repor bola de um jogo do Campeonato Mineiro.</p> <p>Torço pelo dia em que ser jogadora de futebol signifique ter apenas uma profissão – dentro de campo, sem precisar de nenhum bico fora dele para complementar a renda.</p> <p>MENDONÇA, Renata. Quando jogadoras são gandulas para jogadores. <i>Folha de S.Paulo</i>, 31 jan. 2020.</p>
--	---

Trata-se de uma crônica de Renata Mendonça, escrita para o Jornal Folha de São Paulo. Pode-se assumir que o alocutor-educador se identifica com o conteúdo apresentado na crônica, uma vez, que a escolheu para apresentar aos estudantes. Na análise deste texto, identificaremos os enunciados com a letra (c).

O enunciado tomado pelo título do texto já se faz importante para uma primeira análise:

(c1) *elas gandulas, eles jogadores*

Os pronomes pessoais *eles* e *elas*, marcam a diferença entre homens e mulheres. Ou seja, estão ali como reescrituração de mulheres em *elas* e homens em *eles*. Esses pronomes foram utilizados para marcar a separação dos sexos – *homens* de *mulheres*, ainda mais por estarem seguidos de adjetivos, sendo estes adjetivos profissões hierarquizadas, no mundo dos esportes. A integração textual, por meio da reescrituração e da articulação (GUIMARÃES, 2018, p. 75-76) deixa claro o porquê desta separação de pronomes seguidos destes adjetivos, conforme observamos nos parágrafos subsequentes. Principalmente no enunciado:

(c2) *Eram jogadores profissionais dentro de campo e jogadoras profissionais fora dele.* (c3) *Eles jogavam, elas repunham as bolas.*

É possível notar que, diferentemente do enunciado inicial do Tema 2 que busca designar homens e mulheres de forma igualitária por meio da palavra *pessoas* como seres humanos que buscam sua profissionalização por meio das atividades corporais, nesta crônica a designação de homens e mulheres se faz pela desigualdade entre os gêneros. Esses enunciados iniciais deste texto já revelam que a profissão de jogador no futebol é para os homens e às mulheres resta “repor as bolas”.

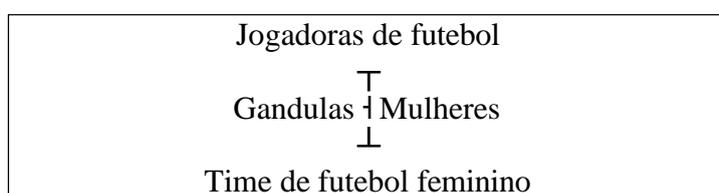
Em (c2), a autora enuncia a desigualdade de gênero presente no exercício da mesma função, porque esse enunciado reforça a informação anterior de que ambos jogam no time profissional do Atlético-MG e vai muito além.

Ao analisarmos a significação dos advérbios dentro e fora, que combinam respectivamente com jogadores e jogadoras, que nesse enunciado são a reescrituração de homens e mulheres, observa-se que o lugar das *jogadoras* mulheres é *fora* do campo e do jogo. Entendemos *fora* como reescritura de *excluída*, uma vez que, conforme Guimarães (2018, p. 87; 93) “a reescrituração pode ser por repetição, substituição, elipse, expansão e condensação” e “liga pontos de um texto com outros do mesmo texto, e mesmo pontos de um texto com pontos de outro texto”.

A palavra *fora* no enunciado analisado é uma reescritura de *excluída*, na medida em que se trata de expressão utilizada por Renata Mendonça em outras argumentações sobre a relação da mulher com o futebol. Em uma entrevista de agosto de 2022, Mendonça comentou “Partimos de uma demanda nossa, como mulheres que cresceram gostando de futebol e esporte que se sentiam *excluídas* dessa conversa” (Capitani, 2022, Online) (grifo nosso).

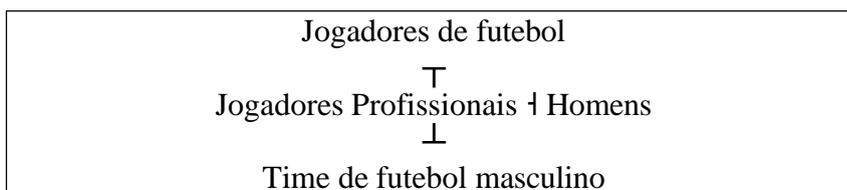
O Domínio Semântico de Determinação – DSD, retomando Guimarães (2018, p. 157) “é produzido pela análise a partir da observação dos modos de enunciação de reescrituração e articulação estabelecidos”. O DSD estabelece a relação de um nome com as outras palavras que compõem os enunciados de um texto; indica “as relações de determinação semântica, ou seja, de atribuição de sentido de uma expressão sobre outra (Guimarães, 2018, p. 157)”. Nesse sentido, buscando o entendimento da designação dada aos jogadores e às jogadoras de futebol, nos enunciados que constituem a crônica de Renata Mendonça, construímos um DSD desses nomes.

O DSD de jogadoras, indica que as jogadoras de futebol são gandulas e mulheres e esta é a determinação que caracteriza o time de futebol feminino:



Neste DSD as jogadoras de futebol e o time de futebol feminino estão determinados por mulheres e gandulas, uma vez que, o time feminino de futebol e as jogadoras de futebol, são também gandulas porque são mulheres. Assim, as mulheres estão determinadas no texto como gandulas, embora sejam jogadoras de futebol do time feminino.

O DSD de jogadores, indica que os jogadores de futebol são jogadores profissionais e homens e esta é a determinação que caracteriza o time de futebol masculino:



Nessa forma de designação de jogadoras e jogadores por Renata Mendonça, que aqui pode ser representada como Alocutora-Jornalista, demonstra a assimetria entre homens e mulheres no futebol profissional. Mas, ela não diz só o alocutor-educador ao lançar mão de sua crônica, também diz por meio do texto apresentado.

Assim, ampliando mais o universo dos dizeres, a alocutora-jornalista é um Enunciador Individual – E-ind., mas aqui ela fala no livro didático, para os estudantes e, não só, fala também para professores e quem mais acessar o livro didático. O livro didático se constitui no lugar de dizer e, conforme Guimarães (2018, p. 106-107) no

Enunciador Universal – E-univ “lugar de dizer universal, que se apresenta como o lugar que diz por saber algo, porque o que sabe é verdade. A relação de argumento a conclusão se estabelece pela apresentação que o lugar social de dizer faz do enunciador”.

Vale retomar que esse livro didático foi aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático – PNLD e com isso tem um lugar de dizer que é o lugar da educação oficial. Nesse sentido, observa-se que esse texto do livro didático, embora destoando dos demais, desestabiliza a memória discursiva ao romper com uma regularidade discursiva que naturaliza as mais variadas profissões, dentre elas o futebol, como profissões masculinas e promove o silenciamento da mulher nesses espaços.

Esse texto ensina que existe desigualdade significativa entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Pode-se identificar aí um novo memorável porque a memória que está sendo construída pelos enunciados que constituem a argumentação textual, difere-se da apresentada em livros didáticos analisados em outras pesquisas, como apresentamos no Capítulo 3 desta tese.

Assim, a argumentação da crônica se encaminha para a demonstração da profunda desigualdade entre homens e mulheres nesse setor do mercado de trabalho que é o futebol profissional. A intensidade da desigualdade é apresentada, após a autora admitir que alcançar a igualdade de gêneros na profissão é complexo, no seguinte enunciado:

(c4) Mas será que a desigualdade tem que ser tanta a ponto de, num mesmo clube de camisa (e de orçamentos milionários), as atletas do time profissional precisarem atuar como gandulas de um jogo do time masculino ganhando R\$ 90 para complementar a renda no fim do mês?

Veja que a autora afirma que as mulheres, jogadoras de futebol, não podem contar com a profissão para atender às suas necessidades de sustento. Elas estavam no campo como gandulas por uma necessidade financeira, para *complementar a renda*. Há aqui uma reescrituração, uma vez que Mendonça já havia feito essa afirmação anteriormente no seguinte enunciado:

(c5) O pensamento das seis atletas que aceitaram foi receber os R\$ 90 extras que entrariam na conta com esse trabalho

Observe-se que *complementar* é uma reescrituração de *extra*, trata-se de uma reescrituração por substituição, uma vez que os R\$90,00 *extra* que entram na *conta*, são os mesmos R\$90,00, para *complementar a renda*. Pode-se notar também que *renda*, novamente por substituição, reescritura *conta*, porque nos dois enunciados, trata-se do baixo salário percebido pelas jogadoras de futebol.

Caminhando para o final do texto encontramos uma reescrituração por condensação da situação de necessidade das jogadoras de futebol de trabalharem em outras funções para conseguir se manter financeiramente:

(c6) *Foram porque precisam. Porque o dinheiro que ganhariam ali faria diferença para elas.*

Nesse último enunciado a palavra *dinheiro* reescritura R\$ 90,00 extras e R\$ 90,00 para complementar. É uma reescrituração por condensação, uma vez que *dinheiro* generaliza essa necessidade de ganhar mais R\$ 90,00, para se manter economicamente, ou melhor dizendo, porque a profissão de jogadora de futebol não dá a mulher condições de sobrevivência.

Na sequência, analisamos duas músicas apresentadas no Tema 12 *As Vozes Coletiva no Texto Literário*. A primeira música é *Ai, que saudade da Amélia*, que foi composta por Mário Lago e Ataulfo Alves, em 1942. Embora nessa música mulher não esteja relacionada diretamente à palavra trabalho, optamos por fazer uma análise da designação de mulher no texto:

Ai, que saudade da Amélia
Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Não vê que eu sou um pobre rapaz
Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo o que você vê você quer
Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher
Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
Quando me via contrariado
Dizia: Meu filho, o que se há de fazer!
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade
AI, QUE saudade da Amélia. Intérprete: Ataulfo Alves. Compositores:
A. Alves e M. Lago. [S. l.]: Emi-Odeon Brasil, 1942.

Inicialmente, cumpre esclarecer que *Ai, que saudade da Amélia* é a música de maior sucesso dos compositores Ataulfo Alves e Mário Lago, aqui denominados locutor-compositor e tem lugar na década de 1940. Ademais, quando apresentada no livro didático adquire também o espaço de locutor-educador. Esse espaço de enunciação traz uma memória enunciativa e uma significação/ressignificação de enunciador e enunciados. (GUIMARÃES, 2002).

A letra da música remete a uma personagem “Amélia”, que seria o modelo de mulher. O nome Amélia, além da música de 1942 aqui recortada, foi utilizado em vários

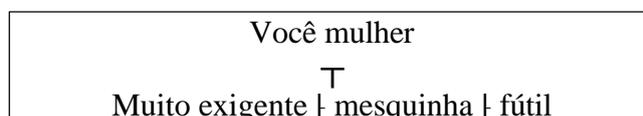
escritos brasileiros como significação de um modelo de mulher dócil e dedicada ao lar, que cumpre o papel esperado pela sociedade patriarcal. A mulher nesse contexto é caracterizada como passiva, frágil, cordata, conforme apresentamos no Capítulo 2 desta tese. Aqui identificaremos os enunciados com a letra (d)

Nos enunciados: (d1) *Aquilo sim é que era mulher* e (d2) *Amélia é que era mulher de verdade* observa-se que *mulher* está significada por *Amélia*. A composição se refere também a outra mulher, que está reescriturada em *você*, conforme podemos constatar nos enunciados: (d3) *Nem fazer o que você me faz*; (d4) *Você não sabe o que é consciência*; (d5) *Você só pensa em luxo e riqueza*; (d6) *Tudo o que você vê você quer*.

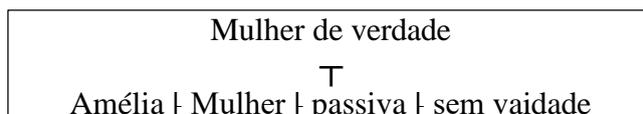
A orientação argumentativa do texto musical caminha no sentido de concluir que a mulher atual é mesquinha, egoísta e que (*Amélia*) essa mulher do passado do alocutor-compositor é que atende ao ideário de mulher. Observa-se que os enunciados iniciais do texto musical vão construindo uma designação da mulher reescriturada em *você*. Assim em (d3) faz mal ao alocutor-compositor; em (d4) não tem consciência; em (d5) é fútil; em (d6) é mesquinha e ainda, no primeiro enunciado da música, em (d7) *Nunca vi fazer tanta exigência*, é muito exigente.

O alocutor-compositor também constrói uma designação de *Amélia*, como observado nos enunciados: (d8) *Às vezes passava fome ao meu lado*; (d9) *E achava bonito não ter o que comer*; (d10) *Quando me via contrariado*; (d11) *Dizia: Meu filho, o que se há de fazer!*; (d12) *Amélia não tinha a menor vaidade*. Assim podemos identificar na designação de *Amélia* alguns predicativos: em (d8) e (d9) passiva; em (d10) e (d11) cordata e em (d12) sem vaidade.

Desse modo, é possível construir um DSD, para cada uma das duas mulheres apresentadas no texto musical. Na DSD da mulher atual, reescriturada por *você* no texto, designamos *você mulher*:



No DSD de *Amélia*, designamos mulher de verdade.



Essa designação de *Amélia* mulher e apresenta como uma designação do passado, conforme observado em: (d1) e (d13) *Ai, meu Deus, que saudade da Amélia*. O

compositor reivindica essa mulher, assim como a nossa sociedade patriarcal o faz. E aponta as mazelas causadas ao homem pela mulher atual. O compositor traz o memorável tanto do comportamento desejável à mulher, quanto daquele que a sociedade insiste em refutar. Esse memorável possuía sustentação na década de 1942, quando a música aqui apresentada fez muito sucesso e muitas famílias registraram suas filhas com nome de *Amélia*, reforçando essa memória. Por outro lado, a sustentação dessa memória discursiva permanece nos dias de hoje como observamos, no capítulo 2 desta tese, em Safiotti (2015) e em Zoppi Fontana (2021).

A segunda música apresentada no Tema 12 do livro didático *Linguagens, trabalho e economia*, foi composta em 2009, por Priscilla Novaes Leone – Pitty e Martin Mendonça e tem como título *Desconstruindo a Amélia*.

<p>Desconstruindo Amélia Já é tarde, tudo está certo Cada coisa posta em seu lugar Filho dorme, ela arruma o uniforme Tudo pronto pra quando despertar O ensejo a fez tão prendada Ela foi educada pra cuidar e servir De costume, esquecia-se dela Sempre a última a sair Disfarça e segue em frente Todo dia até cansar E eis que de repente Ela resolve então mudar eva no livro. Vira a mesa, assume o jogo Faz questão de se cuidar Nem serva, nem objeto Já não quer ser o outro Hoje ela é um também A despeito de tanto mestrado Ganha menos que o namorado E não entende o porquê Tem talento de equilibrista Ela é muita, se você quer saber Hoje aos 30 é melhor que aos 18 Nem Balzac poderia prever Depois do lar, do trabalho e dos filhos</p>	<p>Ainda vai pra <i>night</i> ferver Disfarça e segue em frente Todo dia até cansar E eis que de repente Ela resolve então mudar Vira a mesa, assume o jogo Faz questão de se cuidar Nem serva, nem objeto Já não quer ser o outro Hoje ela é um também Disfarça e segue em frente Todo dia até cansar E eis que de repente Ela resolve então mudar Vira a mesa, assume o jogo Faz questão de se cuidar Nem serva, nem objeto Já não quer ser o outro Hoje ela é um também DESCONSTRUINDO Amélia. Intérprete: Pitty. Compositores: Pitty e Martin Mendonça. In: CHIAROSCURO. [S. l.]: Deckdisc/Polysom, 2009.</p>
---	--

Nesta música a palavra mulher é reescriturada por *ela*, *a* e *dela* conforme se observa nos enunciados a seguir:

(e1) *Filho dorme, **ela** arruma o uniforme;* (e2) *O ensejo **a** fez tão prendada;* (e3) *De costume, esquecia-se dela*

A mulher deste texto musical foi passiva, cordata e sem vaidade, conforme os enunciados e1, e2 e e3. A sinalização da mudança de significação dessa mulher é

apresentada nos enunciados a seguir: (e4) *E eis que de repente*; (e5) *Ela resolve então mudar*

Diferentemente do que ocorre na letra musical de *Amélia*, o locutor-compositor ao apresentar os dois modelos de mulher, exibe um novo memorável, de uma mulher ativa, que se cuida, uma mulher de atitude. Verifica-se aqui uma desestabilização da memória discursiva trazida pelo acontecimento em *Desconstruindo a Amélia*, conforme é possível observar na significação dada a essa mulher nos enunciados a seguir:

(e6) *Vira a mesa, assume o jogo*; (e7) *Faz questão de se cuidar*; (e8) *Nem serve, nem objeto*; (e9) *Ela é muita, se você quer saber*

Contudo, é importante observar que o locutor-educador apresenta as duas músicas no livro, mas não desenvolve nenhuma argumentação sobre os conteúdos apresentados. O texto utilizado para anunciar a apresentação das letras das músicas é revelador dessa observação. Este pequeno texto diz também que as letras apresentadas fecham o percurso formativo. Deste modo, vamos reproduzir nas linhas posteriores, além do texto de apresentação das duas músicas, o texto que trata daquilo que o percurso formativo, ao qual o autor se refere focalizou:

O que aprendemos

Ao longo deste tema, você observou como as mídias digitais têm proporcionado novas formas de criação, leitura e circulação de textos literários. O entrelaçamento de diferentes linguagens, que já se realizava na poesia concreta, amplia suas potencialidades com as tecnologias, dando origem à literatura digital, com uma exploração ainda maior da multissemiose.

Você viu também o dialogismo e a polifonia presentes nos textos literários, nos quais o autor recupera e dialoga com outros discursos para a composição de um discurso novo. Além disso, participou de um processo de escrita colaborativa, no qual pôde unir sua voz à de colegas para produzir um texto literário digital que expressa uma nova voz, um novo enunciado.

Aplicação em outro contexto

Para concluir este percurso formativo, apresentamos a seguir a letra de duas canções. A primeira delas é “Ai, que saudade da Amélia”, composta em 1942 por Mário Lago e Ataulfo Alves, e interpretada por este; a segunda é “Desconstruindo Amélia”, composta por Pitty e Martin Mendonça, em 2009, interpretada por ela, e que integra o álbum *Chiaroscuro*, de Pitty.

Verifica-se que a apresentação das letras das músicas não abre espaço algum para as questões sobre a concepção de mulher que seus conteúdos expõem. Não há sinalização para uma problematização do discurso, ou melhor dizendo, da memória discursiva que a intertextualidade dessas duas letras musicais comporta.

Essa ausência de elucidação, ou mais ainda, de esforço por um aprendizado crítico, já que estamos tratando de livro didático, permanece ao final da apresentação das duas letras das músicas. Assim, na sequência, são apresentadas apenas cinco questões “soltas”, sem qualquer orientação.

A partir dos textos analisados nas linhas anteriores, observa-se que este livro não coloca em pauta a segregação da mulher, em relação ao homem, na sociedade como um todo e, principalmente, no mercado de trabalho, recorte mais específico de nossa análise sobre o preconceito de gênero. A seguir analisaremos o segundo livro selecionado para atender aos propósitos desta tese.

4.2 MULTIVERSO: LINGUAGENS NO MUNDO DO TRABALHO

O segundo livro didático analisado faz parte da Coleção *Multiverso – Linguagens*. O volume escolhido, conforme descrito no capítulo anterior tem como título *Linguagens no mundo do trabalho*, contemplado pelo PNLD de 2021. Os autores deste volume Maria Tereza Rangel Arruda Campos, Lucas Kiyoharu Sanches Oda, Inaê Coutinho de Carvalho e Rodolfo Gazzetta são os locutores-autores, tomados pelo lugar social de dizer de profissionais da educação, escritores de livros didáticos e formadores de opinião.

A seleção dos textos para análise deveu-se à identificação da palavra mulher com alguma relação a trabalho, principalmente, o trabalho como atividade remunerada. Assim, identificou-se a presença da palavra mulher, ou mulheres, 16 vezes no livro. Contudo, na maioria das vezes essa palavra aparece fora de contextos de trabalho, mesmo que de modo indireto. Assim, apenas dois textos foram identificados com a palavra mulher, relacionada a trabalho: o primeiro intitulado *Destaladeiras de Fumo de Arapiraca* e o segundo *Canto das Ganhadeiras*; ambos os textos são apresentados como extensão, ou seja, textos apenas complementares de subtítulos da Sequência 2. Analisaremos, também, outros dois textos, por serem introdutórios e com possibilidade de uma boa análise semântica de mulher relacionada a trabalho.

Para iniciar, a introdução do livro faz uma descrição daquilo que ele tem como objetivo e de como será abordado cada campo de conhecimento acerca da temática. Segue o texto inicial:

O mundo do trabalho tem espaço fundamental na vida de cada ser humano. “O que você quer ser quando crescer?” – essa pergunta que ouvimos desde cedo conta um pouco sobre o valor social que tem o trabalho não só como forma de sobrevivência, mas também de realização de nosso potencial, de talentos e sonhos. É disso que trata este volume. Por meio dos textos, das obras de arte – como a tela de Tarsila do Amaral ao lado –, das atividades aqui propostas, você poderá refletir sobre as relações no trabalho e como ele ocupa lugar central na vida social e pessoal.

Indicaremos os enunciados da análise desse trecho pela letra “a” e enumeraremos os enunciados da seguinte forma: a1; a2; a3 e assim sucessivamente. Da leitura do trecho é possível apreender que o foco da abordagem é a relação do trabalho com a vida do ser humano. (a1) *O que você quer ser quando crescer?* é a pergunta feita no recorte. Esse questionamento nos remete à palavra trabalho, na medida em que faz referência à profissão. Trata-se de uma pergunta, cuja memória está para a definição de uma profissão num futuro de médio prazo. Esse trecho deixa claro o universo no qual esse livro didático está inserido, trata-se do mercado de trabalho, ou seja, *trabalho* no trecho apresentado significa atividade remunerada.

Importa também abordar aqui o que essa introdução do livro não diz. A memória da profissão, ou do trabalho remunerado, como identidade das pessoas é fruto da sociedade capitalista. O mercado de trabalho capitalista não absorve todas as pessoas e, desse modo a profissão que se ocupa, quando se consegue uma ocupação, muitas vezes não se dá por escolha, mas por uma necessidade de sobrevivência. Para compreender melhor esse contexto, apresentamos a seguir as palavras de Oliveira sobre o capitalismo:

Um consenso da esquerda, a partir da análise do capitalismo realizada por Karl Marx, é que esse sistema econômico produz desigualdade, uma vez que os detentores dos meios de produção exploram, para obter lucro, aqueles que vendem sua força de trabalho, pagando menos do que seu trabalho vale. A exploração econômica está na base de uma cadeia de desigualdades. Por isso, é preciso que o Estado intervenha como regulador das práticas econômicas, de modo a diminuir desigualdades e ampliar a democracia.

A partir da citação de Oliveira é possível observar alguns silêncios presentes no trecho apresentado. Note-se o enunciado a seguir:

(a2) *O mundo do trabalho tem espaço fundamental na vida de cada ser humano*

Ao apresentar o trabalho como um espaço importante na vida das pessoas o enunciado não menciona o aspecto negativo do espaço ocupado pelo trabalho remunerado, na sociedade capitalista, enquanto exploração do trabalhador, conforme

apontado por Oliveira em *os detentores dos meios de produção exploram, para obter lucro, aqueles que vendem sua força de trabalho*. A palavra, *aqueles*, substitui trabalhador e desse modo identifica a exploração e a desigualdade presentes entre detentores dos meios de produção e trabalhadores, nesse universo que é o mundo do trabalho.

O silêncio pode ser observado também na pergunta já mencionada em (a1). A pergunta apresentada no enunciado traz uma memória de uma igualdade de escolhas e de uma condição individual de conquistar esse *espaço do mundo do trabalho* que não corresponde à realidade da sociedade capitalista. Essa memória é reforçada nos enunciados seguintes:

(a3) *essa pergunta que ouvimos desde cedo conta um pouco sobre o valor social que tem o trabalho não só como forma de sobrevivência, mas também de realização de nosso potencial, de talentos e sonhos*.

As palavras *potencial, talentos, sonhos* correspondem a uma memória de esforço individual. No contexto dessa significação, o pronome *nosso* que antecede essas palavras é uma reescrituração da expressão *cada ser humano*, apresentada no primeiro enunciado. Essa possibilidade de conquista no mundo do trabalho, ao alcance de cada um e de todos é identificada com uma igualdade de condições que difere do apontado na citação de Oliveira, a qual ressalta a desigualdade inerente à sociedade capitalista e mais ainda, ao âmbito do mercado de trabalho, no qual se insere a *exploração econômica*. O que estamos tentando dizer é que existe nos enunciados uma conotação ideológica que silencia sobre questões que envolvem o mundo do trabalho.

Os adjetivos, *potencial e talentos* escolhidos pelo alocutor, são qualidades individuais e essas qualidades, no contexto do enunciado, estão vinculadas a questões que não dependem apenas do indivíduo. O que os enunciados não dizem, o que está silenciado é que as pessoas se inserem de modo diferente no mundo do trabalho, porque possuem condições e possibilidades diversas, conforme sua situação socioeconômica e cultural.

Trata-se aqui do silêncio constitutivo, conforme definido por Orlandi (1995., p. 24) “o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as outras palavras)”. O alocutor-educador apaga o capitalismo como constituinte do sentido que o mundo do trabalho adquire em nossa sociedade. Apaga também a memória de meritocracia que está presente no contexto dos adjetivos *potencial e talentos*. Ao apagar a meritocracia se utiliza do “silêncio fundador, aquele que existe

nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 1995, p. 24).

Ainda como silêncio constituído, em nenhum momento se encontra no texto, de que modo o trabalho, enquanto atividade remunerada, é colocado para mulheres e como esse entendimento é diferenciado, em relação ao mesmo tema, quando se trata de homens. Não há referência sobre como o futuro de homens e mulheres é, e já foi diferente ao longo dos séculos. Não se considera os recortes sociais, como os de classe, cor e gênero.

Verifica-se que o alocutor-educador enuncia inicialmente que trabalho é profissão e que as crianças e os adolescentes não fazem parte desse universo do trabalho. E mais, as atividades desenvolvidas por essas crianças e adolescentes não se configuram como trabalho. Assim, evidencia, logo de partida, que o significado da palavra trabalho neste livro está circunscrito no âmbito do mercado de trabalho. O enunciado (a4) *É disso que trata este volume*, reforça que o sentido enunciado para a palavra trabalho vale para o livro todo.

A configuração da cena enunciativa aqui não se difere muito daquela apresentada anteriormente para o livro *identidade em Ação: linguagens, trabalho e economia*. O alocutor-educador fala de um lugar que é o da educação oficial, uma vez que, como já foi dito, o livro *Linguagens no mundo do trabalho*, também é um livro didático aprovado pelo PNLD. Esse alocutor-educador, fala a um alocutário-estudante que de forma ampliada se constitui, além de sua figura principal que é o próprio estudante da educação básica, também por professores, gestores escolares e pais dos estudantes.

Desse modo, a argumentação individualista e os silêncios apresentados pelo alocutor-educador e analisados até aqui, ganha a sustentação de um lugar de saber o que fala, porque o que diz é verdade. Esse argumento enunciado sustenta os dizeres deste alocutor-educador, para um lugar de alocutário-estudante que está na base da busca pelo conhecimento, ou seja, pelo saber do alocutor. “o lugar social de alocutor apresenta e sustenta sua posição a propósito de algo, não enquanto algo referido, mas significado (GUIMARÃES, 2018, p. 107).

Para entender melhor essas disposições de alocutor e alocutário importa aqui retomar Guimarães sobre o agenciamento dos falantes a enunciar. “[...] os falantes são constituídos no espaço de enunciação, pela relação com as línguas, segundo a historicidade desta relação”. Trata-se de “um dizer que relaciona o lugar que diz a um lugar ao qual se diz” (Guimarães, 2018, p. 72).

Assim, observe-se que os silêncios apresentados por esse alocutor-educador significam uma memória que, pelo espaço de enunciação, tende a permanecer, não somente no tempo presente, mas no futuro, uma vez que o lugar social de alocutário-estudante está na base dos conhecimentos que são considerados importantes de passar para a próxima geração.

A análise que será realizada nesse momento da pesquisa é do texto intitulado: *O trabalho dignifica o homem*, o qual dá início à Sequência 1, ulterior à introdução analisada até aqui. Segue a imagem inicial do texto:



Iniciaremos nossa análise pelo título desta Sequência 1, que se constitui em uma pergunta: Identificaremos os enunciados deste texto pela letra “b”.

(b1) *O trabalho dignifica o homem?*

Esse enunciado circula no senso comum e funciona como uma memória da importância do trabalho na vida do homem. Vale lembrar que se trata do trabalho como atividade remunerada. Essa memória está ligada a uma ideologia de que o espaço que o trabalho ocupa na vida do homem faz dele alguém melhor e se aproxima da introdução deste livro analisada nas linhas anteriores. É a ideia de trabalho que o capitalismo faz circular, num processo de manutenção da exploração econômica, por meio da construção de um imaginário de distinção da atividade laboral que silencia, como já vimos anteriormente, sobre a exploração do trabalhador. Ademais, o substantivo homem dá

indícios de que o trabalho é uma atividade masculina, ou que o masculino pode ser generalizado, uma vez que, nesse enunciado, é considerado neutro.

Contudo, ao constituir o enunciado como uma pergunta o alocutor-educador coloca em dúvida a afirmação e conseqüentemente a memória à qual ela alude. No enunciado seguinte, ao relacionar o trabalho com a palavra *ser humano*, o alocutor-educador reescreve *homem* por especificação, uma vez que “a reescritura atribui sentido ao reescriturado pela expressão que o reescritura (Guimarães, 2018, p. 90). Assim a reescritura de *homem*, por *ser humano* define se tratar de homens e mulheres. O texto apresenta ainda duas reescrituras da palavra *ser humano*, relacionada ao trabalho, evidenciando que na significação de trabalho do alocutor-educador o trabalho não é uma atividade masculina e sim uma atividade inerente a homens e mulheres.

Desse modo, retome-se aqui que o locutor não fala enquanto sujeito solto no presente, mas diz como sujeito “afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar” (Guimarães, 2002, p. 14). Assim, no enunciado (b2) *A história do trabalho é a história do ser humano* os Locutores, conforme já observado, buscam retratar o tema trabalho e sua relação com o ser humano, ou seja, homens e mulheres.

Por outro lado, se associarmos a reescritura de “*ser humano*” como por sinonímia da palavra *homem*, e não por especificação, como anteriormente, é possível atestar que também essa reescritura remete ao memorável de homem. Tem-se aqui uma regularidade da língua associando o campo de trabalho, designado enquanto profissão, ao homem. Essa regularidade que associa o trabalho remunerado ao masculino remete a uma realidade na qual, como vimos no capítulo 2 desta tese, coloca a mulher à margem desse ambiente, marginalizada por ele no salário, nas funções, na medida em que não questiona e, assim, naturaliza esse entendimento. Observa-se, conforme vimos em Guimarães (2007, p. 96), que nesse acontecimento “se refaz insistentemente uma língua, pensada [...] como um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes nos espaços de enunciação”. Com isso, como já vimos nos capítulos anteriores deste trabalho o homem é designado por espécie humana, humanidade ou ser humano, enquanto a mulher por esposa, deixar de ser virgem, chegar a puberdade, ou seja, a sua relação com a sexualidade e a sua posição social como em um casamento (esposa).

Identificamos aqui um interdiscurso, no qual, se por um lado a orientação argumentativa do texto se dirige a homens e mulheres ao utilizar a palavra *ser humano*,

por outro lado o alocutor-educador opta por silenciar o memorável de marginalização da mulher, presente no uso da palavra *homem*. o Interdiscurso de Guimarães p. 432-433
Ao falar das mudanças das atividades de trabalho no decorrer da história do *ser humano*, coloca em dúvida também a dignidade conferida pelo trabalho na relação atual com o ser humano.

Assim, podemos apreender que no texto inicial da Sequência 1, a interpretação da progressão textual relaciona trabalho a homens e mulheres. Contudo, a argumentação global silencia sobre o uso do masculino como elemento neutro e, desse modo, identificamos aqui uma movimentação argumentativa “a partir da consideração do interdiscurso na enunciação e portanto na argumentação”. Assim, vemos que de modo complementar “a sustentação argumentativa está no interdiscurso” (Guimarães 2002, p. 26).

Ao longo das páginas deste livro didático são abordadas diversas formas de trabalho, como na arte, nas empresas, além de retratar o trabalho inclusivo com pessoas com deficiência. Porém, o foco crucial para esta análise está na relação mulher e trabalho, por isso, selecionamos neste livro o recorte que se volta para este tema.

Destaladeiras de Fumo de Arapiraca

O grupo Destaladeiras de Fumo de Arapiraca formou-se no agreste alagoano, no povoado de Fernandes, em 2006. Composto inicialmente por cinco mulheres e Nelson Rosa, mestre de coco reconhecido inicialmente como Patrimônio Vivo de Alagoas, o grupo busca manter viva a tradição das “cantigas de salão de fumo”. Durante muitas décadas, o cultivo de fumo foi a principal atividade econômica da região, e era comum ver as mulheres cantando, horas a fio, sentadas no chão, enquanto separavam os talos das folhas. Essas cantigas caracterizam-se por ser basicamente vocais e levemente arrastadas, e a maioria surge de versos improvisados. Em seu repertório também estão presentes as cantigas de barreiro e de tapagens de casa, o rojão de oito (canto entoado nas tarefas da roça) e o pagode. O grupo tem participação expressiva no CD **Cantos de trabalho**, do grupo Cia. Cabelo de Maria, lançado em 2007.

O texto recortado, é uma das atividades da Sequência 2 do livro. Nesta atividade do livro o foco está em contar a história das destaladeiras de Alagoas. Este texto foi recortado do subitem da Sequência 2, que aborda o canto como trabalho, o qual é intitulado *Trabalho: modos de perceber e sentir*, e tem como subtítulo: *Mutirões de trabalho e seus cantos*. Mais especificamente, o texto de análise compõe o tópico *#saiba mais*. Observe-se que o texto não confere destaque no assunto proposto na Sequência, trata-se de um texto complementar. A localização no texto no subitem *#saiba mais* evidencia a baixa atenção dada ao tema.

O recorte, intitulado *Destaladeiras de Fumo de Arapiraca*, aborda um grupo de mulheres que buscavam seguir com a tradição das “cantigas de salão de fumo”.

O alocutor-educador evidencia para o alocutário-estudante que a principal atividade econômica da região era o cultivo do fumo e que as mulheres trabalhavam nele, majoritariamente, exercendo a atividade de separação dos talos das folhas. Além disso, são descritas as cantigas e é revelado o CD, o qual o grupo participa, chamado de *Cantos de trabalho*.

Na argumentação do texto o que mais chama a atenção é o silenciamento sobre o fato de o cultivo do fumo ser um emprego subqualificado, mal remunerado, em suma precário. Há uma intertextualidade presente nesse processo de argumentação, na medida que, além do silenciamento, acompanha a argumentatividade construída pelo subtítulo *Trabalho: modos de perceber e sentir*, no qual está inserido. Trata-se da construção da ideia de que a profissão relacionada à música alia prazer e trabalho.

Vale a pena nos determos um pouco na construção dos sentidos desses enunciados, relativamente ao grupo musical. Primeiramente, no enunciado (c1) *Composto inicialmente por cinco mulheres e Nelson Rosa*, interessa compreender como as mulheres são significadas aqui; verifique-se que o fato de *mulheres* ser antecedido pelo numeral cinco e sucedido pelo substantivo de nome próprio Nelson, revela a separação das pessoas que compõe o grupo, principalmente pelo fato de não haver em nenhum momento do recorte o nome das cinco mulheres citadas. Fica evidente que, embora o grupo cante sobre mulheres e seja composto por um único homem e cinco mulheres, o destaque é dado ao homem. Há uma opção pelo destaque do masculino e o argumento que segue o nome próprio evidencia esse sentido apresentado pela enunciação (c2) *mestre do coco, reconhecido inicialmente como Patrimônio Vivo de Alagoas*. O que o texto não diz, mas está subliminar, é que as mulheres acompanham um homem que é cancionista e que se destaca por esse feito. Mais uma vez, o interdiscurso perpassa esse acontecimento e retoma a marginalização da figura feminina guardada pelo memorável (Guimarães, 2002). Desse modo, a integração textual, empreendida no processo de argumentação no decorrer do texto, corrobora com essa identificação de valorização da figura masculina e de silenciamento sobre a problemática da relação mulher/trabalho.

É interessante o que ocorre em: (c3) *era comum ver mulheres cantando horas a fio, sentadas no chão*, este enunciado mostra como o alocutor-educador designa mulheres e trabalho numa relação lúdica; não há menção ao fato de trabalharem sentadas no chão, numa situação de trabalho precário, por horas. Há um esquecimento (Guimarães,

2002, p.12) sobre os prejuízos desse trabalho, que subtrai o direito das mulheres e desqualifica o trabalho feminino e braçal. Coloca-se no esquecimento o preconceito de gênero e de classe social.

Finalmente, a música como trabalho em outro enunciado poderia significar lazer para aqueles que a apreciam, mas não significa que seja menos trabalhosa para os que a exercem como profissão. Aqui o memorável traz a profissão música, mais como trabalho lúdico, que como atividade remunerada.

Cantos das ganhadeiras Para resgatar a tradição e os antigos cantos de trabalho na região de Itapuã, na Bahia, algumas mulheres locais se reuniram e formaram o grupo musical As Ganhadeiras de Itapuã. A escolha do nome se deu para homenagear as antigas ganhadeiras que viveram na região até o final do século XIX.	Eram mulheres escravizadas que vendiam peixes e quitutes nas ruas e na praia de Itapuã, além de lavar roupas nas margens da Lagoa do Abaeté, onde entoavam cantos enquanto trabalhavam. Algumas integrantes do grupo chegaram a trabalhar como ganhadeiras.
---	---

O assunto desse último texto da nossa análise intitulada *Cantos das Ganhadeiras* é a música como profissão. Contudo, a argumentação, assim como no caso do texto sobre as Destaladeiras, constrói uma significação desse trabalho como atividade lúdica. Não faz menção a como essa atividade se constitui como profissão. Há um silenciamento sobre a música como atividade laboral. É importante observar que essa atividade musical é apresentada como um trabalho feminino, portanto, há uma desqualificação do trabalho da mulher, como profissão.

As mulheres que formaram o grupo de cantoras denominado *As Ganhadeiras de Itapuã*, não são nomeadas no texto, trata-se de uma designação genérica, marginal. Veja o DSD das (d1) *Ganhadeiras de Itapuã*:

Algumas mulheres locais grupo musical As Ganhadeiras de Itapuã
--

Novamente, chama a atenção o memorável, na medida em que o alocutor-educador fala do grupo musical, como atividade lúdica, que recupera as canções de um grupo de trabalhadoras precarizadas, mas, no processo de argumentatividade silencia

sobre as condições de vida dessas trabalhadoras, uma vez que se reduz a descrever as atividades desenvolvidas por essas mulheres conforme se observa no trecho a seguir:

(d2) Eram mulheres escravizadas que vendiam peixes e quitutes nas ruas e na praia de Itapuã, além de lavar roupas nas margens da Lagoa do Abaeté, onde entoavam cantos enquanto trabalhavam.

Veja que o alocutor-educador não faz nenhum comentário sobre a gravidade dessas mulheres serem escravizadas, de fazerem atividades precárias, em condições indignas. E, menos ainda aborda a questão da discriminação de gênero envolvida nas atividades desenvolvidas por essas mulheres. Com isso o alocutor-educador, do seu lugar social de fala, ao significar essa profissão para o alocutário-estudante, trata com pretensa neutralidade a condição degradante de trabalho vivida por essas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trabalhadora doméstica Alex da série ficcional *Maid*, citada nesta tese, deixa claro como a relação da mulher com o trabalho merece atenção, pelos inúmeros percalços enfrentados e, mais ainda, pela significativa desigualdade que persiste entre homens e mulheres nos diferentes aspectos da atividade laboral. Os dramas expostos nas séries são ficcionais, mas não estão longe da realidade ao mostrarem a distância entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

A Orientação teórica dos estudos sobre semântica do acontecimento foram cruciais para a elaboração desta análise, uma vez que permitiu identificar, nos textos analisados, sentidos, significações, silenciamentos e o memorável sobre a mulher em relação ao trabalho laboral. Em especial, a complexidade dos estudos mais recentes do funcionamento do acontecimento do dizer de Eduardo Guimarães (2018), permitiram uma compreensão por análises mais completas dos textos selecionados.

A utilização do livro didático como objeto de análise dessa temática, sugerida pela orientadora Soeli Schreiber da Silva, mostrou-se uma opção muito acertada, uma vez que o livro didático como recurso pedagógico largamente utilizado nas escolas brasileiras contribui para a identificação das tendências discursivas predominantes em nossa sociedade, na formação das novas gerações.

No capítulo 2 foi possível identificar a histórica discriminação da mulher em relação aos homens. Observou-se que apesar das importantes conquistas dos diferentes movimentos de mulheres levados a termo no século XX e nessas primeiras décadas do século XXI, a mulher permanece ocupando lugar subalterno em nossa sociedade e o discurso presente nos diferentes espaços é comprobatório dessa persistência.

Assim, foi possível identificar no dicionário que a designação de mulher está associada ao homem, em especial, no que se refere à sexualidade. Algumas designações identificadas no dicionário, citadas no capítulo 2, são representativas dessa associação e dependência sexual do masculino: “concubina”, esposa”, amante”, “quando inicia o ciclo menstrual e pode conceber, mocinha”, quando deixa de ser virgem, mulher”.

Outras designações que subordinam e discriminam a mulher no dicionário são: fraco, indefeso, delicado, sensível. Há nessas diferentes designações da palavra uma patente desqualificação da mulher como alguém dependente, incapaz e subordinada.

A apreciação das obras de Simone de Beauvoir e Saffioti, bem como dos estudos de Mônica Zoppi et. al., também permitiram observar a persistência de um discurso que restringem à mulher as atividades “do lar”, principalmente as atividades domésticas de manutenção de toda a organização da casa e do cuidado dos filhos, dos enfermos e dos idosos parentais. Essa responsabilidade, vista majoritariamente, como exclusiva do sexo feminino, contribui ainda para a desqualificação do trabalho laboral feminino, sendo um dos argumentos recorrentes para a valorização da atividade laboral do homem em detrimento da mulher.

Acrescente-se a essas observações que, em cargos de liderança, as atitudes esperadas vão no sentido oposto da significação de mulher encontrada nos diferentes discursos dominantes, exaustivamente demonstrados por Beauvoir, Saffioti e Zoppi. Discursos de identidade dócil, cordata, submissa, delicada, os quais vão de encontro às características de força, determinação e autoridade esperadas de pessoas que ocupam cargos de liderança no mercado de trabalho. Não é por acaso que na nossa sociedade esses cargos são ocupados, em sua maioria esmagadora, por homens.

Em síntese, identifica-se neste estudo que o mundo do trabalho, como atividade laboral, separa mulheres e homens. A mulher ainda é apresentada pelo memorável em muitos textos, como marginalizada nas questões relativas ao trabalho como profissão, mantendo-se a sinonímia homem, trabalho e mercado, na caracterização de um espaço masculino. No mundo do esporte, em especial, no futebol, a segregação feminina ficou evidenciada pelas análises obtidas sobre essa temática.

A utilização do livro didático como objeto textual da análise semântica empreendida por essa pesquisa foi duplamente importante. Primeiramente, sua relevância pode ser facilmente identificada pelo alcance do espaço geográfico brasileiro que os livros analisados possuem, uma vez se trata de livros aprovados pelo PNLD, os quais são utilizados pelas escolas públicas de educação básica de todo o país. Somente isso num país de contornos continentais já demonstraria o domínio discursivo desses textos manuseados por estudantes e professores da educação básica, além de alcançar de forma indireta os gestores escolares e as famílias dos estudantes.

Contudo, ainda é preciso observar o verificado no capítulo 3, no qual foi possível identificar quem são grupos dominantes da opção discursiva encontrada nos livros didáticos. Assim, verificou-se que o governo federal, por meio do MEC, exerce forte influência na definição das áreas de conhecimento, conceitos e conteúdos privilegiados por esse recurso didático.

Além disso, e possivelmente mais relevante, foi identificar o poder dos conglomerados internacionais, mormente europeus, na propriedade de editoras cujos livros vêm sendo aprovados pelo PNLD. Esses conglomerados, com poder desproporcional de capital, buscam conquistar os suntuosos recursos públicos – altas cifras - destinados à compra de livros pelo PNLD. Desse modo, foi possível observar que essas editoras exercem uma influência decisória tão significativa que trouxeram para o Brasil um modelo de organização de livros didáticos: as obras coletivas. Essas obras, em geral, possuem vários autores e constituem uma coleção de livros didáticos destinados a uma área de conhecimento, com temáticas diversificadas. Há aí um poder de predefinição de assuntos e de organização de temática e de conteúdo, restringindo significativamente o poder individual dos autores.

Desse modo, o capítulo 3 permitiu antecipar e aprofundar a identificação do lugar social de fala dos alocutores dos textos analisados e contribuiu com isso para a compreensão da cena enunciativa. Importante insistir que se trata de um lugar social de fala, o qual veicula um discurso dominante na sociedade. É o discurso daqueles que foram escolhidos para selecionar os assuntos e sua forma de abordagem, que serão objeto da formação das novas gerações. Trata-se de um poder discursivo que permeia os campos político, institucional e econômico. É desse lugar privilegiado que os textos aqui analisados falam.

Nesse sentido, a análise dos textos selecionados permitiu identificar, principalmente, um memorável de silenciamento da discriminação da mulher em relação aos homens no mercado de trabalho. Os discursos significados nos textos dos livros analisados, com raras exceções, as quais foram objeto da análise aqui desenvolvida, colocam no esquecimento toda a sorte de segregação vivenciada cotidianamente pelas mulheres em suas atividades laborais – os salários menores, o assédio moral e, muitas vezes, também sexual, o intenso desnível de mulheres em cargos de liderança, em comparação aos homens, nas mais diversas áreas e funções – política, acadêmica, jurídica etc.

O que o memorável apresenta nesses livros, em relação ao trabalho laboral, é uma atividade de pessoas – homens e mulheres – numa harmonia artificial, facilmente identificada por diversas supressões do uso de artigos, verbos e predicados femininos ao abordar, por exemplo, as diferentes profissões. Identificou-se nos textos a recorrente utilização do masculino como neutro, em detrimento das raras utilizações do feminino em assuntos relacionados ao trabalho. Diferente do masculino, o uso do feminino se

restringiu às poucas vezes que a atividade laboral abordada se referia especificamente às mulheres.

Mereceu destaque o texto de Renata Mendonça, intitulado *Elas gandulas, eles jogadores*, veiculado no livro da Editora Moderna. Nesse texto a autora a função de jogadora/jogador de futebol. No texto, que traz além da autora/locutora o lugar social de fala descrito nas linhas anteriores, consta, por meio da significação de homens e mulheres, como elas são desprestigiadas socialmente e economicamente como profissionais do futebol. Destoando da maioria dos textos que tratam de trabalho, apresentados no livro, a argumentação da alocutora caminha no sentido de elucidador a grande diferença salarial dos salários de jogadores e jogadoras, com profundo prejuízo para elas. Vale a pena reproduzir o trecho que evidencia a profundidade dessa desigualdade salarial *E aqui não estou falando que jogadoras e jogadores deveriam ter o mesmo salário. Ainda existem inúmeras diferenças de mercado entre futebol feminino e masculino que não permitem isso agora. Mas será que a desigualdade tem que ser tanta [...]*. No que se refere ao prestígio social, a argumentação da autora centra na necessidade de as jogadoras mulheres complementarem sua renda exercendo outras atividades, em geral, pouco prestigiadas.

Cumprе anotar ainda que, no livro analisado, foram apresentados três textos sobre futebol e somente esse tratou da situação da mulher nesse esporte. Acrescente-se ainda, que os outros dois textos, citados no capítulo 4, utilizaram o masculino como neutro para designar a profissão de *jogador de futebol*.

Nos textos do livro da Editora FTD analisados, foi possível identificar um silenciamento da situação da mulher em relação ao mercado de trabalho, mais significativo, do que naqueles do livro da Editora Moderna. Isso porque, conforme observamos na análise dos textos, empreendida no capítulo 4, os textos que trataram do trabalho como atividade laboral e incluíram experiências femininas, trataram do tema como atividade, especialmente, lúdica. Inicialmente, é preciso dizer que os textos assim identificados tratam de canções, atividade que por si só, já é identificada como atividade lúdica no senso comum, esse fato não faz parte da argumentação do texto. Desse modo, a argumentação em momento algum é direcionada para condições de trabalho, salários, dificuldades; a argumentatividade escolhida pelo alocutor-educador é a de descrever o tipo de canção e a temática a qual se refere: *Essas cantigas caracterizam-se por ser basicamente vocais, levemente arrastadas e a maioria surge de versos improvisados*. Embora as atividades, às quais as canções se referem sejam majoritariamente femininas e precárias, nada é mencionado sobre isso no texto.

Nos dois textos que abordam as canceiras intitulados *Destaladeiras de Fumo de Arapiraca* e *Cantos das ganhadeiras*, é possível identificar desde o título uma integração textual, cuja reescrituração e articulação conduzem ao silenciamento sobre a precariedade dos trabalhos inspiradores dessas canções; trabalhos, os quais são notadamente femininos. É possível observar ainda uma integração intertextual, que orienta ambos os textos do livro analisado.

Finalmente, esta pesquisa permitiu identificar que os textos dos livros didáticos analisados contribuem para a permanência da condição de discriminação e subalterna da mulher, em comparação ao homem, nas relações de trabalho. O discurso empreendido promove o silenciamento dessas condições desiguais entre homens e mulheres na atividade laboral e, além disso, utiliza o masculino como neutro ao tratar dessa temática, principalmente quando descreve, ou aborda mais detidamente, profissões específicas. Este trabalho evidenciou ainda a necessidade de ampliação das pesquisas linguísticas sobre a significação da mulher em livros didáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contextodas transformações sociodemográficas do Brasil. In. 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: **A Constituição das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos** – 1. Ed., 1. Reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. p. 15 – 54.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. V. I.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. Trad. Sérgio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. V. II.

BENVENISTE, E. **O aparelho formal da enunciação** In: Problemas de Linguística Geral II. São Paulo: Pontes, 1989.

BENVENISTE, E. B413J. **Problemas de linguística geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo, Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo 1976 (Biblioteca universitária. Série 5a. Letras e linguística, v. 8).

BLAY, E. A. AVELAR, L. (org) **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Constituição das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos** – 1. Ed., 1. Reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. FNDE. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Brasília, DF, 25/08/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2021/resultados-da-gestao-1/programas-para-a-educacao-basica-1/programa-nacional-do-livro-e-do-material-didatico>. Acesso em: 20/05/2023.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei Nº 1.006**, de 30 de dezembro de 1938 - Publicação Original: Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. 1938. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08/02/2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei Nº 93**, de 21 de dezembro de 1937 - Publicação Original. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08/02/2024.

BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica**. Tradução F. Aída et al. São Paulo: Fontes/Educ. 1992 [1904].

BRITO, A. X. de. Exame de consciência, sentimento de culpa e formação de um habitus feminino. **Revista Rever**, Ano 11, vol. 01, Jan/Jun 2011.

CAMPOS, M. T. R. A. **Multiversos: linguagens no mundo do trabalho**: ensino médio São Paulo: FTD 2021.

CAPITANI, L. **Entrevista com Renata Mendonça**, 01 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/womentowatch/renata-mendonca-demoramos-para-questionar-a-falta-de-mulheres-no-jornalismo-esportivo>. Acesso em: 04/02/2024.

CAREL, M; DUCROT, O. **La semántica argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CARVALHO, B. A.; CAMPOS, E. F. A construção das identidades sexuais nas práticas discursivas: o discurso escrito nos textos escolares. **Cadernos de Educação**, v.17, n. 34, jan.-jun. 2018.

CASSIANO, C. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI**. 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

DUCROT, O. **Polifonía y argumentación: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso**. Cali: Feriva, 1990.

FORTES, M. S. R. et al. Comparação de desempenho físico entre homens e mulheres: revisão de literatura. **Revista Mineira de Educação Física**, Viçosa, v. 23, n. 2, p. 54-69, 2015.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23ª ed. São Paulo: Loyola. 2007.

FUSÕES&AQUISIÇÕES. Grupo Marista terá Fundo para Startups. 2024. Disponível em: <https://fusoesaquisicoes.com/hr/grupo-marista-tera-fundo-para-startups/>. Acesso em: 02/03/2024.

GUIMARÃES, E. (Org.). **A Palavra: Forma e Sentido**. Campinas: Pontes. 2007.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto: procedimentos, análises e ensino**. 2ed. São Paulo: Hucitec, 2012

GUIMARÃES, E. **Semântica, Enunciação e Sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, T. et. al. **Identidade em ação: linguagens e suas tecnologias**. editora responsável Olivia Maria Neto. -- 1. ed. -- São Paulo: Moderna. 2021

GUNELLA, E. J. Ontologia e Ética n'O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir. 2014. **Dissertação (Mestrado em Filosofia)** - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HOMEM. In: **Michaelis, dicionário online**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/homem>. Acesso em: 20/10/2023.

HOUAISS, A. VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S.C Ltda. 1ed- Rio de Janeiro- Objetiva, 2009.

MACHADO, C. P. **A designação da palavra preconceito em dicionário atuais** Campinas, SP : [s.n.], 2007.

MACHADO, C. P. **Política e sentidos da palavra preconceito: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX** / Carolina de Paula Machado. -- Campinas, SP: [s.n.], 2011.

MAZZI, L.; AMARAL-SCHIO, R. Uma trajetória histórica dos livros didáticos: um foco nas políticas públicas implementadas nos séculos XX e XX. **Revista: INTERMATHS**; ISSN 2675-8318, Vol. 2, N. 1, Jan – Jun 2021, p. 88 – 10.

MULHER, In. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa online**. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php. Acesso em: 19-04-2023.

MULHER, In Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mulher/#:~:text=Significado%20de%20Mulher,dimens%C3%A3o%20e%20peso%20do%20cr%C3%A2nio>. Acesso em: 19 – 04 – 2023.

MUNAKATA, K. Livro Didático como Indício da Cultura Escolar. **Revista História da Educação – Online**. V. 20. Nº 50. Porto Alegre. 2016. p. 119-138.

MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. **Revista: Pro-Posições** | v. 23, n. 3 (69) | p. 51-66 | set./dez. 2012.

NORMAND, C. **Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 12-19, jan./mar. 2009.

NORONHA, R. **A temporalidade do discurso neoliberal: os efeitos do atravessamento por identificações de gênero**. In: ZOPPI FONTANA, M. G.; SANTOS BIZIAK, J. (dir.). **Mulheres em discurso: lugares de enunciação e corpos em disputa**. 2021, p. 461-482.

OLIVIA, J. O Outro a partir da corporeidade: a importância do corpo na situação da mulher em O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir. **Revista Sapere Aude**, v. 5. nº 9, 267-286. 2014.

OLIVEIRA, S. E. Interpretação, silêncio, ensino. **Revista: Conexão Letras**. 2018. V. 13. nº 19. p. 23-34.

OLIVEIRA, M.R.; PEREIRA, A. L. A (re)produção de estereótipos de gênero em livros didáticos à luz da análise do discurso crítica. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 3, p. 556-573, set./dez. 2017.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 9. ed. Campinas: Pontes, 2013.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PEREIRA, E. G. B. Relações de gênero na imprensa esportiva. 2015. **Tese (Doutorado)**. Centro de Educação e Humanidades: Instituto de Educação Física e Desportos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2015.

PLANALTO. Lei 14.457(planalto.gov.br). 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114457.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.457%2C%20DE%201%20DE%20SETEMBRO%20DE%202022&text=Institui%20o%20Programa%20Emprego%20%2B%20Mulheres,26%20de%20outubro%20de%202011. Acesso em: 10/02/2024.

ROCHA, H. et. al. **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2017.

ROBLES, M. **Mulheres, mitos e deusas**. Traduzido por William Lagos, Débora Dutra Vieira. – 3. ed. – São Paulo: Aleph, 2019.

ROGERS, R. Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. **Revista: Pro-Posições** v. 25, n. 1 p. 55-74. jan./abr. 2014.

SANGALO, I. et al. **Macetando**. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/ivete-sangalo/macetando-part-ludmilla.html>. Acesso em: 10/02/2024.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. **Minidicionário livre da língua portuguesa**. – São Paulo, Hedra, 2011.

SANTOS, J. A. H. dos. Entre família, trabalho e espaços públicos: a mulher nas páginas da revista **Gran-Fina** (1940-1942). 2017. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade Estadual do Centro-Oeste. 2017.

TRABALHO. In: Michaelis, **dicionário online**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues/brasileiro/trabalho/#:~:text=2%20Atividade%20profissional%2C%20regular%2C%20remunerada,professor%20%2C%20A9%20muito%20mal%20remunerado>. Acesso em: 20/10/2023.

VELOSO, C. Homem. In: VELOSO, C. **Cê**. São Paulo: Universal Music. 2006.

ZOPPI FONTANA, M. G.; SANTOS BIZIAK, J. (dir.). **Mulheres em discurso: lugares de enunciação e corpos em disputa**, Vol. 3, Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

ZOPPI FONTANA, M. G. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. **Revista: Línguas e instrumentos linguísticos**, n. 36, p. 221-243, jul./dez. 2015.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Ana Laura Gonçalves Garcia, realizada em 06/06/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva (UFSCar)

Profa. Dra. Luciana Nogueira (UFSCar)

Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho (UFSCar)

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT)

Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira (UNICAMP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.